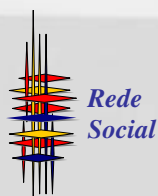


REDE SOCIAL DO CONCELHO DE PAREDES

DIAGNÓSTICO SOCIAL





Ficha Técnica do Documento

Titulo	Diagnóstico Social do Concelho de Paredes
Descrição	Instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais
Tipo de Documento	Instrumento de Planeamento da Rede Social
Âmbito Territorial	Concelho de Paredes
Data de Elaboração	Julho 2014
Período de Vigência	Junho 2021
Presidente do CLAS	Dra. Herminia Moreira Vereadora do Pelouro de Ação Social
Desenvolvimento e Produção	Dra. Maria João Pinho Técnica Superior de Serviço Social
Intervenientes Privilegiados	Núcleo Executivo Conselho Local de Ação Social de Paredes
Data de Aprovação	31 de Julho de 2014



“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

(Artigo 1º - Declaração Universal dos Direitos Humanos)



Índice

Introdução	6
REDE SOCIAL NO CONCELHO DE PAREDES	
1. Princípios Orientadores	8
2. Percorso Metodológico	15
O CONCELHO DE PAREDES	
3. Caracterização Geral	18
CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA	
4. Demografia	
4.1. População Residente e População Presente	21
4.2. Densidade Populacional	25
4.3. Estrutura Etária	27
4.4. Índices de Dependência	31
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
5. Educação	32
5.1. Indicadores Estatísticos	32
5.2. Parque Escolar Concelhio	35
6. (Des)Emprego	43
6.1. População Ativa e Desempregada	46
6.2. Empresas/Sociedades	49
6.3. Insolvências	49
7. Família	50
7.1. Famílias no Concelho de Paredes	50
7.2. Sobre a Comunidade Cigana do Concelho de Paredes	53
7.3. População Portadora de Deficiência	54
8. Habitação	58
8.1. Indicadores de Condições de Habitabilidade	58
8.2. Habitação Social	60
9. Saúde	63
9.1. Indicadores de Saúde	63
9.2. Acesso aos Cuidados de Saúde	71
10. Proteção Social	73
10.1. Pensionistas	73
10.2. Rendimento Social de Inserção	74



PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS

11. Pobreza e Exclusão Social	76
I - Educação	77
II - Emprego/Formação Profissional	78
III - Família	79
IV - Saúde	81
V - Exclusão Social e Marginalização	82
VI - Organização e Parcerias	83

PROGRAMAS/EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS EXISTENTES NO CONCELHO

12. Programas e Projetos em curso no Concelho de Paredes	84
13. Equipamentos e Serviços Sociais no Concelho de Paredes	86
13.1. Equipamentos Educativos	86
13.2. Centros de Formação Profissional	87
13.3. Instituições Particulares de Solidariedade Social	88
13.3.1. Rede Social de Apoio à Infância/Juventude	91
13.3.2. Rede Social de Apoio à População Portadora de Deficiência	92
13.3.3. Rede Social de Apoio à População Idosa	93
13.3.4. Rede Social de Apoio aos Toxicodependentes	96
14. Equipamentos e Serviços de Saúde	96
15. Equipamentos Desportivos	98
16. Conselho Local de Ação Social de Paredes	99
Considerações Finais	103
Referencias Bibliográficas	104



Introdução

Atualmente todos vivemos numa sociedade em acelerada mutação. A revolução tecnológica em curso, as crises económicas, a diversidade cultural, a alteração de valores culturais não são fenómenos isolados perante os quais ficamos passivos, uma vez que refletem novas configurações das formas de viver e organizar a sociedade.

Se é um facto que houve alterações na sociedade civil devido a todo um conjunto de fenómenos estruturais e conjunturais, também é verdade que a pobreza e a exclusão social tomaram proporções preocupantes. Nesta sociedade complexa temos que ter em conta o bem-estar social dos diferentes grupos sociais não descurando valores sociais tais como a otimização da qualidade de vida a nível individual e social, a valorização das culturas comunitárias e a promoção activa da solidariedade social.

Neste contexto, é pois necessário concertar o esforço de vários agentes locais numa lógica comum e comunitária desenvolvendo um trabalho em parceria de forma a analisar os problemas atuais com a finalidade de detetar as principais necessidades e recursos para poder desenvolver estratégias de desenvolvimento, tendo em atenção um tempo e um espaço.

O Programa Rede Social foi implementado no Concelho de Paredes, como uma medida de política social imprescindível que tem como objetivo combater a pobreza e exclusão social impulsionando um trabalho de parceria.

A nível sociológico podemos considerar o conceito de Rede Social como um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam uns indivíduos a outros. A Resolução do Conselho de Ministros define-a como: “ (...) conjunto de diferentes formas de entreajuda, quer por parte das entidades públicas como privadas sem fins lucrativos que trabalham no domínio da ação social e que ao articularem entre si planificam uma forma de atuação de modo a diminuir a pobreza, exclusão social e a promover o desenvolvimento social”. Estas redes de entreajuda encontram-se ao nível familiar, relações de vizinhança, vida profissional cultural e desportiva e tradições de associativismo.

O Diagnóstico Social do Concelho de Paredes, pretende aprofundar toda a informação anteriormente recolhida tentando estabelecer as causalidades para os problemas identificados, assinalando os recursos e potencialidades locais que constituem oportunidades reais de desenvolvimento e resolução das problemáticas identificadas.

Este é um instrumento de trabalho essencial, na medida em que vai permitir a compreensão da realidade social concelhia e desta forma, combater aos fenómenos de pobreza e exclusão social.

O Diagnóstico Social é o produto final, onde é apresentada uma visão interpretativa da situação social do concelho, a partir da sistematização e tratamento das informações quantitativas e documentais recolhidas, e onde são enunciadas e fundamentadas as prioridades para o Concelho.



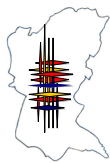
Para um efectivo Desenvolvimento Social, salienta-se a importância de uma intervenção devidamente sustentada, tendo por base o conhecimento sempre atualizado e rigoroso da realidade, de forma a traçar a linha de acção em direcção à erradicação da pobreza, a qual deve estar assente em dois pressupostos fundamentais: uma noção de desenvolvimento sustentável, que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente, e a transparência na administração em todos os setores, eliminando as formas de discriminação, encorajando as parcerias com organizações livres e representativas da sociedade civil e favorecendo os mecanismos de associação e participação das pessoas, sobretudo daquelas que se encontram em situação de exclusão.

Com base nestes pressupostos, procedeu-se à elaboração do Diagnóstico Social do Município de Paredes, procurando que este documento traduza um conhecimento abrangente do meio, abarcando as diferentes áreas/dimensões da realidade social, em particular, aquelas que mais indiretamente estão associadas aos factores de maior vulnerabilidade dos processos de exclusão social.

Pretendemos, essencialmente, não só identificar, como também compreender as problemáticas existentes, pressupondo a existência de uma relação entre as diferentes variáveis em questão e a identificação, tanto das vulnerabilidades como dos recursos e das potencialidades existentes no Concelho.

Neste sentido, e partindo de uma abordagem conceptual dos fenómenos de pobreza e exclusão social, onde se salientam o seu carácter multidimensional, o Diagnóstico Social do Concelho de Paredes, orientou a sua análise em torno dos principais domínios relacionados com os direitos sociais básicos, tais como: Educação; Emprego; Família; Saúde; Exclusão Social e Marginalização e Organização e Parcerias.

Com o Diagnóstico Social realizado, apesar de ser um documento que requer uma atualização contínua, cria as condições necessárias para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Município de Paredes. Este Plano não se limita a identificar necessidades. O PDS é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local, inserindo-se num processo de planeamento estratégico, que implica, designadamente: planear de forma integrada, tendo em conta todas as dimensões do problema que têm que ser consideradas nas soluções; planear não só os objectivos a alcançar, mas dar igual importância às formas de os alcançar, assegurando a participação efetiva de todos aqueles que nele estarão implicados ou por ele serão afetados.



REDE SOCIAL NO CONCELHO DE PAREDES

1. Princípios Orientadores

Não se pode, hoje, abordar a modernidade em Portugal sem dedicar particular atenção à exclusão social. A pobreza e a exclusão social, na sua essência, é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge as sociedades de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade.

A pobreza é uma das dimensões e provavelmente a mais visível da exclusão social. Refere Gilles Lamarque, no entanto, que pobreza e exclusão não se confundem, pois esta é primeiramente um fenómeno contemporâneo, produto das dificuldades decorrentes do crescimento económico moderno. No entender do mesmo autor, foi por necessidade de simplificação conceptual que surgiu, nos anos 80, o conceito de exclusão social. Este distingue-se, portanto, da pobreza, na medida em que é um processo dinâmico, indissociável da trajetória social dos indivíduos, abarcando por isso, diferentes situações e grupos de risco, enquanto a pobreza é um processo mais estático.

No seguimento desta ideia, José Pereirinha estabelece uma distinção importante que importa esclarecer: “o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo ou família dispõem para satisfazer as necessidades consideradas mínimas, acentua o aspeto redistributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social”

(1992:170). O lado mais visível da pobreza traduz-se, então, em más condições de vida, resultantes de uma privação por falta de recursos elementares como a alimentação, o vestuário, a habitação e a saúde.

Não obstante, a pobreza está profundamente inscrita na estrutura social da nossa sociedade, coincidindo com as posições mais subordinadas em todas as dimensões de estruturação do tecido social. Assim se percebem as palavras de Luís Capucha quando afirma que “ser pobre corresponde, em grande parte dos casos, a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradução continuada não só nas condições materiais de vida, mas também nas dimensões relacionais e culturais da existência das famílias e grupos que ocupam essas posições” (1994:189).

Apesar da escassez de estudos acerca da pobreza em Portugal, cremos, à semelhança de Ana Cardoso e Manuel Pimenta (1989) ser possível admitir a sua complexidade e pluriformidade, o que nos leva a distinguir diferentes expressões do fenómeno. Segundo os autores, se algumas expressões são bem visíveis pela sua dimensão e concentração espacial, outras estão mais dispersas pelo tecido urbano e tornam-se difíceis de identificar devido à heterogeneidade de grupos que abrangem, constituindo aquilo que, por vezes, se designa «pobreza encoberta».

Do ponto de vista teórico, a pobreza enquanto fenómeno social é alvo de diferentes abordagens: a socio-económica e a culturalista. Na abordagem socio-económica a pobreza é associada a uma situação de



privação que resulta da insuficiência de recursos económicos, estando, neste sentido, diretamente relacionada com as noções de subsistência e de sobrevivência física, na medida em que os recursos garantem, ou não, a satisfação das necessidades básicas.

A abordagem culturalista, por seu turno, centra-se mais no conceito de pobreza, ou seja, no carácter antropológico de comunidades, famílias e indivíduos. “Privilegiam-se as relações inter-individuais, as representações e práticas sociais, as estratégias de vida, a organização familiar, os padrões de consumo e os sistemas de valores que configuram modos de vida diferenciados afetos à vivência da pobreza, que frequentemente se transmitem intergeracionalmente” (Rodrigues *et al*, 1999:69).

No fundo, ambas as tradições (socio-económica e culturalista) se complementam. Enquanto a primeira realça as condições materiais de existência, destacando as categorias socioprofissionais mais atingidas pelo fenómeno e determinando as dinâmicas estruturais geradoras de pobreza (como as que se ligam ao funcionamento do mercado de trabalho, às políticas de proteção social, de educação e de saúde), a segunda salienta a dimensão simbólica da pobreza, dando especial relevo às práticas dos atores bem como aos processos da sua produção e reprodução.

Na opinião de Eduardo Rodrigues, a evolução do conceito de pobreza vai refletindo os diferentes contributos destas abordagens, traduzindo, assim, uma progressiva desmultiplicação do conceito em várias dimensões que tentam enquadrar novas realidades associadas ao fenómeno.

Atualmente, é consensual a ideia segundo a qual a pobreza não representa apenas a insuficiência de recursos económicos. Parafraseando Óscar Lewis (1979), a pobreza não é apenas um estado de carência económica, de desorganização de vida ou de falta de qualquer coisa. A pobreza apresenta outro tipo de características que se prende com um sistema de racionalização e de autodefesa, sem o qual os pobres não podem viver.

Também Eduardo Rodrigues e outros concebem a pobreza “ (...) como um dos fenómenos integrantes da exclusão social, sendo aquela mais uma forma do que um resultado desta última, uma vez que a exclusão abrange formas de privação não material ultrapassando a falta de recursos económicos” (1999:69). Se as situações de pobreza facilmente se identificam tendo por referência um standard mínimo de rendimentos, já no que à exclusão diz respeito, este processo de identificação é bem mais complexo em que causas e consequências se interligam entre si, cobrindo uma variedade de situações de precariedade e de risco, não sendo, por isso, um fenómeno marginal.

No entendimento de Teixeira Fernandes, “do ponto de vista económico, a pobreza pode ser definida como a situação em que se encontram pessoas ou grupos, de carência de recursos disponíveis” (1991:38). De acordo com o autor, esta referência aos níveis de subsistência conduz à necessidade de estabelecer uma importante distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa. Assim, a pobreza absoluta baseia-se na noção de necessidades básicas e deve ser entendida como a falta de capacidade



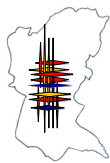
para satisfazer as necessidades básicas de subsistência física. Este conceito é facilmente identificável com o de miséria, traduzida pela privação dos meios indispensáveis à sobrevivência física, a um nível dos limiares mínimos, facto que lhe confere um alcance transhistórico e transsocietal.

A pobreza relativa, por seu turno, pode ser entendida em termos históricos e/ou espaciais e encontra tradução direta no de desigualdade social, uma vez que se prende com a privação dos padrões de vida e de atividade tidos como aceitáveis na sociedade em que vivem. Assim, “os pobres de uma época tenderão a ser sempre beneficiados em relação aos de uma época anterior, assim como os pobres de uma sociedade podem aparecer como relativamente abastados em relação a pessoas colocadas em idêntica situação numa sociedade distinta” (Fernandes, 1991:38).

Na aceção de Bruto da Costa (1998), a condição do pobre é também caracterizada pela «exclusão» de um maior ou menor número de sistemas sociais básicos a que já nos referimos anteriormente. Atendendo ao discurso de Martine Xiberras, “numa sociedade onde o modelo dominante continua a ser o «Homo Economicus» convém participar na troca material e simbólica generalizada. Todos aqueles que se recusam ou são incapazes de participar no mercado serão logo percebidos como excluídos. A pobreza significa a incapacidade de participar no mercado de consumo. O desemprego sublinha a incapacidade de participar no mercado da produção” (1996:28). Assim, o pobre vê-se impedido de aceder aos sistemas geradores de rendimento, ao mercado de trabalho e a falta de recursos impedirá ou limitará a possibilidade de aceder ao mercado de bens e serviços¹.

Nesta perspetiva, salienta Teixeira Fernandes (1991) que os pobres em Portugal encontram-se numa situação de desemprego ou precariedade face ao trabalho, em ocupações marginais, em actividades penosas e fracamente mal remuneradas. São, por isso, analfabetos ou possuem baixos níveis de instrução, o que os torna desqualificados e os exclui do mercado de trabalho, fundamentalmente, das tarefas que exigem formação específica. Assim, os pobres vivem tendencialmente em áreas degradadas e periféricas dos centros urbanos, em situação de marginalidade e de exclusão social, com habitações subalugadas e superpovoadas, privadas de salubridade e de conforto mínimo. A isto se junta a pertença a famílias numerosas, frequentemente monoparentais, com carências alimentares, de saúde e de higiene. No que concerne à exclusão do domínio institucional, facilmente se percebe que o acesso de uma família pobre aos serviços públicos em geral (serviços de saúde, sistema educativo e de formação profissional, etc.) será muito restrito. A pobreza apresenta-se, neste sentido, como um fator capaz de colocar as pessoas atingidas à margem das estruturas e instituições sociais, o que significa que exclusão assim

¹ Resumindo, os grupos desfavorecidos são-no não apenas porque estão em desvantagem por possuírem menores capacidades, mas também porque as oportunidades que se lhes oferecem tendem a ser igualmente desvantajosas. É neste sentido que Luís Capucha (1998) defende que o primeiro parâmetro do desfavorecimento localiza-se, precisamente, no campo da escassez da oferta de oportunidades para a inserção.



definida, ou seja, a exclusão para fora das instituições que ditam as normas ou os níveis de rendimento, conduz a uma rutura do laço institucional.

Para além disso, o pobre, pelo simples facto de o ser, está também limitado no domínio das relações sociais, possuindo um círculo de convivência reduzido à família, aos vizinhos que vivem em condições semelhantes e aos colegas de trabalho, e isto caso o desemprego não lhes marque o infortúnio.

No que respeita às referências simbólicas, note-se que as perdas que o pobre sofre neste domínio o vão afetando de acordo com a persistência e a intensidade da situação.

Assim sendo, “com o passar do tempo, este contexto de vida vai afetando o pobre em aspectos da sua personalidade. Efeito tanto mais profundo quanto mais tempo durar (persistência) e mais profunda for (intensidade) a situação de privação (...) vai baixando o nível de aspirações, esbate-se a capacidade de iniciativa, enfraquece a autoconfiança, modifica-se a rede de relações, ocorre a perda de identidade social e, eventualmente, a perda de identidade pessoal” (Costa, 1998:28). Assim, a exclusão não se desenvolve somente de maneira visível ou materializável por uma rutura do laço social. Ela assume-se ainda como a forma mais dissimulada de uma rutura do laço simbólico.

Atendendo às palavras de Martine Xiberras, “existem, assim, formas de exclusão visíveis e outras apenas perceptíveis, porque não excluem materialmente, nem simbolicamente: os excluídos estão simplesmente ausentes ou invisíveis” (1996:19).

O pobre pode ainda ser definido como alguém destituído de poder em todas as suas formas: poder político, económico, social, cultural, de influência, de pressão social, etc.

“Do lado do pobre (...), é importante reconhecer que a sua condição é marcada, além do mais, pela total ausência de poder, a ponto de nem sequer ter poder para reivindicar os seus direitos mais elementares” (Costa, 1998:31).

Do que foi dito, facilmente se depreende que a pobreza, nos moldes em que foi teorizada, constitui, sobretudo, um problema de cidadania. Uma pessoa privada do acesso aos sistemas sociais básicos e destituído de toda e qualquer forma de poder está, também, impedida de exercitar a cidadania². Talvez por isso a pobreza bem como algumas formas de exclusão se assumam, fundamentalmente, como um verdadeiro e preocupante problema político. Esta ideia está também patente no discurso de António Teixeira Fernandes quando refere que “ (...) embora com relações sociais frequentemente fáceis, em

² Na aceção de António Teixeira Fernandes, a cidadania implica a total autonomia na condução da vida própria. Mais do que o direito à assistência (entendido como direito fundamental do homem), os pobres têm, sobretudo, direito a serem cidadãos e a serem considerados como tal. “Mas se a cidadania se manifesta em diferentes modalidades de participação, se a participação exige a autonomia e se esta requer níveis de poder, mais do que fazer os pobres participar do poder, há que despertar e mobilizar o poder que eles possuem em si mesmos” (Fernandes, 1998:46).



contactos familiares e de vizinhança, com diversos núcleos de solidariedade à mistura, com intensos conflitos e brigas, têm fraca ou nula participação social e política” (1991:35).

Por tudo o que foi dito, estamos em condições de remeter aqui para o conceito de exclusão territorial, situação em que não apenas os indivíduos ou as famílias são excluídos, mas também o território onde vivem. Luís Capucha sustenta que a exclusão dos segmentos mais desfavorecidos das oportunidades do mercado de trabalho releva do princípio de marginalização dos territórios onde habitam. Na ótica do autor, a pobreza tende, assim, a produzir «culturas de pobreza», materializadas nas maneiras de ser, fazer e sentir das pessoas ou grupos cujos recursos são tão escassos que os impede de viver segundo os padrões tidos como normais na sociedade a que pertencem. Posto isto e em resultado “ (...) da pluralidade de universos simbólicos e culturais em que vivem as pessoas atingidas pela pobreza e de fatores e dinâmicas que as afetam, podem conceber-se diferentes modos de vida da pobreza, variando desde os que se situam próximos dos padrões mais comuns entre os que não são pobres até aos «modos de vida marginais» e destituídos de qualquer possibilidade de participação social” (Capucha, 1998:213)³.

Do ponto de vista político, esta segregação em bolsas de pobreza liga-se à falta de participação nos processos económicos, social, cultural e político. Assim, associada à ausência dos direitos fundamentais de cidadania, a privação é sentida como dependência total, pois “pobre não é aquele que se encontra em situação de privação, com falta de recursos de toda a ordem. Pobre é o que, debatendo-se com a privação e a falta de recursos, vive na dependência” (Fernandes, 1998:45). A participação do ponto de vista político é rara não só porque percebida como de difícil acesso, mas porque aparece, aos olhos dos pobres, como uma questão própria de outras classes.

No seguimento do que Teixeira Fernandes define como pobre, Portugal tem assistido ao surgimento de novas categorias de pessoas pobres, geralmente mais problemáticas, das quais se destacam os desempregados de longa duração. De facto, a consequência mais dramática das dinâmicas económicas é, para Luís Capucha, a subida do nível de desemprego, sendo as categorias mais afetadas pelo fenómeno as mais desqualificadas.

A pobreza contemporânea liga-se, assim, a evoluções simultâneas da sociedade que se prendem com a degradação do mercado de trabalho (que tem como consequência imediata o desemprego), a multiplicação do trabalho periférico, a crescente dificuldade de inserção profissional por parte dos jovens, bem como a fragilização da estrutura e dos laços familiares. Assim, a exclusão do mercado de trabalho

³ A estas realidades correspondem, não raro, espaços urbanos bem delimitados, estigmatizados e marginalizados que acabam por reforçar esses mesmos modos de vida, pois “a seleção dos lugares residenciais é contemporânea de processos de exclusão” (Fernandes, 1998:47).



gera pobreza, impedindo o acesso a bens e serviços socialmente relevantes como a habitação, saúde e lazer.

Deste modo e retomando a linha de pensamento de Teixeira Fernandes, podemos dizer que à pobreza tradicional vieram-se juntar os «novos pobres», vítimas do desemprego, causado por crises económicas ou pelo progresso tecnológico. Estas novas formas de pobreza resultantes de situações conjunturais de recessão económica traduzem-se em estados de instabilidade, de dependência e precariedade. Assim, à pobreza crónica do passado sucede uma pobreza urbana massiva que atinge de modo mais marcante os países ricos.

Uma das consequências dos handicaps que a pobreza implica consiste na transmissão da pobreza e dos handicaps à geração seguinte. “Naturalmente, os filhos dos pobres começam por nascer na pobreza, isto é, numa situação caracterizada pela privação e pelo conjunto de handicaps por que a família está marcada” (Costa, 1998:49). Assim, mesmo com a chegada à idade escolar, essas crianças não conseguem encontrar na escola a possibilidade de quebrar o ciclo vicioso da pobreza que as envolve, uma vez que o sistema educativo⁴ tende a reproduzir essas desigualdades.

Esta ideia é também defendida por Teixeira Fernandes para quem a “socialização exercida pela família e a incapacidade da escola em contribuir para atenuar as desigualdades sociais contribuem fortemente para a sua reprodução social e cultural”

(1991:43)⁵.

Com base nestes fenómenos de emergência social, um conjunto significativo de medidas e programas de combate à pobreza e à exclusão social vêm configurando as designadas novas políticas sociais ativas.

Vêm sendo implementadas no sentido de contribuírem para um desenvolvimento social sustentável, que só poderá efetivar-se através do acesso de todos ao emprego e aos recursos e serviços considerados necessários a uma qualidade de vida condigna, em equidade. Assentam em dois vetores fundamentais, o da promoção de um conceito de cidadania, garante do exercício pleno dos direitos cívicos e da inserção

⁴ Aliás, o sistema educativo é, também, uma das principais pontes de transmissão da pobreza de uma geração a outra. “Uma das características das pessoas pobres está no seu baixo nível de instrução. (...) Do nível de instrução e formação profissional depende o tipo e nível de qualificação profissional. Este atributo condiciona fortemente um certo número de factores de sucesso/insucesso profissional” (Costa,1998:46). Desta forma, se o indivíduo possui um baixo nível de instrução estará mais sujeito a conseguir um emprego precário e estará também mais vulnerável ao desemprego.

⁵ Nesta óptica, refere ainda o autor que a família se torna, ela própria, geradora de desigualdades, porque funciona como mecanismo de transmissão das situações de classe. Para além disso, estes factores socioculturais de perpetuação da pobreza vão-se acumulando nas periferias da sociedade, o que faz com a pobreza se converta numa situação da qual é difícil sair “ (...) não só pelo «habitus» que cria, como ainda pelo estigma que acompanha” (Fernandes, 1991:43).



social e do reconhecimento da importância da igualdade de oportunidades como forma de combater as desigualdades sociais.

O Programa Rede Social, insere-se neste contexto, procurando estimular o planeamento e a definição de políticas sociais concelhias, não apenas por uma única entidade, ou de forma fragmentada por várias instituições com intervenção na área social, mas a partir de diagnósticos sociais capazes de efetuarem um retrato concelho, em termos de necessidades e carências, mas também de potencialidades e recursos com enfoque especial no combate à pobreza e à exclusão social.

De facto, com o Diagnóstico será possível não só traçar um retrato destas situações, aprofundando a análise dos fatores estruturais produtores de pobreza e exclusão social, mas também, conhecer de forma pormenorizada, as situações mais específicas existentes nos diferentes territórios do Município.

Ao nível local, a Rede Social irá possibilitar saltos qualitativos na intervenção social, ao suscitar a afirmação de parcerias alargadas construídas em torno da consciencialização de objetivos e estratégias de intervenção que envolvem o conjunto dos parceiros (autarquias, serviços e organizações) que atuam no concelho e nas freguesias. Neste sentido, a Rede Social poderá ter outros impactos significativos, suscetíveis de contribuir para a melhoria dos processos de combate à pobreza e à exclusão social, designadamente:

- Possibilitar a articulação e adaptação das políticas e medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais;
- O aumento da capacidade de deteção e resolução de problemas individuais, a nível local, gerando respostas específicas para necessidades específicas;
- A transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e de abertura às outras entidades e às populações;
- Estabelecimento de sistemas de informação locais eficazes, capazes de viabilizar a produção e atualização de diagnósticos locais, bem como a difusão de informação actualizada a todos os agentes e entidades interessadas;
- O incremento significativo da participação e mobilização dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social.



2. Percurso Metodológico

Com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97 de 18 de Novembro, foi implementada a Rede Social, pondo em prática e enquadrando o conceito de efetiva parceria, sustentada em objectivos estratégicos comuns para os territórios. A Câmara Municipal de Paredes candidatou-se ao Programa Rede Social em Fevereiro de 2002, o qual foi posteriormente aprovada em Outubro do mesmo ano, iniciou-se em Setembro de 2004 a implementação da Rede Social no Município de Paredes.

Tendo em conta os princípios e conteúdos implícitos na própria implementação da Rede Social – a integração, a articulação, a subsidiariedade e a inovação, sentiu-se a necessidade de estabelecer orientações estratégicas que contribuíssem para a implementação da Rede Social no Concelho de Paredes, para que todos os intervenientes não se desviem dos princípios que a enquadram, resultando na boa condução de todo o processo. Assim, a Rede Social do Município de Paredes, identifica quatro orientações estratégicas fundamentais:

1. O desenvolvimento local, assente na potencialidade da proximidade com o território, instrumento fundamental para identificar as necessidades e os problemas das populações e os potenciais recursos das mesmas. É neste contexto que as autarquias e os parceiros locais têm o privilégio de intervir;
2. O apelo à participação de todos – autarquias, IPSS's, Segurança Social, Saúde, Organizações Públicas e Privadas, etc., nas diferentes fases da construção do desenvolvimento social de base territorial, no sentido de produzir planos multidimensionais integrados, assumidos por todos e mobilizadores da comunidade;
3. A Rede Social como um meio para influenciar as políticas nacionais, através do seu conhecimento das realidades locais, dos seus objectivos estratégicos, dos seus resultados e da sua nova forma de fazer;
4. Um desafio inovador para romper com as formas tradicionais de entender a intervenção social, ou seja, incorporar as políticas sociais nas políticas económicas, urbanas, educação, emprego, habitação, ambiente, etc.

As novas políticas sociais serão efetivas na medida em que incorporam outras políticas ou são incorporadas por elas, intervindo de forma sustentada no desenvolvimento social e ao mesmo tempo no combate aos novos fenómenos de pobreza e exclusão social.

Deste enquadramento, e de acordo com as orientações do Programa da Rede Social, os produtos e resultados pretendidos, os quais passamos a mencionar:

1. Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Paredes – instrumento social de planeamento e gestão;
2. Produção de um modelo de funcionamento e organização – uma nova forma de fazer, conjugada com uma nova organização – o CLASP;



3. Criação de um Sistema de Informação Local.

Pretende-se com estes três produtos, criar um impacto positivo no panorama organizacional, no funcionamento interno das organizações, na relação entre uns e outros e nos resultados da sua própria ação.

Tendo em conta estas considerações e os objectivos que este documento pretende atingir, considerámos, então, pertinente conciliar o método de análise intensiva com o método de análise extensiva, para que as vantagens de um colmatem as desvantagens do outro, utilizando deste modo vários métodos e técnicas.

Assim, o método de análise intensiva visa uma abordagem mais qualitativa da realidade social em estudo, com o intuito de apreendermos algumas particularidades da população em foco. A utilização deste método “consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade (...) de um fenómeno social (...) com a finalidade última de obter uma compreensão do fenómeno na sua totalidade” (Almeida e Pinto,

1995:87). Através desta definição, conseguimos descortinar as principais características do método tais como a amplitude, a profundidade e a flexibilidade. De notar, que à medida que o social se tende a emaranhar, a utilização de modelos «indeterministas», paralelamente ao uso de técnicas qualitativas, é privilegiada. Estas acabam por ser mais adequadas quando se pretende discernir problemas relativos a populações escondidas permitindo-nos fazer o “estudo da produção e circulação de sentido” (Azevedo, sem data:2).

Este método caracteriza-se igualmente pela grande flexibilidade ao nível da seleção das técnicas a utilizar, pela pluralidade de dimensões de análise que permite explorar e pela profundidade do estudo que se pretende realizar. No caso concreto, revelou-se de grande utilidade, na medida em que nos permitiu analisar a opinião e posição de alguns atores sociais residentes relativamente ao fenómeno em estudo, ao mesmo tempo, que nos permitiu explicá-lo e compreendê-lo.

Contudo, uma abordagem meramente qualitativa do fenómeno sobre o qual nos debruçamos poderia revelar-se parcelar e redutora, limitando, assim, os objectivos da investigação. Por isso, recorreremos igualmente ao método de análise extensiva porquanto este nos poderia conceder uma abordagem mais quantificável da realidade, capaz de possibilitar um conhecimento mais generalizado e abrangente da população e do fenómeno em questão.

Assim, o objetivo primordial da Rede Social é a mudança de mentalidades e de atitude na forma de lidar com as questões sociais e a forma de as resolver, optando por um trabalho conjunto em parceria para aumentar a eficácia na resolução/intervenção nas problemáticas sociais.

Como qualquer outro processo de mudança, trata-se de um desafio exigente sobretudo quando intervimos em metodologias de trabalho muito enraizadas. Todavia, um processo de mudança sustentada



faz-se num ambiente de aprendizagem e flexibilidade, que esta nova forma de atuar da Rede Social, deverá obrigatoriamente conter.

Seguindo uma filosofia de participação e envolvimento dos agentes do concelho no processo de diagnóstico e planeamento da intervenção social, foi promovido um Workshop, que constituiu, um espaço de discussão e reflexão sobre a realidade social do Concelho de Paredes, recorrendo para isso à técnica “nuvem de problemas”. Sendo os agentes e instituições presentes representantes da comunidade local, esta técnica permitiu a visualização e o dimensionamento dos problemas sociais do Concelho.

Para a elaboração do Diagnóstico Social recorremos à utilização de várias fontes de informação: informação estatística oficial e de recolha de informação por parte do Gabinete da Rede Social e do Núcleo Executivo do CLASP.

A análise da informação estatística recolhida teve sempre em atenção o recurso aos dados disponíveis mais recentes, estando por isso disponíveis informações relativas aos Censos 2011.

Embora focando a atenção na informação disponível mais recentes, houve a preocupação de tentar compreender os dados apresentados a partir de dinâmicas anteriormente desenvolvidas.

Para além do recurso a estas técnicas, o Diagnóstico Social contou já com a colaboração dos Grupos de Trabalho, nas diversas áreas consideradas, que funcionaram por um lado, como fóruns de consulta permanente, e por outro, como fontes de recolha de elementos de carácter mais qualitativo, proporcionando assim, uma maior capacidade interpretativa da informação recolhida.



O CONCELHO DE PAREDES

3. Caraterização Geral

Com uma área de aproximadamente 156,8 km² (Anuário Estatístico da Região Norte 2010, INE, 2012) e com uma população residente, em 2011, de 86.854 indivíduos, o Município de Paredes é composto por um total de 18 freguesias, como se pode ver no quadro seguinte que está em conformidade com o disposto na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro e que estabelece a reorganização administrativa do território das freguesias.

Quadro n.º 1

Freguesias do Concelho de Paredes

Freguesia	Área (km ²)	Área (%)
Aguiar de Sousa	22,38	14,27
Astromil	1,93	1,23
Baltar	7,41	4,73
Beire	3,31	2,11
Cete	4,68	2,98
Cristelo	2,02	1,29
Duas Igrejas	3,78	2,41
Gandra	11,76	7,50
Lordelo	9,76	6,23
Louredo	2,89	1,85
Parada de Todeia	3,49	2,23
Paredes	21,51	13,72
Rebordosa	10,76	6,87
Recarei	14,60	9,32
Sobreira	21,96	14,01
Sobrosa	4,70	3,00
Vandoma	5,12	3,27
Vilela	4,68	2,99
Total	156,76	100,00

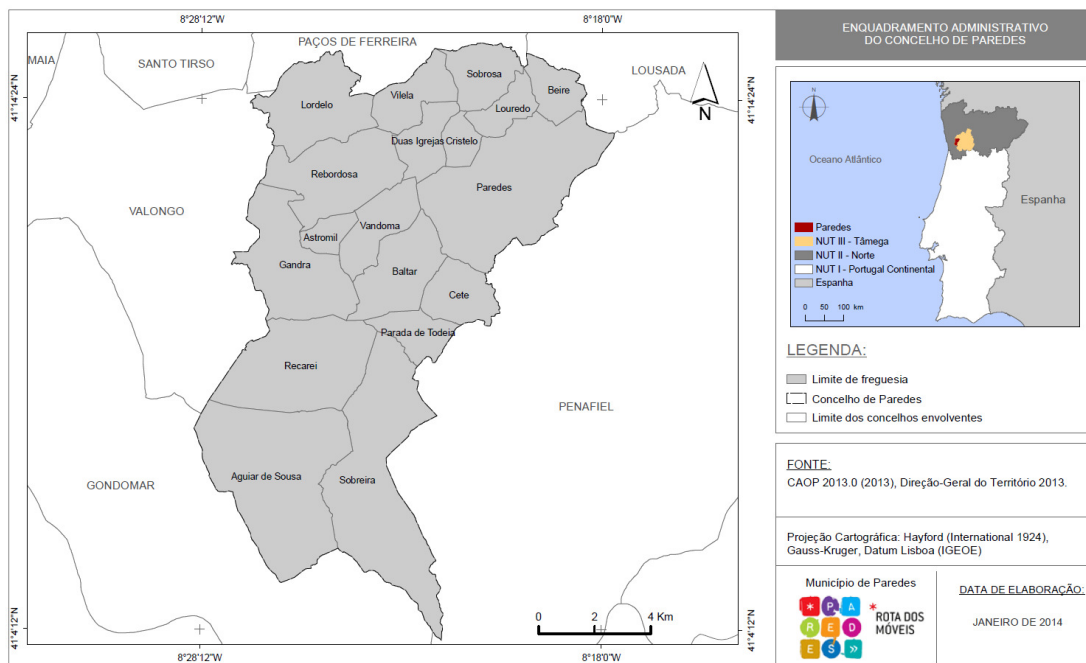
Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP 2013), Instituto Geográfico Português, 2013

Localizado na NUT II - Norte, o Concelho de Paredes integra a NUT III - Tâmega, e mais precisamente o distrito do Porto, estando limitado a norte pelos concelhos de Paços de Ferreira e Lousada, a oeste e a sul por Gondomar e a este pelo concelho de Penafiel.

O Concelho de Paredes integra ainda a Área Metropolitana do Porto, em conjunto com os concelhos de Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, S. João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.



Mapa n.º 1
Enquadramento Administrativo



Relativamente ao contexto histórico do concelho, testemunhos arqueológicos demonstram que há mais de 5.000 anos que o território concelhio se encontra povoado pelo Homem, tendo sido deixados vários vestígios de aldeias e utensílios. Durante o século II AC, o concelho de Paredes atraiu os Romanos que na sua busca de riqueza foram conduzidos até às jazidas auríferas de Castromil e das Banjas (freguesia da Sobreira), onde a intensiva exploração do ouro ficou visível nos numerosos poços, galerias e cortas (Município de Paredes, 2013 - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/VPT/Publica/Turismo/Historia>).

O atual concelho de Paredes assenta no Julgado de Aguiar de Sousa, espaço político, judicial e administrativo independente, cuja origem remonta aos primórdios da nacionalidade portuguesa. No final do século XVI, as funções de Aguiar de Sousa transitam para Paredes (antiga freguesia de Castelões de Cepeda).

Como consequência da presença de importantes famílias nobres nesta região, surge a fundação de quatro Mosteiros e respetivos Coutos, bem como a delimitação de Honras com inúmeros privilégios que lhe eram associados, situação esta que permitiu que durante a Crise Liberal, com as reformas administrativas de Mouzinho da Silveira (1833-1834), as freguesias de baltar, Louredo e Sobrosa ascendessem a concelho, sendo posteriormente extintas em 1837, como consequência da reorganização administrativa de Passos manuel, data em que foi criado o concelho de Paredes, constituído, inicialmente, por um total de 23 freguesias. Posteriormente, em 1835, foi criada a partir de vários lugares da freguesia da Sobreira, a freguesia de Recarei, passando então o concelho a ser composto por 24



freguesias. O crescente desenvolvimento do concelho levou a que, em 1844, a D. Maria II lhe concedesse o alvará régio, que o elevava à categoria de Vila.

Na segunda metade do século XIX e sobretudo entre 1864 e 1871, sobre a presidência de José Guilherme Pacheco, o concelho de Paredes assistiu a um forte progresso, sobretudo ao nível das acessibilidades, transportes, comunicações e educação. No final do século XIX e início do seguinte, a indústria do mobiliário assiste a um desenvolvimento significativo, fruto quer da disponibilidade de capitais provenientes dos brasileiros de torna-viagem (pelo investimento direto em algumas fábricas), quer pelas encomendas de mobiliário feitas por esses brasileiros mas também pelo mobiliário que trouxeram do Brasil e que inspirou os marceneiros locais.

Resultado de todo este processo de desenvolvimento, o concelho de Paredes é elevado à categoria de cidade a 20 de junho de 1991.

Em 2003, as freguesias de Baltar, Cete, Recarei, Sobreira e Vilela são elevadas à categoria de Vila e as freguesias de Gandra, Lordelo e Rebordosa à categoria de cidade, resultado do crescimento demográfico e económico verificado.

Com a publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro que estabelece a reorganização administrativa do território das freguesias, o concelho de Paredes vê reduzido o número de freguesias de 24 para 19.



CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

4. Demografia

4.1. População Residente e População Presente

População Residente

Entende-se por população residente o conjunto de pessoas que, independentemente de no momento de observação, estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres (INE, 2013).

Assim, relativamente ao concelho de Paredes residiam nesta unidade territorial, em 2011, 86.854 pessoas o que representa um acréscimo de 4,17% face a 2001, ano em que residiam no concelho 83.376 indivíduos.

Quadro n.º 2

População residente (n.º e %) no concelho de Paredes (2001-2011) e respectiva variação relativa

Freguesia	População Residente				Variação (2001-2011)
	2001		2011		
	N.º	%	N.º	%	
Aguiar de Sousa	1.631	1,88	1.600	1,92	1,94
Astromil	1.086	1,25	784	0,94	38,52
Baltar	4.818	5,55	4.666	5,60	3,26
Beire	2.040	2,35	2.256	2,71	- 9,57
Besteiros	1.448	1,67	1.412	1,69	2,55
Bitarães	2.868	3,30	2.536	3,04	13,09
Castelões de Cepeda	8.755	10,08	7.298	8,75	19,96
Cete	3.113	3,58	2.517	3,02	23,68
Cristelo	1.891	2,18	1.914	2,30	- 1,20
Duas Igrejas	3.879	4,47	3.843	4,61	0,94
Gandra	6.974	8,03	5.804	6,96	20,16
Gondalães	1.228	1,41	1.050	1,26	16,95
Lordelo	20.025	11,54	9.930	11,91	0,96
Louredo	1.514	1,74	1.364	1,64	11,00
Madalena	1.843	2,12	1.725	2,07	6,84
Mouriz	3.026	3,48	2.911	3,49	3,95
Parada de Todeia	1.848	2,13	1.844	2,21	0,22
Rebordosa	9.106	10,48	10.813	12,97	- 15,79
Recarei	4.631	5,33	4.686	5,62	- 1,17
Sobreira	4.300	4,95	4.079	4,89	5,42
Sobrosa	2.641	3,04	2.502	3,00	5,56
Vandoma	2.363	2,72	2.074	2,49	13,93
Vila Cova de Carros	666	0,77	688	0,83	- 3,20
Vilela	5.160	5,94	5.080	6,09	1,57
Concelho de Paredes	86.854	100,00	83.376	100,00	4,17

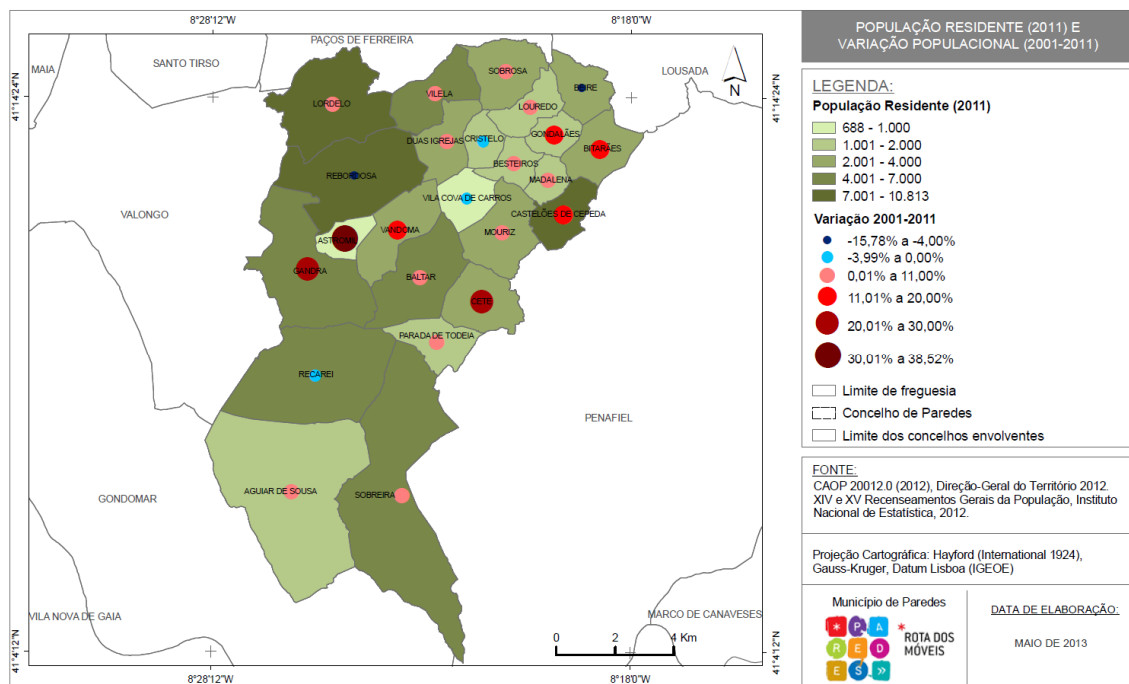
Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, INE, IP., 2012



Relativamente à distribuição residente por freguesia, atendendo ao Quadro 2 é possível constatar que à data dos Censos 2011, as freguesias que concentravam um maior número de residente eram Lordelo (10.025 indivíduos, o que corresponde a 11,54% do total da população residente no concelho), Rebordosa (9.106 indivíduos, correspondente a 10,48% do total da população residente no concelho) e Castelões de Cepeda (8.755 indivíduos, equivalente a 10,08% do total da população residente no concelho), todas elas com mais de 8.500 residentes. Em oposição, com menor número de residentes apresentavam-se as freguesias de Vila Cova de Carros (666 indivíduos, o que corresponde apenas a 0,77% do total da população residente no concelho), Astromil (1.086 indivíduos, equivalente a 1,25% do total da população residente no concelho), Gondalães (1.228 indivíduos, correspondente a 1,41% do total da população residente no concelho) e Besteiros (1.448 indivíduos – 1,67% do total da população residente no concelho), todas elas com menos de 1.500 residentes.

Mapa n.º 2

População residente (n.º e %) no concelho de Paredes (2001-2011) e respectiva variação relativa



Relativamente à variação da população residente, entre 2001 e 2011, conforme evidenciado no Mapa 2, apenas as freguesias de Rebordosa (-15,79%), Beire (-9,57%), Vila Cova de Carros (-3,2%), Cristelo (-1,2%) e Recarei (-1,17%) assistiram a um decréscimo da população residente. Nas restantes 19 freguesias que integram o concelho de Paredes assistiu-se a um aumento da população residente no



período intercensitário, tendo este sido mais significativo nas freguesas de Astromil (38,52%), Cete (23,68%), Gandra (20,16%) e Castelões de Cepeda (19,96%).

População Residente

Poder-se-á definir a população presente como o conjunto de pessoas que, no momento de observação, se encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegam até às 12 horas desse dia (INE, 2013).

Quadro n.º 3

População presente (n.º e %) no concelho de Paredes (2001-2011) e respectiva variação relativa

Freguesia	População Presente				Variação (2001-2011)
	2001		2011		
	N.º	%	N.º	%	
Aguiar de Sousa	1.609	1,90	1.579	1,92	1,90
Astromil	1.041	1,23	766	0,93	35,90
Baltar	4.679	5,52	4.508	5,49	3,79
Beire	2.339	2,76	2.216	2,70	5,55
Besteiros	1.417	1,67	1.394	1,70	1,65
Bitarães	2.760	3,26	2.491	3,03	10,80
Castelões de Cepeda	8.416	9,94	7.190	8,76	17,05
Cete	2.986	3,53	2.450	2,98	21,88
Cristelo	1.809	2,14	1.878	2,29	- 3,67
Duas Igrejas	3.705	4,37	3.778	4,60	- 1,93
Gandra	7.013	8,28	6.017	7,33	16,55
Gondalães	1.206	1,42	1.028	1,25	17,32
Lordelo	9.740	11,50	9.803	11,94	- 0,64
Louredo	1.506	1,78	1.333	1,62	12,98
Madalena	1.774	2,09	1.698	2,07	4,48
Mouriz	2.943	3,47	2.876	3,50	2,33
Parada de Todeia	1.770	2,09	1.809	2,20	- 2,16
Rebordosa	8.901	10,51	10.632	12,95	- 16,28
Recarei	4.474	5,28	4.552	5,54	- 1,71
Sobreira	4.220	4,98	4.001	4,87	5,47
Sobrosa	2.581	3,05	2.442	2,97	5,69
Vandoma	2.252	2,66	2.047	2,49	10,01
Vila Cova de Carros	651	0,77	668	0,81	- 2,54
Vilela	4.909	5,80	4.955	6,03	- 0,93
Concelho de Paredes	84.701	100,00	82.111	100,00	3,15

Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, INE, IP., 2012

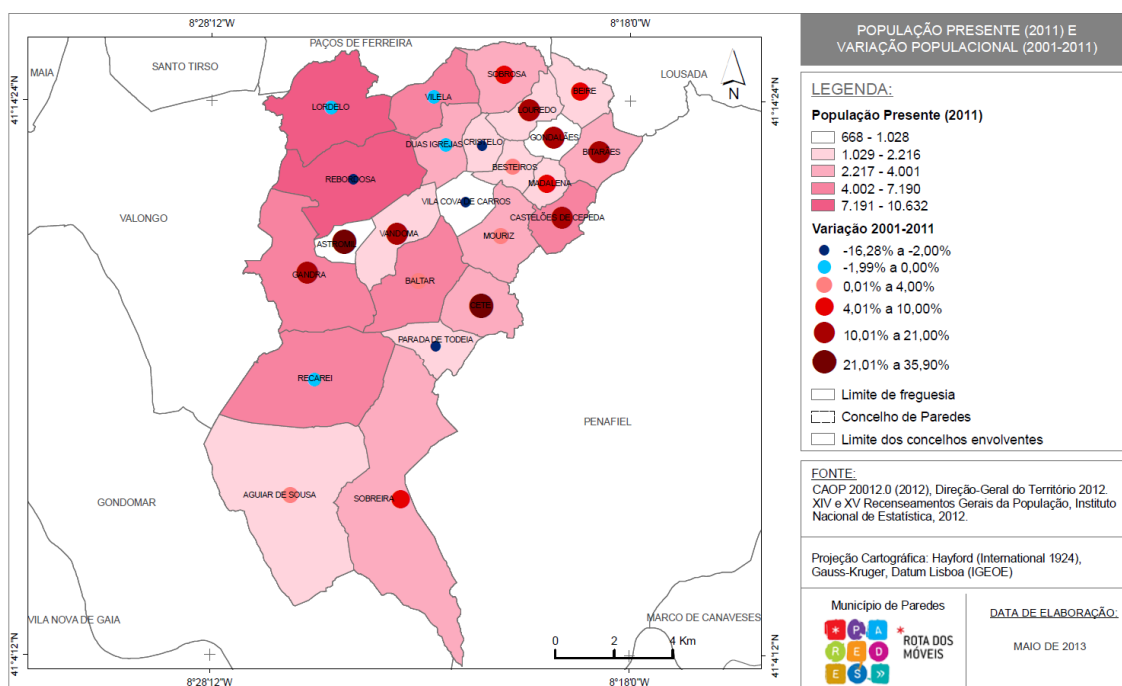
Relativamente a este parâmetro, à data dos Censos de 2011, encontravam-se presentes no concelho de Paredes 84.701 indivíduos, o que corresponde a um aumento de 3,15% (mais 2.590 indivíduos) face a 2001, ano em que a população presente no concelho de Paredes era de 82.111 indivíduos. Analisando a distribuição presente por freguesia, atendendo ao Quadro 3 verifica-se que, em 2011 esta era superior



nas freguesias de Lordelo (9.740 indivíduos - 11,5% da população presente no concelho), Rebordosa (8.901, o que corresponde a 10,51% do total da população presente no concelho), Castelões de Cepeda (8.416 indivíduos, o que se traduz num total de 9,94% da população presente no concelho à data dos Censos 2011) e Gandra (7.013 indivíduos, equivalente a 8,28% do total da população presente).

Mapa n.º 3

População presente (n.º e %) no concelho de Paredes (2001-2011) e respectiva variação relativa



Em oposição, com um menor número de presentes encontravam-se à data dos Censos 2011 (Quadro 3), as freguesias de Vila Cova de Carros (651 indivíduos – 0,77% do total da população presente), Astromil (1.041 indivíduos, equivalente a 1,23% da população presente no concelho de Paredes à data dos Censos de 2011), Gondalães (1.206 indivíduos, o que corresponde a 1,42% da população presente no concelho) e Besteiros (1.417 indivíduos – 1,67% do total da população presente no concelho).

Quanto à variação da população presente entre 2001 e 2011, conforme evidenciado no Mapa 2, das 24 freguesias que compõem o concelho de Paredes, 8 assistiram a um decréscimo da população presente (Rebordosa, Cristelo, Vila Cova de Carros, Parada de Todeia, Duas Igrejas, Recarei, Vilela e Lordelo), decréscimo esse que foi mais significativo nas freguesias de Rebordosa (-16,28%), Cristelo (-3,67%), Vila Cova de Carros (-2,54%) e Parada de Todeia (-2,16%). Em oposição encontram-se as freguesias de Astromil (35,9%), Cete (21,88%), Gondalães (17,32%), Castelões de Cepeda (17,05%) e Gandra



(16,55%), sendo que todas estas freguesias registaram um aumento da população presente superior a 15% no período compreendido entre 2001 e 2011.

4.2. Densidade Populacional

Relativamente à densidade populacional que expressa o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (INE, 2013), à data dos Censos 2011, o concelho de Paredes apresentava um número de habitantes por km² superior ao verificado nas unidades territoriais das quais é parte integrante, nomeadamente da NUT I – Continente (112,8 hab./km²), NUT II – Norte (173,3 hab./km²) e NUT III – Tâmega (210,1 hab./km²). Importa ainda referir que dos 15 concelhos que integram a NUT III – Tâmega, o concelho de Paredes apresenta a segunda densidade populacional mais elevada com 554,1 hab./km².

Quadro n.º 4

Densidade populacional (hab./km²) em 2001 e 2011 e respectiva variação relativa (enquadramento administrativo)

Unidade Territorial	Densidade Populacional (Hab./km ²)		Variação (2001-2011)
	2001	2011	
NUT I - Continente	110,8	112,8	1,77
NUT II - Norte	173,2	173,3	0,06
NUT III - Tâmega	210,33	210,1	- 0,11
Paredes	533,29	554,1	3,90

Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, INE, IP., 2012

Ainda relativamente à densidade populacional do concelho de Paredes, o Quadro seguinte apresenta o número de habitantes por km² para as freguesias que integram o território concelhio, demonstrando que este varia significativamente, sendo que as freguesias de Castelões de Cepeda (2672,4 hab./km²), Vilela (1102 hab./km²), Madalena (1081,1 hab./km²), Lordelo (1027,3 hab./km²), Duas Igrejas (1026,3 hab./km²), Cristelo (934,5 hab./km²), Rebordosa (846,1 hab./km²), Bitarães (717,4 hab./km²), Besteiros (680,8 hab./km²), Cete (665,8 hab./km²), Baltar (649,9 hab./km²), Beire (616,5 hab./km²), Gondalães (604,8 hab./km²), Gandra (593,3 hab./km²), Astromil (563,2 hab./km²), Sobrosa (561,6 hab./km²) e Mouriz (558,2 hab./km²) apresentam uma densidade populacional superior à média concelhia.



Quadro n.º 5

Densidade populacional (hab./km²) no concelho de Paredes (2001 e 2011) e respectiva variação relativa

Unidade Territorial	Densidade Populacional (Hab./km ²)		Variação (2001-2011)
	2001	2011	
Aguiar de Sousa	71,52	72,90	1,93
Astromil	406,54	563,20	38,53
Baltar	629,29	649,90	3,28
Beire	719,46	616,50	-14,31
Besteiros	663,84	680,80	2,55
Bitarães	632,57	717,40	13,41
Castelões de Cepeda	2.227,42	2.672,40	19,98
Cete	529,18	665,80	25,82
Cristelo	945,74	934,50	-1,19
Duas Igrejas	1.016,65	1.026,30	0,95
Gandra	493,45	593,30	20,24
Gondalães	517,09	604,80	16,96
Lordelo	1.087,57	1.027,30	-5,54
Louredo	474,63	523,40	10,28
Madalena	1.011,78	1.081,10	6,85
Mouriz	536,94	558,20	3,96
Parada de Todeia	536,80	529,10	-1,43
Rebordosa	1.004,61	846,10	-15,78
Recarei	313,96	317,10	1,00
Sobreira	185,74	195,80	5,42
Sobrosa	533,25	561,60	5,32
Vandoma	404,67	461,10	13,94
Vila Cova de Carros	232,57	225,20	-3,17
Vilela	1.072	1.102	2,77
Concelho de Paredes	533	554	3,90

Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, INE, IP., 2012

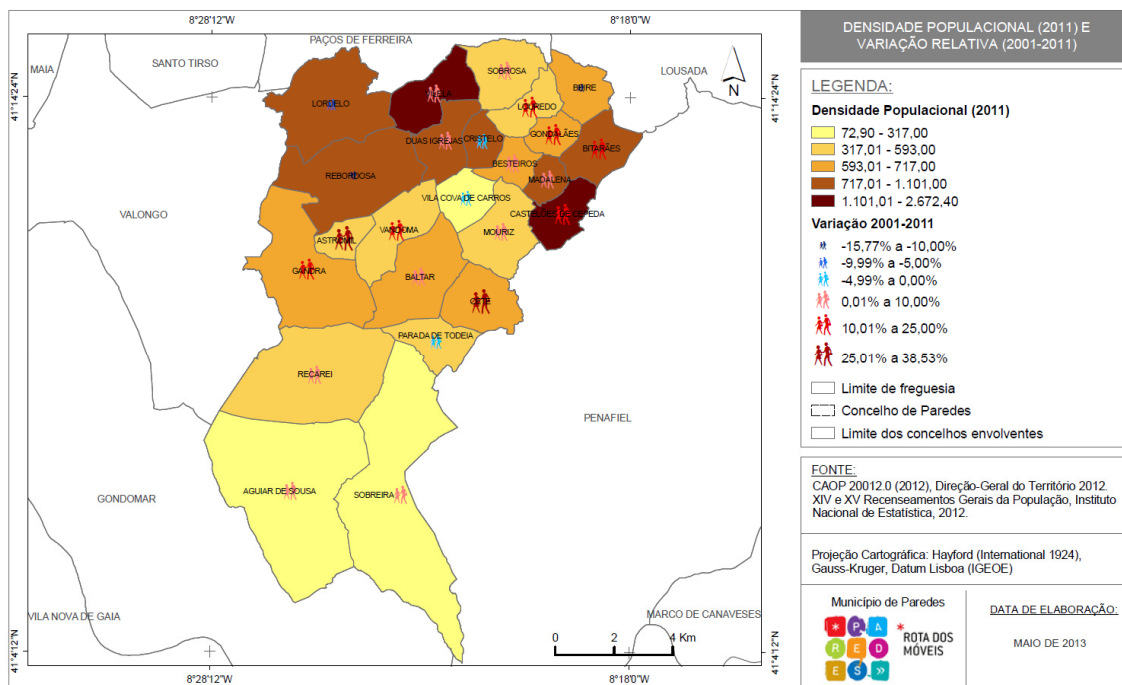
À data dos Censos 2011, as freguesias do concelho de Paredes que apresentavam um menor número de habitantes por km² eram Aguiar de Sousa (72,9 hab./km²), Sobreira (195,8 hab./km²), Vila Cova de Carros (225,2 hab./km²) e Recarei (317,1 hab./km²).

Relativamente à variação da densidade populacional no período compreendido entre 2001 e 2011 (Mapa 3) de salientar que em 6 freguesias assistiu-se a uma diminuição do número de habitantes por km², variação esta que foi mais acentuada nas freguesias de Rebordosa (-15,78%, o que corresponde a menos -158,51 hab./km² face a 2001), Beire (-14,31%, o que se traduz numa redução de 102,96 hab./km² face a 2001), Lordelo (-5,54, correspondente a menos 60,27 hab./km² face a 2001), Vila Cova de Carros (-3,17%, equivalente a menos 7,37 hab./km² face a 2001), Parada de Todeia (-1,43%, o que se traduz numa redução de 7,7 hab./km² face a 2001) e Cristelo (-1,19%, o que corresponde a menos 11,24 hab./km² face a 2001).



Mapa n.º 4

Densidade populacional (hab./km²) no concelho de Paredes (2001 e 2011) e respetiva variação relativa



Nas restantes freguesias verificou-se um aumento da densidade populacional no período intercensitário, aumento este que foi mais significativo nas freguesias de Astromil (28,53% - mais 156,66 hab./km² do que em 2001), Cete (25,82% - mais 136,62 hab./km² do que em 2001), Gandra (20,24% - 99,85 hab./km² do que em 2001) e Castelões de Cepeda (19,98% - 444,98 hab./km² do que em 2001).

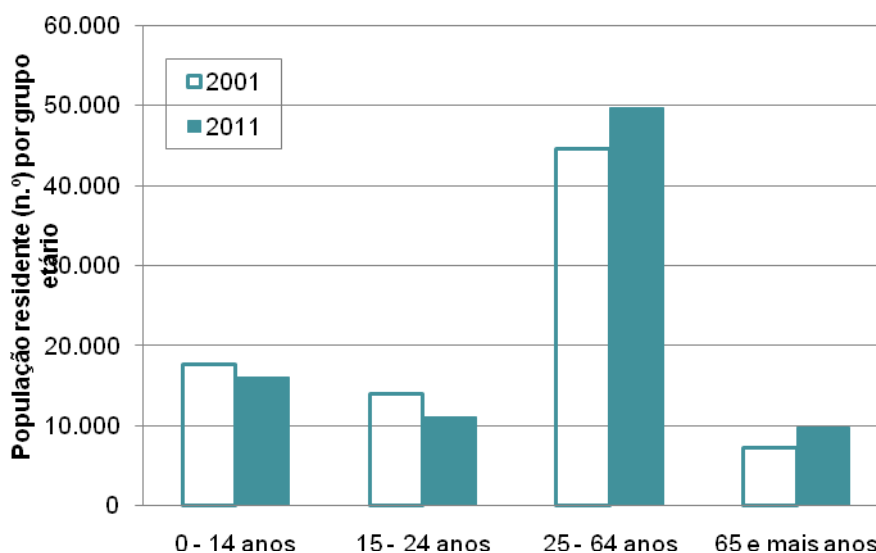
4.3. Estrutura Etária

A estrutura etária do concelho de Paredes aponta para um envelhecimento da população residente. Analisando a estrutura da população por grandes grupos etários (Gráfico 1), verifica-se que entre 2001 e 2011, as classes que representam a população jovem (0 aos 14 e 15 aos 24 anos) registaram um decréscimo da população residente, sendo que este decréscimo foi de 8,25% grupo dos 0 aos 14 anos (passando de 17.589 indivíduos em 2001 para 16.138 em 2011) e de -19,97% no grupo etário dos 15 aos 24 anos (passando de 13.955 indivíduos em 2001 para os 11.168 indivíduos em 2011). Nos restantes grupos etários a tendência verificada no período intercensitário foi para um acréscimo da população residente, sendo que este aumento foi mais significativo no caso dos idosos (65 ou mais anos) (34,57%, passando de 7.266 indivíduos em 2001 para 9.778 indivíduos em 2011).



Gráfico n.º 1

População residente no concelho de Paredes (5), por grandes grupos etários (2001-2011)



Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, INE, IP., 2012

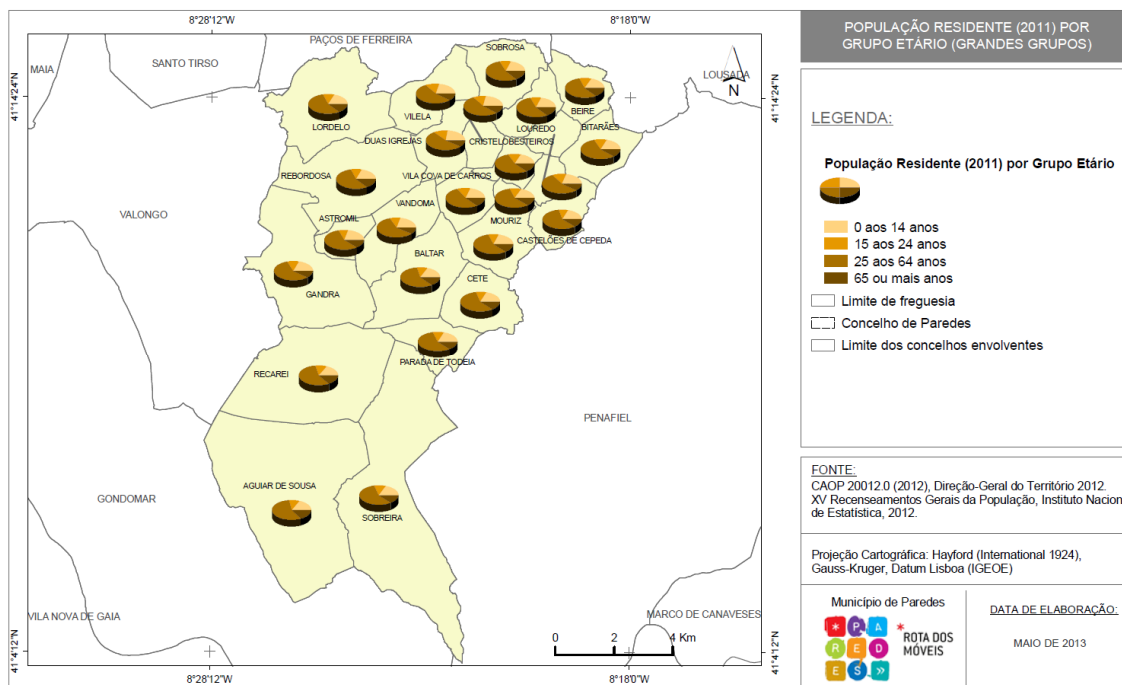
Da análise da estrutura etária por freguesia conclui-se que em 2011 as freguesias de Duas Igrejas (22,63%), Cristelo (22,16%), Vilela (21,01%) e Vandoma (20,57%) eram aquelas onde a percentagem de residentes com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos era superior. Por outro lado, as freguesias de Recarei (16,02%), Aguiar de Sousa (16,43%), Baltar (17,04%) e Sobreira (17,21%) eram aquelas em que este grupo etário era menos representativo.

Paralelamente constata-se que à data dos Censos 2011, as freguesias com uma menor proporção de idosos (65 ou mais anos) eram Vandoma (8,42%), Duas Igrejas (8,66%), Gondalães (8,88%) e Vilela (9,21%). Em oposição as freguesias mais envelhecidas em 2011, ou seja aquelas em que a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos era superior, eram Aguiar de Sousa (14,71%), Recarei (13,06%), Sobrosa (13,06%) e Rebordosa (12,79%).



Mapa n.º 5

Estrutura etária (grandes grupos) no concelho de Paredes (2011)



Quanto à variação da população residente por grupo etário, conforme evidenciado no Mapa, com exceção das freguesias de Astromil (67,67%), Cete (27,54%), Vandoma (11,47%), Castelões de Cepeda (10,28%), Louredo (8,58%) e Gandra (6,74%) todas as restantes freguesias assistiram a uma diminuição do número de residentes com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, tendo este decréscimo sido mais significativo nas freguesias de Beire (-28,06%), Rebordosa (-25,45%), Recarei (-16,72%) e Lordelo (-16,66%). Quanto ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, importa referir que apenas a freguesia de Gondalães (22,52%) assistiu a um aumento da população residente com idades compreendidas entre os 15 aos 24 anos. Em todas as restantes freguesias assistiu-se a um decréscimo deste grupo etário, sendo este decréscimo sido superior a 7% em todas as freguesias.



Quadro n.º 6

População residente (n.º) no concelho de Paredes (2011) por grupo etário (grandes grupos) e respetiva variação relativa

Freguesia	População residente (n.º) por grandes grupos etários (2011)				Variação 2001-2011			
	0-14	15-24	25-65	65 e +	0-14	15-24	25-65	65 e +
Aguiar de Sousa	268	185	938	240	-3,25	-27,45	10,74	8,60
Astromil	223	116	630	117	67,67	-7,94	39,69	58,11
Baltar	821	565	2.858	574	-5,96	-30,50	13,19	26,15
Beire	359	274	1.149	258	-28,06	-24,93	-2,71	22,27
Besteiros	261	211	806	170	-12,42	-22,43	12,41	36,00
Bitarães	520	406	1.641	301	-1,89	-8,76	21,65	41,98
Castelões de Cepeda	1598	963	5.226	968	10,28	-13,09	29,45	37,50
Cete	565	362	1.834	352	27,54	-12,56	31,00	35,38
Cristelo	419	262	1.022	188	-11,79	-26,20	6,35	52,85
Duas Igrejas	878	598	2.067	336	-14,84	-14,45	10,18	41,77
Gandra	1.331	917	4.077	649	6,74	-7,93	29,59	56,39
Gondalães	249	185	685	109	-0,80	22,52	20,60	36,25
Lordelo	1.766	1.295	5.756	1.208	-16,66	-20,11	7,73	42,62
Louredo	291	191	843	189	8,58	-10,75	14,69	28,57
Madalena	323	246	1.084	190	-7,45	-29,11	19,25	58,33
Mouriz	577	356	1.750	343	-2,53	-29,08	11,46	38,87
Parada de Todeia	331	241	1.059	217	-9,81	-29,33	7,73	41,83
Rebordosa	1.670	1.146	5.125	1.165	-25,45	-30,63	-14,02	21,35
Recarei	742	577	2.707	605	-16,72	-22,86	4,64	31,52
Sobreira	740	572	2.488	500	-12,01	-17,34	13,50	41,24
Sobrosa	506	332	1.458	345	-6,81	-12,86	10,62	32,69
Vandoma	486	282	1.396	199	11,47	-26,94	29,74	13,07
Vila Cova de Carros	130	97	359	80	-14,47	-26,52	10,12	2,56
Vilela	1.084	789	2.812	475	-15,64	-16,06	12,12	36,89
Concelho de Paredes	16.138	11.168	49.770	9.778	-8,25	-19,97	11,68	34,57

Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, INE, IP., 2012

Por último, no que diz respeito aos idosos (65 ou mais anos), conforme evidenciado neste Quadro, todas as freguesias registaram um aumento do número de residentes com 65 ou mais anos, aumento este que foi mais acentuado nas freguesias da Madalena (58,33%), Astromil (58,11%), Gandra (56,39%) e Cristelo (52,85%), onde a população idosa mais do que duplicou no período em análise (2001 – 2011).



4.4. Índices de Dependência

No quadro que se segue, encontram-se expostos os valores relativos aos índices de dependência de idosos (IDI)⁶, jovens (IDJ)⁷ e de dependência total (IDT)⁸, à data dos Censos 2011, relativos ao concelho de Paredes.

Quadro n.º 7
Índices de Dependência

Índice de Dependência	Concelho de Paredes
Índice de Dependência de Jovens (IDJ)	16
Índice de Dependência de Idosos (IDI)	27
Índice de Dependência Total (IDT)	43

Fonte: INE - Censos 2011

Analisando o Quadro n.º 7, conclui-se que existem 16 idosos (com 65 anos de idade ou mais) por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos de idade). No primeiro escalão etário (dos 0 aos 14 anos de idade), verifica-se a existência de 27 indivíduos por cada 100 em idade ativa.

Relativamente ao índice de dependência total constata-se a existência de 43 indivíduos por cada 100 em idade ativa.

⁶ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

⁷ Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

⁸ Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).



AREAS DE INTERVENÇÃO

5. Educação

A Constituição da República Portuguesa (revisão de 1997) estabelece os direitos sociais básicos dos cidadãos no que respeita à educação, nos seus artigos 73º, 74º, 76º e 77º. De acordo com esta legislação fundamental, a educação surge como um direito universal, cabendo ao Estado a promoção da democratização da educação, bem como das demais condições que contribuam para a “igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância (...)” (Artigo 73º).

Nos termos da Constituição compete, ainda, ao Estado, nomeadamente, “Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito”; “Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar”; “Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo”.

A exclusão em relação ao sistema educativo traduz-se, na prática, em baixos níveis de escolaridade e, paralelamente, em insucesso e abandono escolar precoce. Actualmente o nível de instrução possuído influencia, cada vez mais, a capacidade económica dos indivíduos e um baixo nível de instrução tem sido identificado como um factor causa-efeito da pobreza.

5.1. Indicadores Estatísticos

Um dos indicadores que determina o grau de desenvolvimento de um território é sem dúvida o nível de qualificação da população residente.

Procedendo a uma desagregação por grupos etários da população que não possui qualquer nível de ensino, podemos concluir que a maioria é referente à população com mais de 60 anos.

Quadro n.º 8

População Residente segundo o Nível de Instrução Mais Elevado no Concelho de Paredes, por comparação com outras áreas Geográficas

Área Geográfica	População Residente	Nível de Instrução						
		Nenhum	Básico			Secundário	Pós Secundário	Superior
			1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
Portugal	10 561 614	2 023 094	2 680 333	1 403 249	1 687 085	1 362 660	142 744	1 262 449
Norte	3 689 609	693 407	1 017 423	561 614	571 328	425 577	39 451	380 809
Grande Porto	1 287 276	211 378	325 314	174 098	203 421	169 509	18 640	184 916
Tâmega	550 469	117 902	167 341	99 266	83 534	49 567	3 489	29 370
Paredes	86 854	17 592	25 767	16 399	13 378	8 085	592	5 041

Fonte: INE - Censos 2011



Embora o concelho de Paredes siga a tendência registada quer a nível nacional, quer a nível regional, é também verdade que a percentagem de indivíduos sem qualquer nível de instrução é ligeiramente superior à nacional (20,25% para 19,16% respetivamente).

A maioria da população residente no Concelho tem apenas o 1.º Ciclo do Ensino Básico (29,67%) e, apenas 5,8% têm Curso Superior.

Note-se que estes valores dizem respeito aos níveis de instrução já concluídos.

Quadro n.º 9

População Residente segundo o Nível de Instrução Mais Elevado no Concelho de Paredes, por Freguesia

Área Geográfica	População Residente	Nível de Instrução						
		Nenhum	Básico			Secundário	Pós Secundário	Superior
			1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
Aguiar de Sousa	1 631	320	543	284	249	152	18	65
Astomil	1 086	215	280	183	180	119	12	97
Baltar	4 818	946	1 332	899	748	544	31	318
Beire	2 040	445	814	386	211	121	3	60
Besteiros	1 448	291	517	242	222	105	5	66
Bitarães	2 868	576	789	552	458	294	22	177
Castelões Cepeda	8 755	1 529	1 904	1 222	1 455	1 223	128	1 294
Cete	3 113	554	845	578	548	344	30	178
Cristelo	1 891	392	666	363	268	131	12	59
Duas Igrejas	3 879	925	1 307	767	582	203	11	84
Gandra	6 974	1 342	1 929	1 379	1 229	693	51	351
Gondalães	1 228	265	360	267	187	90	3	56
Lordelo	10 025	2 113	3 161	2 225	1 395	721	37	373
Louredo	1 514	398	488	275	211	90	4	48
Madalena	1 843	344	544	333	289	180	17	136
Mouriz	3 026	631	822	574	436	291	30	269
Parada Todeia	1 848	161	495	351	327	197	17	106
Rebordosa	9 106	827	2 727	1 763	1 444	816	49	493
Recarei	4 361	354	1 466	852	732	443	34	283
Sobreira	4 300	362	1 181	892	639	538	40	174
Sobrosa	2 641	247	889	458	379	178	9	98
Vandoma	2 363	244	729	449	344	202	9	103
Vila Cova Carros	666	74	211	143	91	41	2	19
Vilela	5 160	551	1 768	989	718	369	18	134
TOTAL	86 854	17 592	25 767	16 339	13 378	8 085	592	5 041

Fonte: INE - Censos 2011

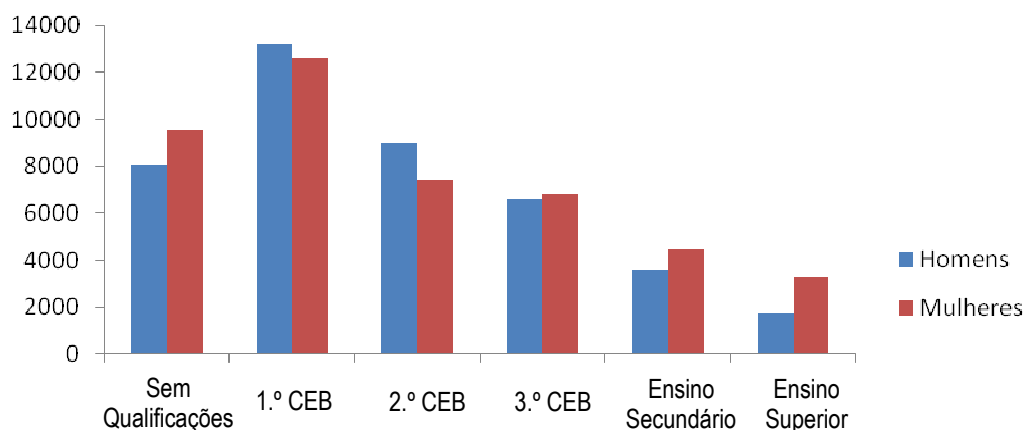
Desagregando o nível de instrução por freguesia, concluímos que Lordelo, Castelões de Cepeda e Gandra são as freguesias com maior número de habitantes sem qualquer nível de instrução concluído, se bem que também são três das freguesias mais populosas do concelho.

Ao nível do Ensino Secundário e Ensino Superior, destaca-se também a freguesia de Castelões de Cepeda com 13,97% e 14,78% respetivamente.



Gráfico n.º 2

Nível de Instrução da população residente no Concelho de Paredes, por Género



Fonte: INE - Censos 2011

Pela análise do gráfico acima referenciado, podemos observar que o género feminino é, em simultâneo, o maior e o menor qualificado, isto é, é neste grupo que se regista a maior percentagem ao nível da população residente sem qualificação escolar, bem como a que detém o Ensino Secundário e Ensino Superior.

O 1.º e o 2.º Ciclo do Ensino Básico como nível de instrução completo mais elevado é verificado na população do género masculino.

Quadro n.º 10

Alunos Matriculados segundo o Grau de Ensino (2011/2012)

Área Geográfica	Nível de Ensino			
	Ensino Pré-Escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Portugal	272 574	1 157 811	411 238	370 587
Norte	94 053	415 250	151 683	118 937
Grande Porto	32 753	142 642	54 751	71 669
Tâmega	14 461	71 750	19 873	3 538
Paredes	2 227	11 737	2 623	2 050

Fonte: CCDR-N

Relativamente aos alunos matriculados, é de salientar que a sua grande maioria frequenta o Ensino Básico, seguido do Ensino Secundário.

O Ensino Pré-Escolar é o que tem o menor número de matrículas, resultado também da diminuição da taxa de natalidade.



Quadro n.º 11

Taxa de Abandono Escolar⁹/Saída Antecipada¹⁰/Saída Precoce¹¹ (%)

Área Geográfica	Abandono Escolar		Saída Antecipada		Saída Precoce	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	2,8	1,6	24,6	9,1	44,8	27,1
Norte	3,5	1,5	32,1	9,5	51,2	28,9
Grande Porto	2,6	1,5	22,0	9,6	40,5	26,2
Tâmega	6,2	1,5	50,2	14,4	68,2	38,9
Paredes	6,4	1,5	47,9	16,8	67,1	39,9

Fonte: CCDR-N

Embora a saída Antecipada e Saída Precoce registe valores bastante elevados, é de salientar o decréscimo acentuado na última década. Decréscimo este verificado em todas as cinco áreas geográficas em análise. Não obstante, o concelho de Paredes, por comparação, tem a percentagem mais elevada 39,9% para 27,1% em Portugal.

A variável relativa ao abandono escolar é ligeiramente inferior à verificada em Portugal e equivalente às três restantes áreas geográficas em análise, por comparação.

5.2. Parque Escolar Concelhio

O concelho de Paredes tem 6 Agrupamentos de Escolas que abrangem um total de 15 371 alunos, nomeadamente o Agrupamento de Cristelo, Daniel Faria, Lordelo, Paredes, Sobreira, Vilela e Escola Secundária de Paredes.

Cada Agrupamento de Escolas abrange 53 de Estabelecimentos de Ensino, distribuídos da seguinte forma:

Agrupamento de Escolas de Cristelo

- Jardim de Infância de Perletieiro, Cristelo
- Jardim de Infância de Barreiras, Duas Igrejas
- Escola Básica de Cristelo
- Escola Básica de Duas Igrejas
- Escola Básica de Sobrosa

⁹ Taxa de Abandono Escolar - Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos de idade que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

¹⁰ Taxa de saída Antecipada - Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos de idade que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

¹¹ Taxa de saída Precoce - Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos de idade que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário



Agrupamento de Escolas Daniel Faria

- Jardim de Infância de Astromil
- Jardim de Infância de Trás-as-Vessadas, Gandra
- Jardim de Infância de Tanque, Baltar
- Jardim de Infância de Lagar, Vandoma
- Escola Básica de Lage, Parada de Todeia
- Escola Básica n.º 1 de Feira, Baltar
- Escola Básica n.º 2 de Feira, Baltar
- Escola Básica n.º 3 de Feira, Baltar
- Escola Básica de Rua, Vandoma
- Escola Básica de Bacêlo, Vandoma
- Escola Básica da Gandra
- Escola Básica de Cete
- Escola Básica de Baltar
- Escola Secundária Daniel Faria, Baltar

Agrupamento de Escolas de Lordelo

- Jardim de Infância de Soutelo
- Escola Básica de Parteira, Lordelo
- Escola Básica de Corregais, Lordelo
- Escola Básica n.º 1 de Lordelo
- Escola Básica e Secundária de Lordelo

Agrupamento de Escolas de Paredes

- Jardim de Infância de Insuela, Besteiros
- Jardim de Infância de Paredes
- Jardim de Infância de Carregoso
- Jardim de Infância de Mó
- Jardim de Infância de Igreja, Bitarães
- Jardim de Infância de Estrebuela, Castelões de Cepeda
- Jardim de Infância de Carreiras Verdes, Louredo
- Jardim de Infância de Monte, Mouriz
- Escola Básica de Paredes
- Escola Básica de Boavista, Beire



- Escola Básica de Chãos
- Escola Básica n.º 2 de Paredes
- Escola Básica de Estrada, Louredo
- Escola Básica de Talhò, Gondalães
- Escola Básica de Redonda, Madalena
- Escola Básica de Outeiro, Louredo
- Escola Básica de Mouriz, Paredes

Agrupamento de Escolas da Sobreira

- Jardim de Infância de Pulgada, Aguiar de Sousa
- Jardim de Infância de Trás-de-Várzea
- Escola Básica de Recarei
- Escola Básica de Sobreira
- Escola Básica n.º 1 de Sobreira

Agrupamento de Escolas de Vilela

- Jardim de Infância São Marcos, Rebordosa
- Escola Básica de Muro, Rebordosa
- Escola Básica de Serrinha, Rebordosa
- Escola Básica de Vilela
- Escola Básica n.º 1 de Rebordosa
- Escola Básica e Secundária de Rebordosa
- Escola Básica e Secundária de Vilela

Escola Secundária de Paredes



Quadro n.º 12

Número de Alunos por Agrupamento de Escolas
Ano Letivo 2013/2014

Agrupamento	Número de Alunos
Agrupamento de Escolas de Cristelo	1 357
Agrupamento de Escolas Daniel Faria	2 651
Agrupamento de Escolas de Lordelo	1 433
Agrupamento de Escolas de Paredes	2 429
Agrupamento de Escolas da Sobreira	1 243
Agrupamento de Escolas de Vilela	2 639
Escola Secundária de Paredes	1 788
TOTAL	13 540

Fonte: Pelouro da Educação

Quadro n.º 13

Número de Alunos no 1.º Ciclo do Ensino Básico
Ano Letivo 2013/2014

Freguesia	Escola	Nível de Ensino				TOTAL
		1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	
Baltar	Feira 1	26	26	0	0	52
	Feira 2	0	1	20	21	42
	Feira 3	26	29	45	35	135
Beire	Boavista	13	11	6	14	44
Bitarães	Chãos	24	22	25	27	98
Castelões de Cepeda	CE Paredes	124	130	72	113	439
Cete	CE Cete	26	28	33	36	123
Duas Igrejas	CE Duas Igrejas	40	55	43	52	190
Gandra	CE Gandra	73	86	63	74	296
Gondalães	Gondalães	7	12	12	19	50
Lordelo	Corregais	8	14	15	8	45
	CE Lordelo 1	53	78	63	54	248
	Parteira	19	29	16	14	78
Louredo	Estrada	5	0	19	12	36
	Outeiro	7	13	12	10	42
Madalena	Redonda	0	17	24	24	65
Mouriz	CE Mouriz	46	66	101	63	276
Parada de Todeia	Lage	16	21	21	20	78
Rebordosa	CE Rebordosa	76	69	49	56	250
	Muro	0	18	22	17	57
	Serrinha	20	16	13	23	72
Recarei	CE Recarei	50	71	56	75	252
Sobreira	CE Sobreira	31	54	43	42	170
Sobrosa	CE Sobrosa	53	53	62	72	240
Vandoma	Bacelo	16	18	16	17	67
	Rua	4	11	4	9	28
Vilela	CE Vilela	54	74	66	70	264
TOTAL		817	1 022	921	977	3 737

Fonte: Pelouro da Educação



Diagnóstico Social

Quadro n.º 14

Número de Alunos no 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico
Ano Letivo 2013/2014

Escola	Nível de Ensino					TOTAL
	2.º CEB		3.º CEB			
	5.º Ano	6.º Ano	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	
Escola EB2,3 de Baltar	196	220	108	98	107	729
Escola EB2,3 de Cristelo	101	149	126	130	111	617
Escola EB2,3 de Paredes	312	322	69	57	74	834
Escola EB2,3 da Sobreira	106	138	137	100	112	593
Escola EB2,3 de Lordelo	126	129	139	127	107	628
Escola EB2,3/S Rebordosa	106	136	102	122	114	580
Escola Secundária de Baltar	---	---	110	120	75	305
Escola Secundária de Paredes	---	---	265	267	332	864
Escola Secundária de Vilela	94	60	99	58	134	445
Total	1 041	1 154	1 155	1 079	1 166	5 595

Fonte: Pelouro da Educação

Quadro n.º 15

Número de Alunos no Ensino Secundário
Ano Letivo 2013/2014

Escola	Nível de Ensino			TOTAL
	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	
Escola Secundária de Baltar	110	92	71	273
Escola Secundária de Paredes	337	254	201	792
Escola Secundária de Vilela	117	114	115	346
Escola EB2,3/S Rebordosa	22	0	0	22
Escola EB2,3 de Lordelo	53	26	33	112
Total	639	486	420	1 545

Fonte: Pelouro da Educação

Quadro n.º 16

Número de Alunos no Ensino Superior
Ano Letivo 2013/2014

	N.º de Cursos	N.º de Alunos
Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário CESPU	23	1 725

Fonte: Pelouro da Educação

Nota: À data da recolha dos dados ainda estavam a decorrer as matriculas para alguns cursos, pelo que o número de alunos a frequentar a CESPU é um valor aproximado.

No universo do estabelecimento de ensino da CESPU, são lecionados mais de 50 ciclos de estudos superiores, entre mestrados integrados, licenciaturas e mestrados, para além de 60 pós graduações não conferentes de grau.



Quadro n.º 17
 Cursos de Educação e Formação / Cursos Profissionais
 Ano Letivo 2013/2014

Escola	Designação do Curso	Tipo	Alunos
Escola EB 2,3 de Baltar	Curso Vocacional - Materiais e Madeiras	CV	17
	Curso Vocacional - Materiais e Madeiras	CV	23
	Curso Vocacional - Materiais e Têxteis	CV	22
Escola Secundária de Baltar	Multimédia	CP	24
	Multimédia	CP	17
	Técnico Turismo	CP	20
	Técnico Turismo	CP	18
	Design Industrial	CP	21
Escola EB 2,3 de Cristelo	Manutenção de Campos de Golfe	CEF	22
	Artes e Ofícios	CV	22
	Técnico de Logística	CA-SEC	22
	Técnico de Eletricidade	CA-SEC	19
Escola EB 2,3 de Lordelo	Reparador/Instalador de Computadores	CEF	17
	CV 1	CV	27
	CV2	CV	22
	Técnico Comercial	CP	25
	Técnico Informática de Gestão	CP	8
	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	CP	12
	Animação Sócio-Cultural	CP	9
Escola EB 2,3 de Paredes	Rota do Românico	CV	24
	Rota do Românico	CV	25
	Cozinha	CA - SEC	20
	Cozinha (Protocolo IEFP)	EFA	23
Escola EB 2,3 da Sobreira	Pastelaria e Panificação	CEF	19
Escola EB 2,3 de Rebordosa	Informática de Gestão	CP	26
Escola Secundária de Vilela	Promoção e Intervenção do Meio	CV	24
	Apoio à Gestão Desportiva	CP	27
	Turismo Ambiental e Rural	CP	18
	Turismo Ambiental e Rural	CP	16
	Informática de Gestão	CP	23
	Animador Sócio-Cultural	CP	20
	Design Gráfico	CP	26
	Fotografia	CP	24
	Apoio à Gestão Desportiva	CP	13
	Gestão de Equipamentos Informáticos	CP	25
	Escola Secundária de Paredes	Técnico de Apoio à Infância	CP
Técnico de Gestão Equipamentos Informáticos		CP	16
Contabilidade		CP	63
Técnico Comercial		CP	11
TOTAL			852

Fonte: Pelouro da Educação



Quadro n.º 18
Número de Alunos no CFPIMM
Ano Letivo 2013/2014

	N.º de Cursos	N.º de Alunos
Centro de Formação Profissional das Madeiras e Mobiliário CFPIMM	7	106

Fonte: Pelouro da Educação

O Centro de Formação Profissional das Madeiras e Mobiliário - CFPIMM é um organismo público que tem como objetivo a valorização dos recursos humanos, no setor das madeiras.

Na formação inicial, promovem ações de formação para jovens com o 9º ano de escolaridade, que dão equivalência ao 12º ano e qualificação profissional de nível IV, e que preveem a atribuição de Bolsas de Profissionalização e para Material de Estudo, Subsídios de Refeição, de Transporte, de Acolhimento e de Alojamento (nos termos da lei vigente).

Quadro n.º 19
Número Total de Alunos por Nível de Ensino - 2013/2014

Agrupamentos	Nível de Ensino	Jl	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	CEF/CP	TOTAL
Cristelo		225	430	250	367	---	85	1 357
Daniel Faria		361	821	416	618	273	162	2 651
Lordelo		202	371	255	373	112	120	1 433
Paredes		453	1 050	634	200	---	92	2 429
Sobreira		209	422	244	349	---	19	1 243
Vilela		361	643	396	629	368	242	2 639
Escola Secundária		---	---	---	864	792	132	1 788
CFPIMM		---	---	---	---	---	---	106
Superior		---	---	---	---	---	---	1 725
TOTAL		1 811	3 737	2 195	3 400	1 545	852	15 371

Fonte: Pelouro da Educação

Pela leitura do Quadro Resumo acima descrito, concluímos que a maioria dos alunos (24,31%) frequenta o 1.º CEB, seguindo-se o Ensino Secundário com 22,19%.

Como já referidos no presente Instrumento de Planeamento, o ensino pré-escolar conta apenas com 1 811 alunos de um universo de 15 371, resultado também da condição económico-financeira e redução da taxa de natalidade.

Um outro aspeto a ter em conta prende-se com o facto de os Agrupamentos Daniel Faria, Vilela e Paredes terem um elevado número de alunos, quando comparados com os restantes, resultado de terem agregado vários estabelecimentos de ensino, assim como freguesias populosas, isto é, os diferentes



Agrupamentos de Escolas perfilam a sua preponderância na rede educativa segundo as suas próprias características, sejam elas por terem os valores muito elevados relativamente ao número de educandos, por terem o maior número de população escolar, por abrangerem uma maior área geográfica, por terem o maior número de escolas integradas e/ou por servirem uma população escolar mais reduzida.

O cumprimento dos objetivos constantes no artigo 40.º da Lei de Bases do Sistema Educativo obrigou, de forma a satisfazer as necessidades educativas da população, ao reordenamento e ao reajustamento da rede escolar pública não superior, pelo que as alterações verificadas na rede escolar no concelho de Paredes foram de acordo com a Portaria 30/2014, de 5 de fevereiro.



6. (Des)Emprego

O emprego é um direito social básico que se encontra reconhecido a todos os cidadãos e cidadãs na Constituição da República Portuguesa (4ª revisão de 1997).

No seu artigo 58º a Constituição refere que incumbe ao Estado promover a “execução de políticas de pleno emprego”; saliente-se a alínea a) do artigo 59º onde se escreve que todos/as trabalhadores/as têm direito, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, convicções políticas ou ideológica, “à retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna”.

A exclusão face ao direito ao emprego, ou numa perspectiva mais ampla, ao trabalho, tem sido uma das questões centrais no debate sobre a exclusão social. Tal exclusão ultrapassa hoje a vertente mais fácil de identificar, e também a mais visível, que é a do desemprego mas contempla as dimensões da ausência de qualidade no emprego, que passam pelo baixo nível de remunerações, pela precariedade ou inexistência de vínculos contratuais, pela clandestinidade de determinadas actividades profissionais, pelas enormes desigualdades que caracterizam o sistema de remunerações e que afetam, em particular, as mulheres e os estratos escolar e profissionalmente menos qualificados.

A exclusão face ao direito ao emprego é, por si só, uma dimensão da exclusão social, bem como um factor potenciador de outras dimensões dessa mesma exclusão. Note-se que o emprego, ou o desempenho de uma actividade profissional remunerada, representa, para a maior parte das famílias, a principal fonte de rendimentos. Ter um emprego/uma profissão é sinónimo de, para além de todas as transformações sociais, ter acesso a um determinado estatuto que, geralmente, se assume como uma referência social muito importante.

De acordo com as estatísticas com Instituto de Emprego e Formação Profissional, no final do mês de abril de 2014, encontravam-se inscritos como desempregados, nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 668 023 indivíduos, número que representa 72,3% de um total de 924 330 pedidos de emprego.

O total de desempregados registados no País diminuiu (-8,3%; -60 489), em comparação com o mês homólogo do ano anterior. Em relação a março deste ano, também se observou uma diminuição (-3,2%; -21 802).

A análise por género evidencia uma quebra anual do desemprego, tanto nos homens (-9,6%) como nas mulheres (-7,0%).

No que respeita à idade, tanto os jovens como os adultos apresentaram uma descida anual, correspondendo a -5,3% no primeiro grupo e a -8,7% no segundo.



Quanto ao tempo de inscrição, os desempregados inscritos há menos de um ano baixaram em relação a abril de 2013 (-16,8%), contrariamente aos desempregados de longa duração (tempo de inscrição igual ou superior a um ano), que aumentaram (+2,6%).

As situações de procura de um novo emprego por parte dos desempregados registaram uma quebra face ao período homólogo do ano passado (-10,4%) e as situações correspondentes à procura do primeiro emprego sofreram um incremento (+14,5%).

Segundo a escolaridade, a redução anual do desemprego foi sentida em todos os níveis de instrução. O 3º ciclo do ensino básico evidenciou-se com o decréscimo mais significativo (-10,6%).

A nível regional, e comparando com o mês homólogo de 2013, o desemprego diminuiu em todas as regiões do Continente e nas Regiões Autónomas. No Algarve e no Alentejo registaram-se as variações decrescentes mais acentuadas, com -16,6% e -13,5%, respetivamente.

Tendo em consideração os grupos profissionais dos desempregados registados no final de abril deste ano, os dados apurados para o Continente destacam, como mais representativos, os seguintes (de acordo com a Classificação Portuguesa de Profissões): “Trabalhadores não qualificados” (22,6%); “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (17,8%) e “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (16,9%).

No que respeita à atividade económica de origem do desemprego, de entre os 566 833 desempregados que, no final do mês em apreciação, estavam inscritos como candidatos a novo emprego, nos Centros de Emprego do Continente, 64,2% tinham trabalhado em atividades do sector dos “serviços”, com destaque para as “atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio”; 31,6% eram provenientes da “indústria”, com particular relevo para a “construção”; o sector “agrícola” teve um peso de 3,5%.

Os três principais sectores apresentaram quebras anuais nesta variável, -4,7% no sector primário, -16,5% no secundário e -7,5% no terciário. A desagregação por ramo de atividade económica permite observar uma diminuição generalizada, com destaque para a “fabricação de têxteis” (-20,0%), seguida da “indústria do vestuário” (-18,0%). Apenas as “atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” assinalaram um aumento (+1,8%).

Ao longo deste mês de abril, inscreveram-se nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 52 611 desempregados, número que representa um decréscimo (-9,3%; -5 381) face ao mesmo mês do ano transato. Este comportamento do fluxo de desempregados, no espaço de um ano, foi extensível a todo o País. Comparando com o mês anterior, também se verificou uma redução que se estendeu a todas as regiões (-6,2%; -3 459).

Tendo por base informação relativa ao Continente, mantém-se como principal motivo de inscrição dos desempregados o “fim de trabalho não permanente”, representando 36,1% do total. A categoria



“despedido” ocupa a segunda posição (12,5%) e, em terceiro lugar, surgem os “ex-estudantes”, com 7,7%.

No final do mês em análise, as ofertas de emprego por satisfazer eram 20 471, nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, o que corresponde a uma subida anual (+54,1%; +7 190), bem como mensal (+0,7%; +147).

Quanto às ofertas de emprego recebidas ao longo deste mês, estas totalizaram 14 123 no País, traduzindo-se num incremento anual (+21,5%; +2 503). Em termos mensais, e comparando com o mês passado, ocorreu uma quebra (-7,2%; -1 092).

As atividades económicas com maior expressão nas ofertas de emprego disponibilizadas ao longo do mês de abril de 2014 (dados do Continente), foram as seguintes: “atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” (18,0%), “alojamento, restauração e similares” (14,3%) e “comércio por grosso e a retalho” (12,5%).

As colocações realizadas durante o mês em análise, em todo o País, ascenderam a 9 458, número superior em 26,7% (+1 995) comparativamente a igual período de 2013. Verificou-se igualmente uma subida mensal (+8,8%;+766).

A análise das colocações por grupos de profissões (dados do Continente), evidencia uma maior concentração em torno dos “Trabalhadores não qualificados” (24,2%) e dos “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (20,1%).

Quadro n.º 20

Beneficiários/as do Subsídio de Desemprego, por Local de Residência (Anual - 2012)

Área Geográfica	Total de Beneficiários de Subsídio de Desemprego		Valor médio anual
	N.º de Indivíduos	% face à Pop. Residente	Euros
Portugal	638 317	6,1	3 732
Norte	240 918	6,6	3 681
Grande Porto	92 854	7,3	3 905
Tâmega	37 658	6,9	3 342
Paredes	7 059	8,1	3 367

Fonte: CCDR-N

Pela leitura do quadro acima descrito, concluímos que, das áreas geográficas de referência, o concelho de Paredes é a unidade territorial que regista o maior número de beneficiários do subsídio de desemprego, face à população residente (8,1%), seguindo-se o Grande Porto, com 7,3%.



6.1. População Ativa e Desempregada

Em 2011 a taxa de atividade em sentido restrito é de 48%. À semelhança de 2001, a taxa de atividade nos homens continua a ser superior à das mulheres, 52% contra 44%.

Como se pode ver no quadro que se segue, o concelho de Paredes segue a tendência registada a nível nacional.

Quadro n.º 21

Taxa de Atividade no Concelho de Paredes, 2001 - 2011

Paredes	Período de Referência					
	2001			2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	59,8 %	41,5 %	50,6%	55,9%	43,9 %	49,82 %

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro n.º 22

População economicamente ativa no Concelho de Paredes, 2001 - 2011

Paredes	Período de Referência					
	2001			2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	24 719	17 467	42 186	23 786	19 486	43 272

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011 a população ativa corresponde a 43 272 indivíduos, dos quais 23 786 (cerca de 55%) são do género masculino.

Na última década verificou-se um aumento da importância da população ativa, em 2001 era de 42 186 e a uma redução do peso da população inativa na população residente.

Em todos os grupos etários, há uma maior proporção de homens empregados do que mulheres. No caso da população inativa, verifica-se exatamente o inverso, com uma maior representação das mulheres.



Quadro n.º 23

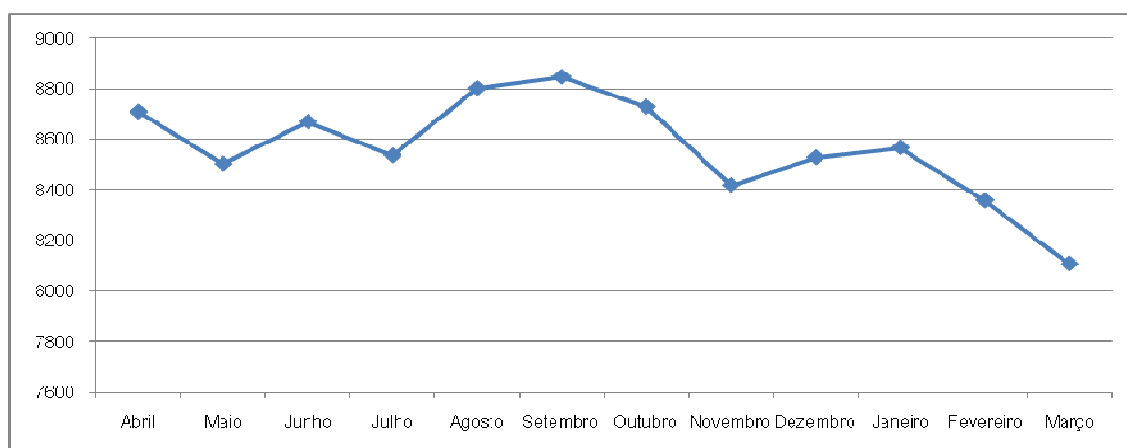
População Desempregada no concelho de Paredes, 2013-2014

Meses	Ano 2013/2014				Total
	Género				
	Masculino	%	Feminino	%	
Abril	4 362	50,09	4 346	49,91	8 708
Maio	4 226	47,91	4 276	52,09	8 502
Junho	4 208	48,59	4 461	51,41	9 669
Julho	4 103	48,07	4 433	51,93	8 536
Agosto	4 126	46,88	4 675	53,12	8 801
Setembro	4 150	46,91	4 696	53,09	8 846
Outubro	4 137	47,40	4 591	52,60	8 728
Novembro	4 052	48,13	4 366	51,87	8 418
Dezembro	4 107	48,16	4 421	51,84	8 528
Janeiro	4 191	48,92	4 376	51,08	8 567
Fevereiro	4 115	49,23	4 243	50,77	8 358
Março	3 984	49,14	4 123	50,86	8 107

Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais

Gráfico n.º 3

Evolução do Desemprego registado no concelho de Paredes



Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais

O concelho de Paredes, em março último, registava 8 107 de desempregados, sendo que a maioria era do sexo feminino (50,86%). No ano aqui em análise, o número de desempregados oscilou de forma considerável, tendo-se verificado o maior número de desempregados no mês de setembro de 2013.



Quadro n.º 24

Desemprego registado no concelho de Paredes, segundo o género, por comparação com dados nacionais e regionais (março 2013 - 2014)

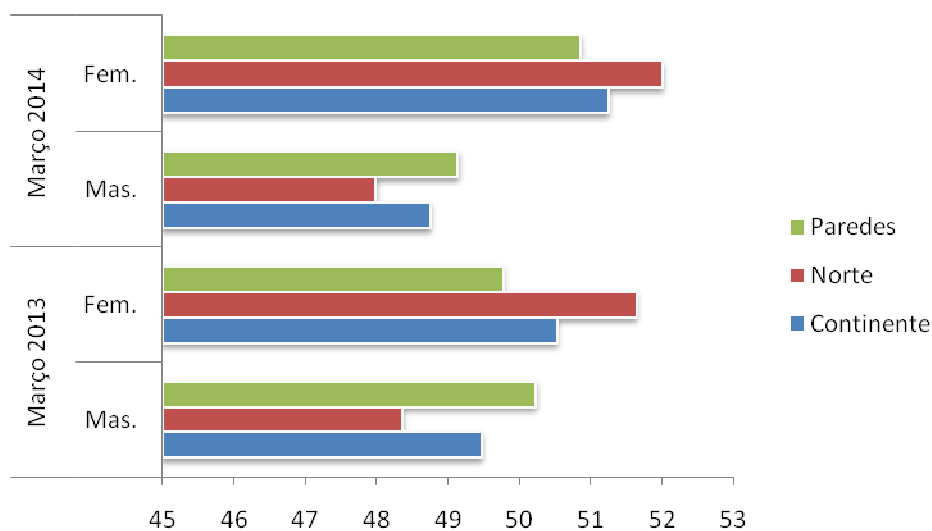
Área Geográfica	Março 2013					Março 2014				
	Mas.	%	Fem.	%	Total	Mas.	%	Fem.	%	Total
Continente	344 704	49,47	352 193	50,53	696 897	318 614	48,75	334 887	51,25	653 501
Norte	145 154	48,36	154 988	51,64	300 142	139 339	47,99	150 975	52,01	290 314
Paredes	4 308	50,23	4 268	49,77	8 576	3 984	49,14	4 123	50,86	8 107

Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais

No que diz respeito ao volume de desempregados, quando comparado com um período homólogo, podemos afirmar que, à semelhança do verificado na região norte e Portugal continental, a taxa de desemprego diminui ligeiramente. Refira-se ainda que, a diminuição do número de desempregados, é sobretudo, no género masculino.

Gráfico n.º 4

Desemprego registado no concelho de Paredes, segundo o género, por comparação com dados nacionais e regionais (março 2013 - 2014)



Fonte: IEFP - Estatísticas Mensais



6.2. Empresas/Sociedades

No ano 2007 o Concelho de Paredes tinha 7 432 empresas, tendo sofrido um decréscimo de 551, face ao ano 2009 o que corresponde a 7%.

Apesar de no Concelho de Paredes se ter verificado o maior número de encerramento de Empresas, se comparado com Portugal Continental e Região Norte, também é verdade que em todas as áreas geográficas em análise houve um decréscimo considerável do número de empresas a laborar.

Quadro n.º 25

Número de Empresas/Sociedades

Ano	Continente	Região Norte	Paredes
2007	1 060 191	42 237	7 432
2008	1 054 373	42 053	7371
2009	1 019 248	39 977	6 881

Fonte: INE

6.3. Insolvências

De 02 de janeiro a 25 de outubro de 2012, 86 empresas entraram em insolvência, sendo a sua grande maioria do ramo mobiliário.

- 38 Empresas de Mobiliário
- 11 Empresas de Construção Civil
- 19 Empresas Comércio
- 11 Empresas de Prestação de Serviços
- 3 Empresas da Área Restauração
- 2 Empresas do Ramo Automóvel
- 2 Empresas da Área da Confeção



7. Família

O artigo 65^a da Constituição consagra os direitos básicos à habitação nos seguintes termos: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar” (ponto 1 do artigo 65^o).

A expressão mais visível da exclusão relativamente ao direito “habitação” tem sido, sem dúvida, a existência de bairros de barracos nas principais aglomerações urbanas e, por outro lado, a persistência, no País em geral, de certos indicadores que atestam, ainda, deficientes condições de habitabilidade, ausência de privacidade e conforto, pese embora as grandes evoluções a este nível.

Para além das dimensões mais objetivas o alojamento transporta consigo uma dimensão simbólica que é necessário ter em conta, sobretudo a quando do processo de realojamento sob pena de se criarem autênticos guetos. “É que o espaço alojamento é ele próprio um signo de estatuto social. E esta simbologia do espaço dá lugar a uma competição cujo resultado é a exclusão, ou marginalização, de alguns em relação a certos locais; esta marginalização consiste não apenas da incapacidade económica de escolher, de facto, o seu alojamento mas resulta também de uma imagem estigmatizada de certas categorias da população. A ideia de que ter certa vizinhança é factor de despromoção social é bem patente na desvalorização efectiva dos preços de habitações, do mercado formal, a quando da instalação, nas proximidades, de bairros de realojamento e na concomitante reacção das populações de acolhimento, perante situações de realojamento” (Cardoso, 2000)

7.1. Famílias no Concelho de Paredes

Quadro n.º 26

População residente no Concelho de Paredes

Área Geográfica	População Residente				TOTAL
	Masculino	%	Feminino	%	
Paredes	42 530	48,97	44 324	51,03	86 854

Fonte: INE, Censos 2011

De acordo com os dados dos Censos 2011, no Concelho de Paredes residem 86 854 indivíduos, 51,03 % são do género feminino.

Quanto ao estado civil, a maior parte da população residente no concelho é casada, cerca de 51% correspondente a 43 838 indivíduos, seguindo-se o estado civil de solteiro, com uma percentagem de 41,42, como se pode verificar no Quadro n.º 27.



Quadro n.º 27

População residente no Concelho de Paredes, segundo o Género e Estado Civil

Estado Civil	Género				Total
	Masculino	%	Feminino	%	
Solteiro	18 365	51,05	17 343	48,95	35 978
Casado	21 860	49,87	21 978	50,13	43 838
Divorciado	1 236	43,66	1 595	56,34	2 831
Viúvo	791	18,80	3 416	81,20	4 207
TOTAL	42 522	---	44 332	---	86 854

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro n.º 28

Famílias Clássicas no Concelho de Paredes, por Freguesia

Área Geográfica	Número	%
Aguiar de Sousa	511	1,81
Astromil	345	1,22
Baltar	1 654	5,88
Beire	626	2,23
Besteiros	469	1,69
Bitarães	915	3,25
Castelões de Cepeda	3 131	11,14
Cete	1 058	3,76
Cristelo	591	2,10
Duas Igrejas	1 166	4,15
Gandra	2 291	8,15
Gondalães	387	1,38
Lordelo	3 141	11,17
Louredo	489	1,74
Madalena	634	2,26
Mouriz	1 004	3,57
Parada de Todeia	605	2,15
Rebordosa	2 891	10,28
Recarei	1 505	5,35
Sobreira	1 402	4,99
Sobrosa	811	2,88
Vandoma	754	2,68
Vila Cova de Carros	205	0,73
Vilela	1 530	5,44
TOTAL	28 115	100

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011 o concelho de Paredes registava 28 115 Famílias Clássicas, destacando-se as freguesias de Lordelo, Castelões de Cepeda e Rebordosa como as que reuniam o maior número, em sentido restrito, cerca de 11%, contrastando com Vila Cova de Carros que detinha 0,73%.



Quadro n.º 29

Famílias Clássicas, residentes no Concelho de Paredes, segundo a dimensão

	Famílias Clássicas Residentes										TOTAL
	C/ 1 pessoa		C/ 2 pessoas		C/ 3 pessoas		C/ 4 pessoas		C/ 5 pessoas ou +		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
2001	1 750	7,0	4 848	19,5	7 694	31,0	6 685	26,9	3 904	15,7	24 881
2011	2 929	10,4	6 430	22,9	8 664	30,8	6 993	24,9	3 099	11,0	28 115

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011 foram registadas 28 115 Famílias Clássicas e, se comparado com os dados de 2001, verifica-se um aumento de 3 234 famílias.

Do ponto de vista da composição do núcleo familiar, podemos afirmar que as famílias com 4 pessoas prevalecem em relação às restantes em análise, embora tenha sofrido um decréscimo de 2% em relação a 2001. O decréscimo mais acentuado (menos cerca de 5%) constata-se nas famílias com 5 ou mais elementos.

Quadro n.º 30

População residente no Concelho de Paredes, segundo o Género e Estado Civil

Área Geográfica	Famílias Clássicas Residentes				
	C/ 1 pessoa	C/ 2 pessoas	C/ 3 pessoas	C/ 4 pessoas	C/ 5 pessoas ou +
Portugal	21,45	31,59	23,88	16,59	6,49
Norte	17,21	29,35	26,28	19,26	7,9
Grande Porto	20,19	30,73	26,33	16,41	6,35
Paredes	10,42	22,87	30,82	24,87	11,02

Fonte: INE, Censos 2011

Da análise da estrutura familiar do concelho de Paredes verifica-se que, em comparação com as restantes realidades territoriais enunciadas, constatamos que Paredes segue a tendência registada na zona norte, onde prevalece as famílias com 3 elementos, em oposição a Portugal e Grande Porto, onde a maior percentagem situa-se nos núcleos familiares de apenas 2 elementos.

Importa ainda salientar a diferença considerável que o Concelho de Paredes apresenta em relação ao número de famílias com 5 pessoas ou mais, por comparação com as restantes unidades territoriais.



7.2. Sobre a Comunidade Cigana do Concelho de Paredes

A Comunidade Cigana residente em Paredes está radicada no Concelho há mais de 20 anos. Os dados apontam para a existência de 25 famílias de etnia cigana a viver no Acampamento do Lugar de Valbom, Freguesia de Castelões de Cepeda, num total de 98 indivíduos.

À semelhança do que se verifica com a Comunidade Cigana espalhada um pouco por todo o país, a integração social dos indivíduos de Etnia Cigana residentes no Concelho de Paredes apresenta-se como um desafio, tanto para as famílias ciganas como para a Comunidade em geral.

Trata-se de uma população que vive, de uma forma geral, processos de exclusão social. No que concerne à Comunidade Cigana do Concelho de Paredes, a esta vulnerabilidade não poderemos designar como exclusão social, uma vez que existe uma aceitação por parte da sociedade paredense, muito embora a ausência de competências pessoais, sociais e profissionais por parte desta população, dificulte a sua plena integração na Comunidade envolvente.

A isto se juntam as fracas condições habitacionais, sanitárias e de salubridade, as ténues taxas de alfabetização e a marginalização relativamente ao mercado de trabalho.

Nas sociedades modernas, em que o acesso e a inserção no mercado de trabalho são fatores fundamentais para a integração social das famílias, a realidade mostra a grande dificuldade que as famílias ciganas têm neste trajeto.

O sistema ocupacional destes indivíduos é bastante precário. As alterações económicas e tecnológicas têm vindo a colocar em crise a forma tradicional de ganhar a vida da maior parte das famílias ciganas, levando de certa forma a romper com a transmissão tradicional de alguns negócios às gerações seguintes.

Reportando-nos ao tipo de ocupações ou atividades económicas desenvolvidas, podemos dizer que estamos perante um grupo de pessoas totalmente excluídas, pelo tipo de atividades precárias a que se dedicam. Sem capital económico para sustentarem a compra de artigos ou de licenças para a venda ambulante, dedicam-se à venda de pequenos artigos nas feiras e romarias, não só as do Concelho, mas também nos Concelhos vizinhos e inclusive em Trás-os-Montes, de onde são naturais (Alijó e Mirandela). Todas as famílias ali residentes são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), rendimento a que se junta o abono de família recebido por cada filho, bem como os rendimentos provenientes da venda de cestas e balões.

A família exerce uma função essencial nas relações sociais, uma vez que se apresenta como a chave de transmissão de valores e de educação aos filhos. A figura da mãe tem um significado especial, principalmente na infância. Assume o papel de transmissora da cultura, mantendo com os filhos uma comunicação muito próxima.



O sistema de parentesco articula-se em linhagens formadas por vários grupos familiares com o mesmo antepassado.

As relações de vizinhança com a população em geral pautam-se pela cordialidade e solidariedade, indiciando posturas de integração que podem também ser entendidas como o não querer demarcar-se pela diferença cultural.

Outro aspeto a destacar tem a ver com a educação. Para grande parte das famílias de Etnia Cigana, a escola ainda é encarada como um espaço alheio e adverso à sua cultura. Nalgumas famílias com crianças e jovens a escolarizar-se há um interesse acentuado e sentido de responsabilidade para assegurar a frequência das aulas, mas, por outro lado, é também visível uma postura de completo desinteresse perante a escolarização, até porque quando nos reportamos às habilitações literárias dos progenitores, verificamos que estes são, na sua maioria, analfabetos.

Não obstante, verifica-se um aumento da escolaridade nos últimos anos, ainda que o absentismo escolar, o abandono dos estudos e o baixo rendimento escolar continue a ser um grande problema.

A relação com as estruturas de saúde é, aparentemente, pacífica. Grande parte daquela população está inscrita no Centro de Saúde da área de residência, destacando-se algumas formas de integração pela atitude preventiva, como por exemplo a vacinação, as consultas de rotina dos bebés ou o recurso à consulta do serviço de urgência.

Se por um lado se pode perceber que desejam uma integração na sociedade dominante ao nível da habitação, das relações de vizinhança, da escola, das estruturas de saúde, pela assimilação de alguns aspetos culturais, por outro lado, aspiram a continuar um modo de vida mais independente que lhes permita serem donos do seu destino, nomeadamente ao nível das atividades ocupacionais que gostariam de desenvolver mas que caíram em desuso.

Assim, verifica-se uma paulatina integração social, uma adequação à sociedade dominante, através de diversas formas de aculturação que mantêm intactos os aspetos culturais mais específicos da identidade cigana, permitindo, assim, a sua sobrevivência.

7.3. População Portadora de Deficiência

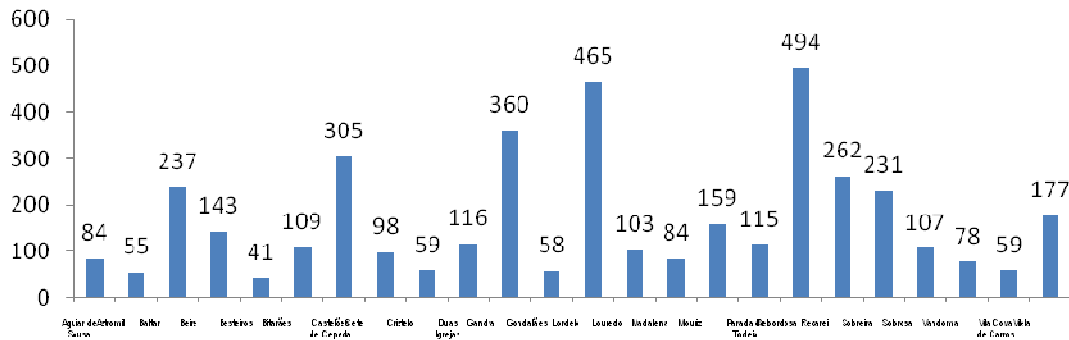
A população residente portadora de deficiência no concelho de Paredes (3 999 indivíduos) representa cerca de 4,6 %, da totalidade da população residente.

Em 2011, dos 3 999 residentes portadores de deficiência, a maior parte reside na freguesia de Rebordosa, Lordelo e Gandra com uma percentagem de 12,35%, 11,63% e 9,00%, respetivamente. Nas freguesias de Besteiros, Astromil e Gondalães, regista-se o menor número de residentes portadores de deficiência, se bem que também estamos a falar de freguesias menos populosas, em oposição às que registam o maior número.



Gráfico n.º 5

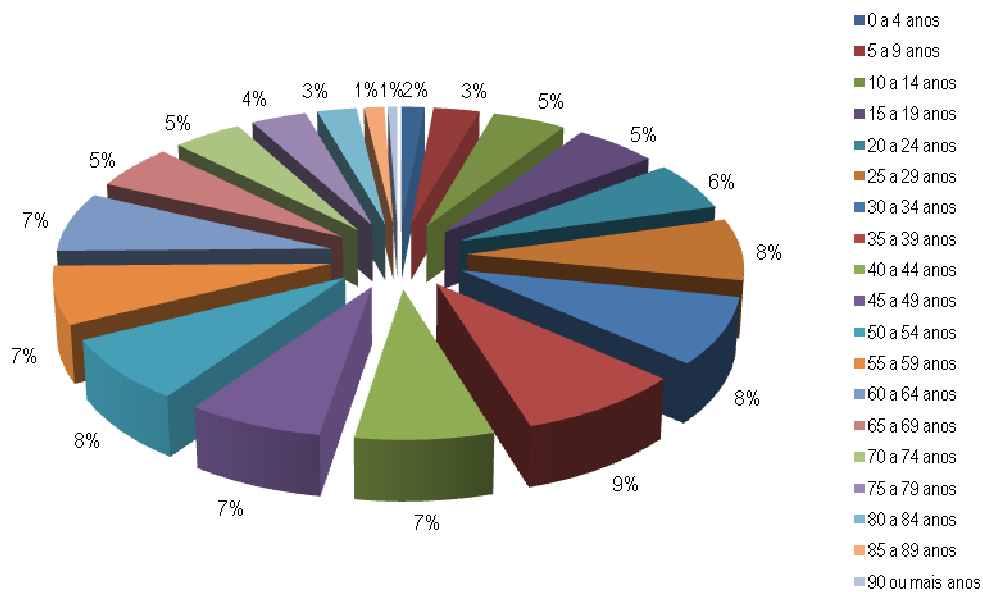
População Residente Portadora de Deficiência, por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2011

Gráfico n.º 6

População Residente Portadora de Deficiência, segundo o Grupo Etário



Fonte: INE, Censos 2011

A distribuição por grupos etários evidencia uma maior incidência de população portadora de deficiência no grupo etário com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos, 39,2% da totalidade dessa população, seguindo-se o grupo dos indivíduos com idades compreendidas entre os 50 e os 74 anos de idade, 32,1%.

A faixa etária dos jovens (até aos 19 anos) representa 14,7% da população portadora de deficiência, ou seja, 588 indivíduos (0,7% da população total).



Quadro n.º 31

População Residente Portadora de Deficiência, segundo o Grau de Incapacidade e Género

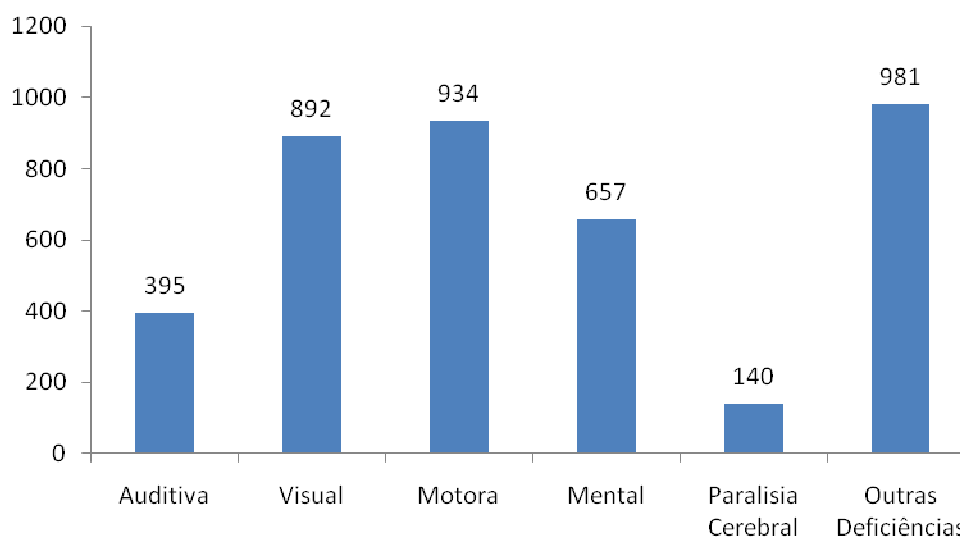
	H	M	TOTAL	%
Total da população residente portadora de deficiência	1667	2332	3999	100%
Sem grau atribuído	945	1113	2058	51,5
Inferior a 30%	140	357	497	12,4
De 30% a 59%	176	290	466	11,7
De 60% a 80%	176	310	486	12,2
Superior a 80%	230	262	492	12,3

Fonte: INE, Censos 2011

Dos 3 999 indivíduos portadores de deficiência, 2 058 (51,46%) não tem qualquer grau de incapacidade atribuído. Os indivíduos com um grau de incapacidade inferior a 30% são os que assumem maior relevância.

Gráfico n.º 7

População Residente Portadora de Deficiência, segundo o Tipo de Deficiência



Fonte: INE, Censos 2011

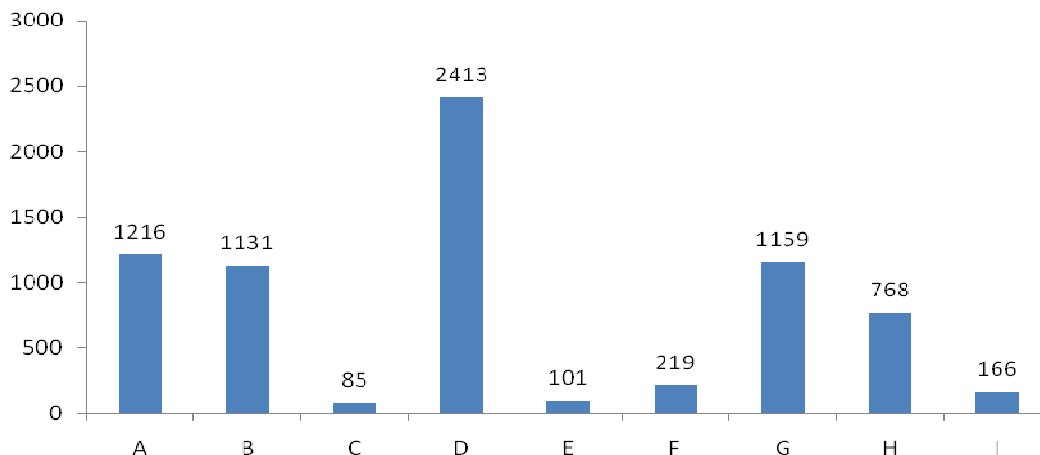
Seguida de “Outras Deficiências”, a deficiência motora é a que tem maior expressão percentual (23,36% correspondente a 934 indivíduos de um universo de 3 999). A Paralisia Cerebral é a que detém a menor incidência, com apenas 3,5%.

Exceptuando a deficiência visual, todos os outros tipos de deficiência têm maior expressão no género masculino.



Gráfico n.º 8

População Residente Portadora de Deficiência, por condição perante a Atividade Económica



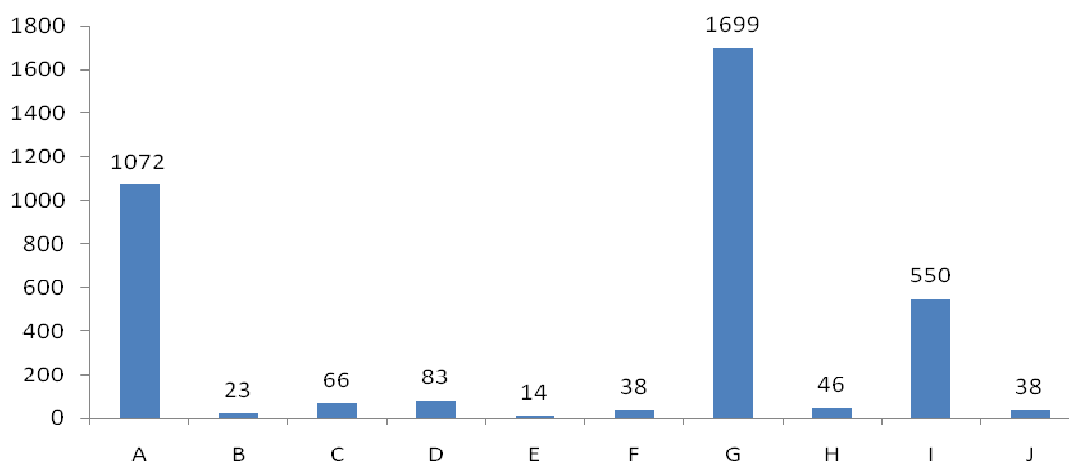
Fonte: INE, Censos 2011

Legenda

A - Com Atividade Económica B - Empregada C - Desempregada D - Sem Atividade Económica
E - Estudantes F - Domésticos G - Reformados, aposentados ou na reserva
H - Incapacitados permanentemente para o trabalho I - Outros

Gráfico n.º 9

População Residente Portadora de Deficiência, por Principal Meio de Vida

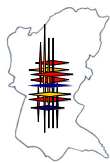


Fonte: INE, Censos 2011

Legenda

A - Trabalho B - Rendimentos da propriedade e da empresa C - Subsídio de desemprego
D - Subsídio temporário por acidente trabalho ou doença profissional E - Outros subsídios temporários
F - Rendimento mínimo garantido G - Pensão / Reforma H - Apoio Social I - A cargo da família J - Outra

60,34 % da População Portadora de Deficiência não tem qualquer atividade económica. Relativamente ao principal meio de vida, destacam-se os pensionistas/reformados (42,49% que corresponde a 1 699 indivíduos).



8. Habitação

“Sendo o homem um ser que habita, pela habitação se dá a conhecer. Habitar não é um mero acto físico realizado de modo indiferenciado. Nem sempre é um fenómeno homogéneo, como se tudo pudesse ser disposto da mesma forma. Habita-se como se é, e é-se na complexidade de uma vida estruturada em modos de vida” (Fernandes, 2001:11)

A habitação é um bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência quotidiana, constituindo, assim, um indicador directo das desigualdades sociais. No parecer de M. Vicente Moreira, “a habitação reflete o homem ou, por outras palavras, é a imagem de quem lá mora dentro, por vezes da sua profissão e até da sua psicologia” (1950:86).

A questão da habitação e dos equipamentos e infraestruturas complementares constitui, certamente, um dos mais graves problemas da nossa sociedade e é, também, um dos factores que mais contribui para o aumento de fenómenos de exclusão social. O facto de residir em habitações degradadas pode ser mais do que um indicador de pobreza, pode constituir um dos factores que aumentam a probabilidade de se permanecer nessa situação.

Os problemas habitacionais são, por isso, extremamente importantes, na medida em que se reflectem amplamente na qualidade de vida das populações. Em Portugal, o problema está longe de ser resolvido, pois existe ainda um número bastante significativo de pessoas a viverem em condições de grande precariedade a nível habitacional e a conseqüente deterioração do tecido social.

Parte significativa da população portuguesa é atormentada, quotidianamente, com problemas relacionados com a habitação. Estes constituem um grave problema humano, mas também, uma forte condicionante do progresso económico e da própria institucionalização democrática do país.

8.2. Indicadores Estatísticos

De seguida será apresentada a realidade concelhia, do ponto de vista da Habitação no Concelho de Paredes, através de um conjunto de quadros com o cruzamento de variáveis tidas como pertinentes e respetiva análise.

Em 2011, de acordo com os Censos, contabilizam-se 28 032 alojamentos familiares, registando-se, no último período intercensitário, uma diminuição de 123 alojamentos, em oposição ao número de edifícios, que sofreu um aumento considerável, sendo que, foi nas freguesias de Baltar, Gandra e Lordelo, que se verifica o maior incremento no número de edifícios, conforme consta no quadro que se segue.

Importa salientar que, ainda de acordo com os Censos 2011, existe um total de 34 291 alojamentos, sendo a sua maioria (99%) do tipo familiar.



Quadro n.º 32

Famílias, Alojamentos e Edifícios no Concelho de Paredes (2001-2011)

Freguesias	Famílias Clássicas		Alojamentos Familiares		Edifícios	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Aguiar de Sousa	464	511	549	511	507	610
Astromil	250	345	302	345	244	303
Baltar	1 440	1 654	1 665	1 647	1 197	1 305
Beire	681	626	704	626	564	674
Besteiros	419	469	479	469	396	443
Bitarães	768	915	789	910	658	848
Castelões de Cepeda	2 333	3 131	2 968	3 125	1 429	1 499
Cete	814	1 058	965	1 058	708	814
Cristelo	561	591	69	590	400	489
Duas Igrejas	1 068	1 166	1 153	1 159	897	1 028
Gandra	1 686	2 291	2 055	2 287	1 557	2 042
Gondalães	303	387	362	387	311	357
Lordelo	2 894	3 141	3 125	3 128	2 258	2 713
Louredo	408	489	485	488	382	476
Madalena	496	634	596	629	282	383
Mouriz	849	1 004	963	1 004	698	861
Parada de Todeia	553	605	641	604	492	542
Rebordosa	3 283	2 891	3 631	2 879	2 437	2 406
Recarei	1 438	1 505	1 503	1 499	1 226	1 447
Sobreira	1 247	1 402	1 463	1 397	1 206	1 298
Sobrosa	741	811	806	811	637	796
Vandoma	617	754	704	747	556	706
Vila Cova de Carros	193	205	207	205	155	222
Vilela	1 371	1 530	1 458	1 527	1 132	1 303
TOTAL	24 881	28 115	28 182	28 059	20 329	23 565

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro n.º 33

Alojamentos Familiares de Residência Habitual e Existência de Água Canalizada

Com Água Canalizada no Alojamento	Sem Água Canalizada no Alojamento	TOTAL
27 664	382	28 046

Fonte: INE, Censos 2011

À data dos Censos 2011, e de um universo de 28 046 alojamentos familiares de residência habitual, apenas 1,36 % não dispunha de água canalizada.



Quadro n.º 34

Alojamentos Familiares de Residência Habitual e Existência de Água Canalizada (local de proveniência)

Proveniente da Rede Pública	Proveniente da Rede Privada	TOTAL
16 781	10 883	27 664

Fonte: INE, Censos 2011

Como já referido, de um universo de 28 046 alojamentos familiares de residência habitual, apenas 382 não dispõe de água canalizada. Dos 27 664 alojamentos com água canalizada, cerca de 61% dos mesmos estão ligados ao sistema de abastecimento de água da rede pública.

Quadro n.º 34

Alojamentos Familiares de Residência Habitual e Existência de Instalações

Área Geográfica	Com eletricidade, água, retrete, instalação de banho e sistema de aquecimento	Com eletricidade, água, retrete, sem instalação de banho e sistema de aquecimento	Com eletricidade, água, retrete e instalação de banho	Com eletricidade, água, retrete e sem instalação de banho	Só água, retrete, instalação de banho e sistema de aquecimento	Só água, retrete, sem instalação de banho e sistema de aquecimento
Norte	849 505	27 440	205 015	18 679	26	29
Tâmega	108 437	6961	30 789	3 188	3	10
Paredes	14 621	735	6 515	818	0	2

Fonte: INE, Censos 201130789

Quadro n.º 35

Alojamentos Familiares de Residência Habitual e Existência de Instalações (Continuação)

Área Geográfica	Só água, retrete e instalação de banho	Só água, retrete e sem instalação de banho	Só eletricidade e água	Só eletricidade e retrete	Só eletricidade	Só retrete	Só água	Sem instalações
Norte	7	10	52 738	13 519	4 897	592	86	2 445
Tâmega	1	4	6 712	3 985	1 270	195	20	447
Paredes	0	1	706	396	174	26	2	23

Fonte: INE, Censos 2011

O concelho de Paredes, à data dos últimos censos, tem acompanhado a tendência verificada nas restantes áreas geográficas tidas por comparação.

De modo restrito, 61% dos alojamentos familiares existentes no concelho de Paredes dispõe de eletricidade, água, retrete, instalação de banho e aquecimento, valor ligeiramente inferior ao registado na Região Norte e Tâmega, com 71,86% e 65,75%, respetivamente.

A percentagem de alojamentos sem qualquer tipo de instalação é meramente residual (0,09%).



8.2. Habitação Social

No Concelho de Paredes actualmente existem 5 Empreendimentos de Habitação Social, com capacidade de alojamento para 305 agregados familiares.

Os Empreendimentos estão implantados em cinco das dezoito freguesias que constituem o Concelho de Paredes. De um universo de cinco habitações sociais, três das quais estão edificadas em freguesias com elevada densidade populacional.

Quadro n.º 36

Habitação Social Concelhia

Conjunto Habitacional	Freguesia	Ano de Construção	Total de Fogos
Bairro “O Sonho”	Paredes	1981	183
Edifício “O Sonho”	Paredes	1998	18
Empreendimento Camarário de Cristelo	Cristelo	2000	55
Empreendimento Camarário de Lordelo	Lordelo	2005	24
Empreendimento Camarário de Gondalães	Gondalães	2005	25

Fonte: Câmara Municipal de Paredes/Habitação Social

- Bairro “O Sonho”

Faz parte deste Bairro Social 5 blocos todos concentrados n mesma unidade geográfica. Os moradores deste Bairro beneficiam de 3 regimes, nomeadamente o regime de arrendamento, o de propriedade resolúvel e o de venda direta.

Em novembro de 2003, a Câmara Municipal de Paredes e o IGAPHE celebraram um protocolo de transferência de património, pelo que todos os fogos estão sob a tutela do Município.

- Edifício “O Sonho”

Esta habitação social é constituída por 18 fogos habitacionais e 11 espaços não habitacionais, estando estes últimos ocupados com comércio e serviços.

- Empreendimento Camarário de Cristelo

Constituído por 55 fogos do tipo T1 (7); T2 (32) e T3 (16). Neste empreendimento residem cerca de 230 indivíduos, oriundos das várias freguesias do concelho de Paredes.



- Empreendimento Camarário de Lordelo

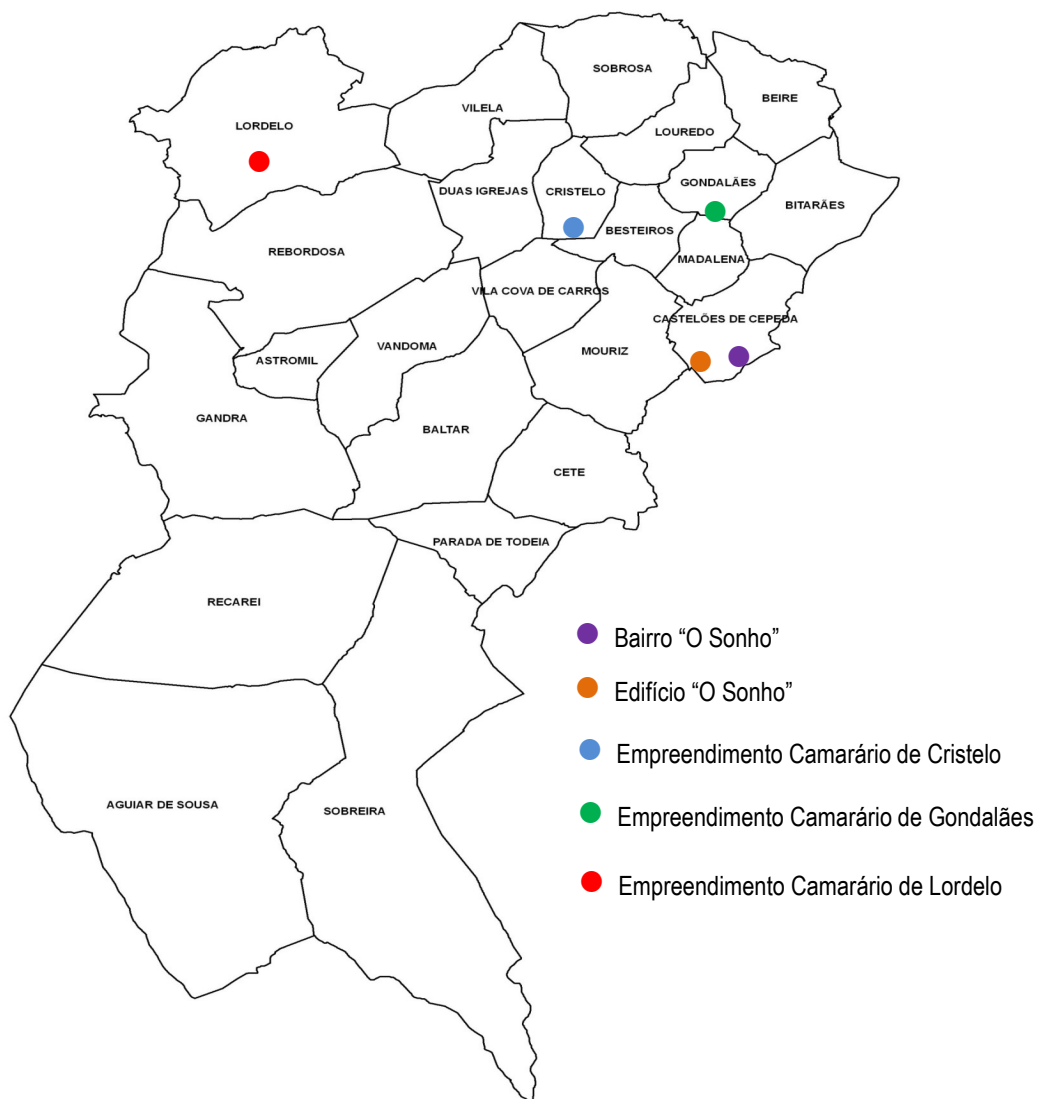
Este empreendimento, com 24 fogos habitacionais, veio colmatar parte das dificuldades e as necessidades habitacionais daquela zona do Concelho, onde a grande concentração de população faz com que surjam problemas de carácter social.

- Empreendimento Camarário de Gondalães

Este empreendimento é constituído por 50 fogos, 25 dos quais propriedade do Município de Paredes, sendo que os restantes são para venda direta a custo controlado.

Mapa n.º 6

Localização Geográfica da Habitação Social Concelhia





9. Saúde

A saúde é estabelecida como um direito no artigo 64º da Constituição, onde se escreve que “Todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover”. Entre outros aspectos diz, ainda, que “para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado: garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação”.

As dificuldades de acesso àqueles cuidados de medicina afiguram-se, pois, não só como fatores de exclusão em si mesmo como, também eles próprios, têm implicações ao nível de outras dimensões da exclusão social.

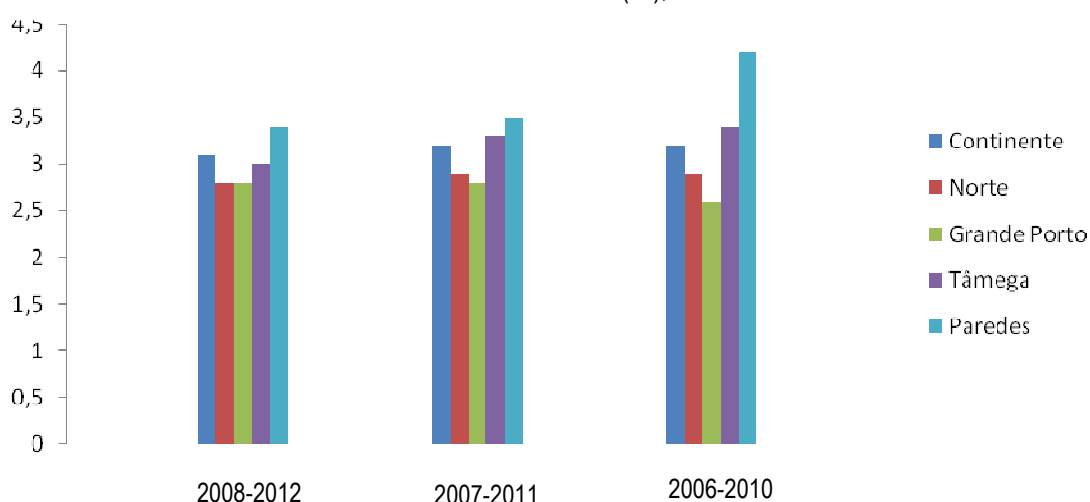
A transversalidade do conceito de saúde e respetiva importância para as condições de vida das populações está consagrada nas definições da organização Mundial de Saúde que refere que “uma boa saúde é um dos maiores recursos para o desenvolvimento social, económico e pessoal e uma dimensão importante na qualidade de vida”.

9.1. Indicadores de Saúde

A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores gerais mais utilizados para verificar os progressos ao nível da saúde da população. Para além disso, é também um indicador socioeconómico na medida em que se pode estimar o nível das condições de vida em termos de habitação, higiene e alimentação.

Gráfico n.º 10

Taxa de Mortalidade Infantil (‰), 2006 - 2012

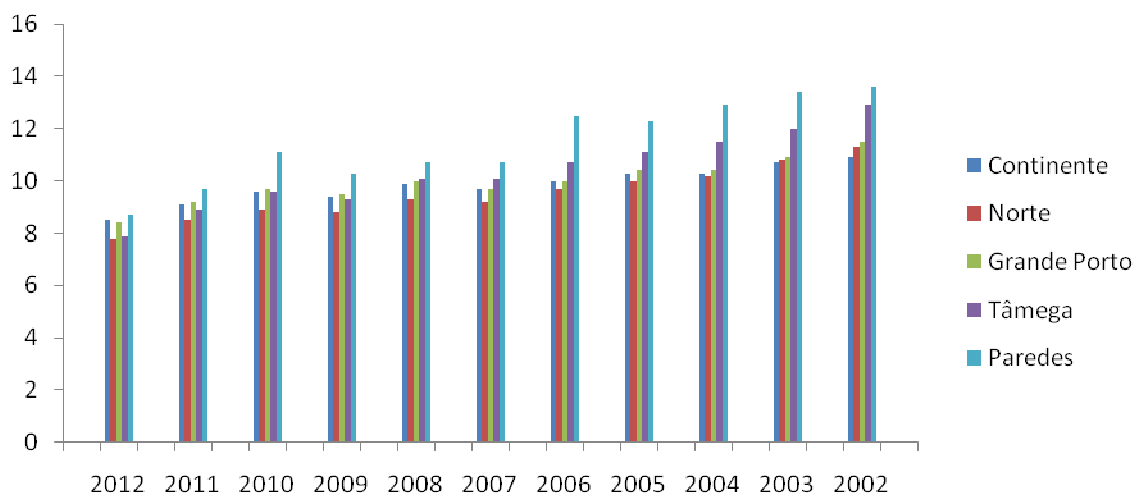


Fonte: INE, Censos 2011



Como se pode verificar no quadro acima apresentado, a taxa de mortalidade infantil no concelho de Paredes regista, ao longo dos anos em análise, valores ligeiramente superiores aos registados quer a nível regional, quer a nível nacional.

Gráfico n.º 11
Taxa de Mortalidade (%), 2002 - 2012



Fonte: INE, Censos 2011

Embora seja notória uma diminuição da taxa de mortalidade em todas as áreas geográficas aqui referenciadas, é no concelho de Paredes que se regista a menor taxa (nunca ultrapassando os 7,2 contra os 10,3 em Portugal continental).

A seletividade social actualmente, apresentada pela taxa de mortalidade infantil, presume a existência de grupos particularmente vulneráveis face à saúde e onde se colocam, ainda, problemas de acessibilidade aos cuidados de saúde e às medidas preventivas.

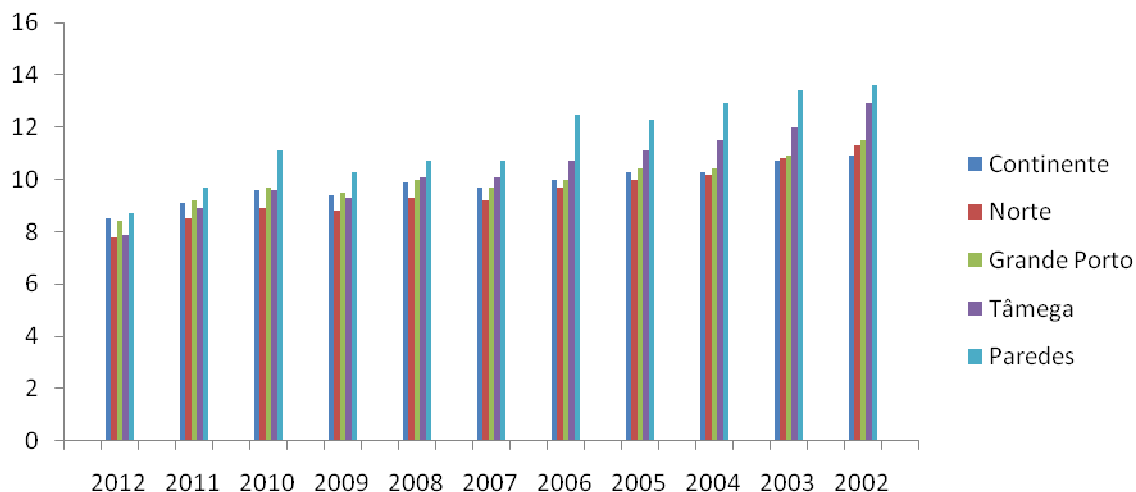
Em bora não seja possível obter dados a nível concelhio, a nível nacional verifica-se uma clara tendência para a concentração do número de óbitos em crianças com menos de um ano, em gravidezes de mulheres cujos níveis de instrução vão, no máximo, até ao 2º ciclo do ensino básico.

Esta constatação permite, uma vez mais, estabelecer uma relação entre a taxa de mortalidade infantil e a escassez de recursos.



Gráfico n.º 12

Taxa de Natalidade (%), 2002 - 2012



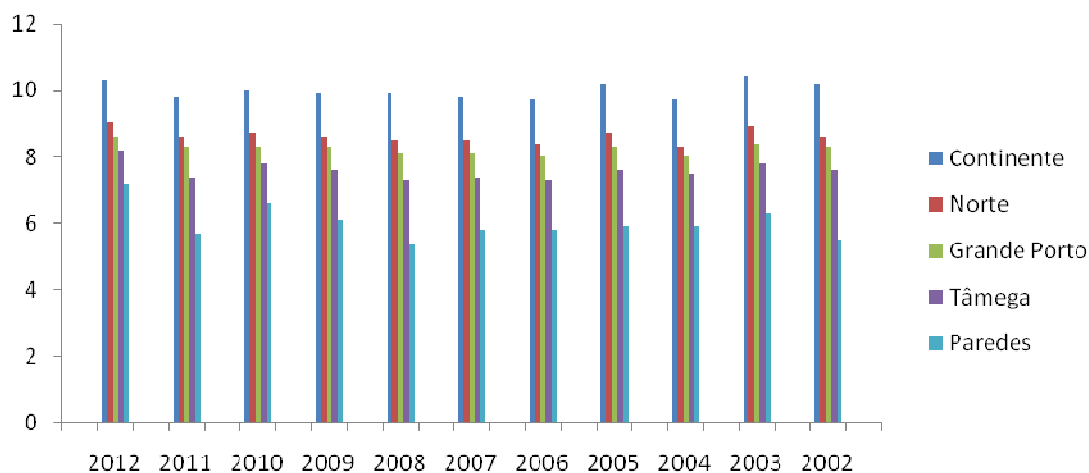
Fonte: INE, Censos 2011

Pela leitura do Gráfico acima referenciado, concluímos que o concelho de Paredes tem seguido a tendência nacional e regional no que diz respeito ao número de nascimentos (passando de 13,6% em 2002 para 8,7% em 2012).

Não obstante, e apesar da taxa de natalidade ter sofrido uma diminuição considerável no período em análise (2002-2012), o concelho de paredes é a área geográfica em análise que regista a maior diminuição da taxa de natalidade.

Gráfico n.º 13

Índice de Envelhecimento (n.º), 2002 - 2012



Fonte: INE, Censos 2011



O aumento da esperança média de vida acarreta também consequências ao nível do aumento do Índice de Envelhecimento. No período em análise (2002-2012), verifica-se um aumento contínuo em todas as áreas geográficas mencionadas, pelo que o Concelho de Paredes não é exceção - aumento de 23,7‰ em 10 anos (43,7‰ em 2002 para 67,4‰ em 2012).

A mortalidade é considerada uma medida direta das necessidades em cuidados de saúde, refletindo a carga global da doença na população, não só em termos da incidência da doença, como da capacidade de a tratar.

Quadro n.º 37

Número de óbitos por causa de morte específica, todas as idades, ambos os sexos

Óbitos por causa de morte específica	2001 - 2003	2007 - 2009
Doenças Cerebrovasculares	1	1
Pneumonia	2	2
Doença Isquémica do Coração	3	3
Diabetes Mellitus	4	5
Acidentes de Veículos a Motor	5	11
Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão	6	4
Tumor Maligno dos Órgãos Geniturinários	7	6
Tumor Maligno do Estômago	8	7
Doença Crónica do Fígado e Cirrose	9	10
Tumor Maligno do Cólon e Reto	10	8
Tumor Maligno dos Ossos; Pele e Mama	11	9

Fonte: Plano Local de Saúde 2011 – 2016, ACES VSS

No que respeita aos óbitos por causa de morte específica para todas as idades e ambos os sexos no ACES VSS, verificamos que as 5 principais causas de morte no triénio 2001 – 2003 sofreram alterações em relação ao triénio 2007-2009.

Neste último triénio as 5 principais causas de morte por ordem decrescente são: doenças cerebrovasculares, pneumonia, doenças isquémicas do coração, tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmão e Diabetes Mellitus, tal como pode ser concluído pela análise do quadro anteriormente apresentado.



Quadro n.º 38

Número de óbitos por causa de morte específica, todas as idades, sexo masculino

Óbitos por causa de morte específica Sexo Masculino	2001 - 2003	2007 - 2009
Doenças Cerebrovasculares	1	1
Pneumonia	3	4
Doença Isquêmica do Coração	2	3
Diabetes Mellitus	6	7
Acidentes de Veículos a Motor	5	10
Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão	4	2
Tumor Maligno da Próstata	7	8
Tumor Maligno do Estômago	8	5
Doença Crônica do Fígado e Cirrose	9	9
Tumor Maligno do Cólon e Reto	11	6
Tumor Maligno do Tecido Linfático e órgão hematopoéticos	10	11

Fonte: Plano Local de Saúde 2011 – 2016, ACES VSS

Como verificado anteriormente, a priorização das 5 principais causas de morte específica para o sexo masculino sofreu alteração no triénio 2007 – 2009 em relação ao triénio 2001 – 2003.

Destacamos a entrada para a 5.^a posição do número de óbitos por tumor maligno do estômago e a saída da Diabetes Mellitus (agora em 7.^a posição), mantendo as outras causas de morte para o triénio 2007 – 2009.

Quadro n.º 39

Número de óbitos por causa de morte específica, todas as idades, sexo feminino

Óbitos por causa de morte específica Sexo Feminino	2001 - 2003	2007 - 2009
Doenças Cerebrovasculares	1	1
Pneumonia	2	2
Doença Isquêmica do Coração	3	3
Diabetes Mellitus	4	4
Acidentes de Veículos a Motor	6	11
Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão	10	8
Tumor Maligno dos Ossos, Pele e Mama	5	5
Tumor Maligno do Estômago	8	6
Tumor Maligno do Tecido Linfático e Órgão Hematopoéticos	9	9
Tumor Maligno do Cólon e Reto	7	7
Tumor Maligno do Pâncreas	12	10

Fonte: Plano Local de Saúde 2011 – 2016, ACES VSS

Em relação ao número de óbitos por causa de morte específica, para todas as idades e sexo feminino, verificamos que o ranking das causas são idênticas às causas para todas as idades e ambos os sexos, com a exceção da 5.^a posição, passando a ser o Tumor Maligno dos Ossos, Pele e Mama.



Quadro n.º 40

Número de óbitos por causa de morte específica, prematuros (<65 anos), ambos os sexos

Óbitos por causa de morte específica Prematuro para ambos os sexos	2001 - 2003	2007 - 2009
Doenças Cerebrovasculares	2	2
Pneumonia	7	12
Doença Isquémica do Coração	4	6
Diabetes Mellitus	6	9
Acidentes de Veículos a Motor	1	4
Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão	3	1
Tumor Maligno dos Ossos, Pele e Mama	7	7
Tumor Maligno do Estômago	5	3
Tumor Maligno do Tecido Linfático e Órgão Hematopoéticos	8	11
Tumor Maligno do Cólon e Reto	11	5
Tumor Maligno do Lábio, Cavidade Oral e Faringe	14	10
Tumor Maligno dos Órgãos Geniturinários	9	10
Doença Crônica do Fígado e Cirrose	4	3
Lesões auto provocadas Intencionalmente (Suicídios)	10	8
VIH / Sida	10	10

Fonte: Plano Local de Saúde 2011 – 2016, ACES VSS

Em relação ao número de óbitos por causa de morte específica com idades <65 anos, para ambos os sexos, verificamos a entrada do Tumor Maligno Cólon e Reto para a 5.^a posição da causa de morte específica, nos 2007 – 2009, que no triênio 2001 – 2003 ocupava a 11.^a posição.

Por outro lado, importa referir que este ranking das causas de morte específica em idade <65 anos é significativamente diferente ao n.º de óbitos por causa de morte específica, para todas as idades e ambos os sexos.

Quadro n.º 41

Número de óbitos por causa de morte específica, prematuros (< 65 anos), sexo masculino

Óbitos por causa de morte específica	2001 - 2003	2007 - 2009
Doenças Cerebrovasculares	2	2
Pneumonia	6	11
Doença Isquémica do Coração	5	6
Diabetes Mellitus	7	8
Acidentes de Veículos a Motor	1	4
Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão	3	1
Tumor Maligno do Pâncreas	9	-
Tumor Maligno do Estômago	6	4
Tumor Maligno do Tecido Linfático e Órgão Hematopoéticos	8	9
Tumor Maligno do Cólon e Reto	11	5
Doença Crônica do Fígado e Cirrose	4	3
Lesões auto provocadas Intencionalmente (Suicídios)	-	7
VIH / Sida	7	-
Tumor Maligno do Esôfago	-	10

Fonte: Plano Local de Saúde 2011 – 2016, ACES VSS



O número de óbitos por causa de morte específica com idades <65 anos, para o sexo masculino é idêntico ao n.º de óbitos por causa de morte específica com idade <65 anos para todas as idades, no triénio 2007-2009.

Quadro n.º 42

Número de óbitos por causa de morte específica, todas as idades, sexo feminino

Óbitos por causa de morte específica Prematuro para o Sexo Feminino	2001 - 2003	2007 - 2009
Doenças Cerebrovasculares	2	1
Pneumonia	8	11
Doença Isquémica do Coração	3	8
Diabetes Mellitus	5	8
Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão	9	5
Tumor Maligno do Colo do Útero	-	10
Tumor Maligno do Estômago	4	3
Tumor Maligno do Tecido Linfático e Órgão Hematopoéticos	6	9
Tumor Maligno do Cólon e Reto	7	7
Tumor Maligno do Pâncreas	9	-
Tumor Maligno da Mama (feminina)	2	2
Doença Crónica do Fígado e Cirrose	5	6

Fonte: Plano Local de Saúde 2011 – 2016, ACES VSS

No sexo feminino, destaca-se a entrada do Tumor Maligno da Mama para a 2.ª posição, no triénio 2007 – 2009, e a descida do Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão para a 5.ª posição.

Quadro n.º 43

As 5 principais causas de Morte Específica, por n.º de óbitos, no ACES VSS, Triénio 2007 - 2009

Causas de Morte Específicas	Todas as Idades			Prematuros (<65 anos)		
	Total	Mas.	Fem.	Total	Mas.	Fem.
Doenças Cerebrovasculares	1	1	1	2	2	1
Pneumonia	4	2	2			
Doença Isquémica do Coração	6	3	3			
Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão	4	2	2	1	1	5
Diabetes Mellitus	5	1	4			
Tumor Maligno do Estômago		5				
Tumor Maligno dos Ossos, Pele e Mama			5			
Doença Crónica do Fígado e Cirrose				3	3	
Acidentes de Veículos a Motor				4		4
Tumor Maligno do Cólon e Reto				5	5	
Tumor Maligno da Mama (Feminina)						2

Fonte: Plano Local de Saúde 2011 – 2016, ACES VSS



Conforme esperado no ranking das 5 principais causas de morte, a taxa bruta de mortalidade (/100000 habitantes), para todas as idades e ambos os sexos é igual à verificada no número de óbitos por causa de morte específica, para todas as idades e ambos os sexos.





Os valores da Taxa de Mortalidade Padronizada pela Idade (TMP) do ACES VSS podem ser comparados com os valores da TMP da região Norte. Para a visualização e identificação mais rápida das diferenças testadas foi utilizada uma sinalética próxima dos semáforos, cujo significado se explica a seguir:

Quadro n.º 44

As 5 principais Taxas de Mortalidade Padronizada, no ACES VSS, Triénio 2007 - 2009

Causas de Morte Específicas	Todas as Idades			Prematuros (<65 anos)		
	Total	Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.
Doenças Cerebrovasculares	1	1	1	2	2	1
Pneumonia	4	2	2			
Doença Isquémica do Coração	6	3	3			
Tumor Maligno da Traqueia, Brônquios e Pulmão	4	2	2	1	1	5
Diabetes Mellitus	5	1	4			
Tumor Maligno do Estômago		5		3	4	3
Tumor Maligno dos Ossos, Pele e Mama			5			
Doença Crónica do Fígado e Cirrose				3	3	
Acidentes de Veículos a Motor				4		4
Tumor Maligno do Cólon e Reto				5	5	
Tumor Maligno da Mama (Feminina)						2

Fonte: Plano Local de Saúde 2011 – 2016, ACES VSS

	A TMP é inferior com significância estatística
	A TMP é inferior mas não estatisticamente significativa
	A TMP é superior mas não estatisticamente significativa
	A TMP é superior com significância estatística

Pela análise do quadro, constatamos que as 5 principais causas de morte no ACES VSS para o triénio 2007 – 2009 são na sua maioria superior com e sem significância estatística às registadas na Região Norte.

A taxa de mortalidade infantil (/1000 nados vivos) no ACES VSS apresentou uma subida súbita entre 1998 – 2002, tendo decrescido nos anos seguintes e a aproximar-se da média da região Norte e Continente.

Os estudos epidemiológicos revelam que uma grande parte dos problemas de saúde causadores de morte e morbilidade estão relacionados com o estilo de vida, no qual se incluem os comportamentos de



saúde. Entre as condutas nocivas para a saúde estão o consumo de drogas (tabaco, álcool e drogas psicotrópicas); a falta de exercício físico; condições ambientais e de habitabilidade; etc.

9.2. Acesso aos Cuidados de Saúde

Considerando os dados do INE relativamente a alguns indicadores dos recursos ao nível da saúde, podemos mencionar que o concelho de Paredes apresenta valores consideravelmente inferiores aos registados nas quatro áreas geográficas tidas opor referência.

Quadro n.º 45

Indicadores de Saúde

Área Geográfica	Farmácias por 1 000 Habitantes	Enfermeiros por 1 000 Habitantes	Consultas Médicas*
Portugal	0,3	6,2	4,3
Norte	0,3	6,2	4,3
Grande Porto	0,3	7,7	5,1
Tâmega	0,2	3,8	3,0
Paredes	0,2	3,0	2,8

Fonte: INE, Censos 2011

*Estes valores dizem respeito apenas a Hospitais e Centros de Saúde

As lacunas, principalmente ao nível dos recursos humanos na área da saúde são um fator preocupante e que constitui, inevitavelmente, uma das dificuldades no acesso à prestação de cuidados. O concelho de Paredes é o que apresenta os piores resultados dos três indicadores em evidência, com uma diferença extremamente considerável do ponto de vista do número de enfermeiros por cada 1 000 habitantes.

Quadro n.º 46

Centros de Saúde por Localização Geográfica e Tipo de Serviço (Anual - 2012)

Área Geográfica	Tipo de serviço	
	Centros de Saúde	Com Internamento
Portugal	357	3
Norte	120	1
Grande Porto	31	0
Tâmega	17	0
Paredes	2	0

Fonte: INE, Censos 2011

Os Centros de Saúde das áreas geográficas do Grande Porto, Tâmega e Paredes não têm serviço com internamento, conforme se pode verificar no quadro acima referenciado.



Quadro n.º 47

Consultas Médicas nos Centros de Saúde por Localização geográfica e Especialidade da Consulta
(Anual - 2012)

Território	Medicina Geral		Planeamento Familiar		Saúde Infantil/Juvenil		Saúde Materna		Outras	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	24 166 802	83,37	867 446	3,00	2 925 698	10,09	513 372	1,77	199 477	0,69
Norte	8 986 391	82,33	344 008	3,15	1 223 353	11,21	202 286	1,85	50 462	0,46
Grande Porto	3 008 336	81,08	116 548	3,14	428 621	11,55	65 499	1,77	19 485	0,53
Tâmega	1 249 151	81,28	46 353	3,02	196 114	12,76	37 955	2,47	953	0,06
Paredes	172 120	79,97	6 419	2,98	30 568	14,20	6 202	2,88	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

Do volume de consultas médicas, destaca-se a especialidade de Medicina Geral, em todas as áreas tidas como referência, ainda que no concelho de Paredes se registre o menor número de consultas, seguindo-se a de Saúde Infantil/Juvenil. No domínio desta última especialidade médica, é de destacar que é no concelho de Paredes que se verifica o maior número de consultas, com uma diferença de cerca de 4%, quando comparada com os valores nacionais.



10. Proteção Social

O direito à segurança e à solidariedade social encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa no seu artigo 63º “O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”.

A proteção social no nosso concelho rege-se pelas normas de funcionamento do sistema a nível nacional, considerando que o funcionamento do sistema de proteção social, como é o caso das pensões, é tido como um dos fatores geradores de pobreza e exclusão social, bem como a população abrangida pela ação social é, por definição um público já sujeito a processos de exclusão/marginalização.

10.1. Pensionistas

Os pensionistas constituem, em Portugal, um dos grupos mais vulneráveis à pobreza monetária. Como refere Alfredo Bruto da Costa, “o montante da reforma é determinado, fundamentalmente, por três tipos de factores: a política de segurança social, o período de contribuições e o valor das contribuições. Não é raro, entre nós, verificar-se que da conjugação desses três fatores resultam pensões particularmente baixas, ao ponto de se ter julgado necessário estabelecer, por via administrativa, o valor da pensão mínima, ao qual são elevadas as que, estatutariamente, atingem valores inferiores. Não deverá surpreender, pois, que as famílias cujos rendimentos dependem da pensão de reforma sejam particularmente vulneráveis à pobreza”.

Quadro n.º 48

Total de Pensionistas Vs Valor médio Anual das Pensões - 2012

Território	Total de Pensionistas % face à população Residente	Valor médio anual das pensões (euros)
Portugal	6,1	3 732
Norte	6,6	3 681
Grande Porto	7,3	3 905
Tâmega	6,9	3 342
Paredes	8,1	3 367

Fonte: INE, Censos 2011

Pela análise do Quadro acima transcrito, podemos afirmar que o concelho de Paredes é a área geográfica que detém o maior número de pensionistas face à percentagem de população residente, com cerca de 2% acima do verificado a nível nacional.



Quadro n.º 49

Pensionistas da Segurança Social, por Local de Residência (Anual)

Território	Período de Referência		
	2010	2011	2012
Portugal	2 816 310	2 858 863	2 901 720
Norte	971 941	989 853	1 008 553
Grande Porto	336 049	344 806	352 484
Tâmega	121 709	123 621	125 906
Paredes	15 811	16 215	16 739

Fonte: INE, Censos 2011

O número de pensionistas tem vindo a aumentar consideravelmente ao longo dos três anos de referência (2010-2012). Situação verificada em todas as áreas geográficas em análise, pelo que, Paredes não é exceção, na medida em que acompanha a tendência a nível regional e nacional.

Quadro n.º 50

Valor Médio das Pensões da Segurança Social, por Local de Residência (Anual)

Território	Período de Referência		
	2010	2011	2012
Portugal	4 692	4 769	4 698
Norte	4 388	4 447	4 419
Grande Porto	5 225	5 301	5 176
Tâmega	3 854	3 902	3 926
Paredes	3 988	4 045	4 041

Fonte: INE, Censos 2011

Do ponto de vista do valor médio anual das pensões, os pensionistas residentes em Paredes são dos que menos recebem 3 342,00€/ano para 3 732,00 €/ano em Portugal).

10.2. Rendimento Social de Inserção - Beneficiários

A prestação do rendimento social de inserção é uma prestação pecuniária de natureza transitória, variável em função do rendimento e da composição do agregado familiar do requerente e calculada por aplicação de uma escala de equivalência ao valor do rendimento social de inserção.

O RSI deve ser entendido como um estímulo para que os seus beneficiários iniciem um percurso de inserção. Neste sentido, a lei que cria este apoio define, ainda, uma estreita articulação entre a prestação em si e a existência de programas de inserção definidos como um conjunto de acções implementadas localmente por acordo “entre as comissões locais de acompanhamento (...) e os titulares do direito a esta prestação, com vista à criação de condições para a progressiva inserção social destes e dos membros do seu agregado familiar” (Artigo nº3 do Decreto-Lei nº19 – A/96 de 29 de Junho).



Quadro n.º 51

Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção, por Local de Residência (Anual)

Território	Período de Referência		
	2010	2011	2012
Portugal	488 492	414 861	385 836
Norte	231 141	190 797	168 824
Grande Porto	118 670	101 481	89 568
Tâmega	43 147	34 679	30 160
Paredes	8 002	6 526	5 503

Fonte: INE, Censos 2011

Quadro n.º 52

Beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção em Idade Ativa, por Local de Residência (%) (Anual)

Território	Período de Referência		
	2010	2011	2012
Portugal	56,67	48,52	45,24
Norte	72,85	60,86	53,87
Grande Porto	109,10	92,68	81,92
Tâmega	93,08	75,90	65,81
Paredes	111,93	91,64	76,82

Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente à prestação pecuniária do Rendimento Social de Inserção - RSI, é francamente notória a diminuição do número de beneficiários no período compreendido entre o ano 2010 e 2012. Este decréscimo acentuado verifica-se nas cinco áreas geográficas de referência para este instrumento de planeamento, na qual o concelho de Paredes está, naturalmente, incluído.

Um outro aspeto de importância relevante prende-se com o número de beneficiários em idade ativa. Apesar de estes valores também terem sofrido um decréscimo acentuado, como se pode ver no Quadro anterior, o concelho de Paredes é a segunda área geográfica em análise que tem o maior número de beneficiários, seguindo-se os do Grande Porto.

A tendência nacional está consideravelmente inferior às restantes áreas geográficas tidos por referência.



PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS

Pobreza e Exclusão Social

Considera-se exclusão social, essencialmente como “uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros”, deste modo, a exclusão social pode implicar privação, falta de recursos, ou seja, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, se, por esta se entender a participação plena na sociedade, aos mais diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime, nomeadamente ao nível económico, político, social, cultural e ambiental.

Pode-se dizer que a exclusão social se exprime em seis dimensões principais do quotidiano do ser humano, ou seja, ao nível do SER: da personalidade, da dignidade e da autoestima e do autorreconhecimento individual; do ESTAR: das redes de pertença social, desde a família, às redes de vizinhança, aos grupos de convívio e de interação social e à sociedade mais geral; do FAZER: das tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, quer sob a forma de emprego remunerado (uma vez que a forma dominante de reconhecimento social assenta na possibilidade de se auferir um rendimento traduzível em poder de compra e em estatuto de consumidor), quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado; do CRIAR: da capacidade de empreender, de assumir iniciativas, de definir e concretizar projectos, de inventar e criar acções, quaisquer que elas sejam; do SABER: do acesso à informação (escolar ou não; formal ou informal), necessária à tomada fundamentada de decisões, e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente envolvente; e do TER: do rendimento, do poder de compra, do acesso a níveis de consumo médios da sociedade, da capacidade aquisitiva (incluindo a capacidade de estabelecer prioridades de aquisição e consumo).

Ainda segundo, Martines Xiberras, (*As Teorias da Exclusão*) “os excluídos não são simplesmente rejeitados fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza); eles não são simplesmente excluídos das riquezas materiais, isto é, do mercado e da sua troca. Os excluídos são-também das riquezas espirituais: os seus valores têm falta de reconhecimento e estão ausentes ou banidos do universo simbólico.”

Segundo Costa (1998), o fenómeno da exclusão social é identificado por uma tipologia de tipo económico: trata-se de pobreza entendida como privação múltipla, por falta de recursos. A exclusão é caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário (instável, sem contrato, mal remunerado e/ou em más condições de trabalho); de tipo social: é uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, muitas das vezes associado à falta de autossuficiência e autonomia pessoal. Este tipo de exclusão pode não estar relacionado com a inexistência de recursos, mas, ser resultado da falta de serviços de bem-estar, do estilo de vida de familiares e amigos, isto é, estilo de vida marcado pelo individualismo e pela pouca sensibilidade em relação à solidariedade e amizade; de tipo pontual: caracterizado pelos fenómenos de xenofobia,



racismo, comportamentos nacionalistas que originam a exclusão de minorias étnico-culturais. A negação da integração social de ex-reclusos, ex-toxicodependentes é um exemplo deste tipo de exclusão; de tipo patológico: aqui estão subjacentes fatores de natureza psicológica ou mental, agravados muitas vezes pelo consumo de álcool e de droga, bem como pela falta de recursos. Por vezes, as ruturas familiares são originadas por estes problemas, o que faz com que, muitas vezes estes doentes se transformem em sem-abrigo; comportamentos autodestrutivos: trata-se de comportamentos como a toxicod dependência, a prostituição, o alcoolismo, entre outros.

Estes tipos de exclusão social aparecem muitas vezes sobrepostos na prática, sendo a sua análise minuciosa, um meio condutor à verificação de que forma de exclusão social pode ser, em alguns casos, consequência de uma outra forma de exclusão.

O combate à exclusão social, surge para uns como um objetivo, para outros como algo possível de o fazer, mas a vida é feita de objetivos, mesmo que utópicos, é feita de procura da concretização dos nossos sonhos, que se traduz na importância de trabalhar no sentido da construção de uma sociedade mais justa.

De seguida serão apresentados os problemas elencados ao nível da Educação, Emprego, Família, Saúde, Exclusão Social e Marginalização e Organização e Parcerias e respetivas consequências no indivíduo e na comunidade.

I - EDUCAÇÃO

• Baixos Níveis de Escolaridade

- Desemprego;
- Emprego Precário;
- Dificuldade acrescida na (re) inserção no mercado de trabalho
- Limitação nas competências de afirmação como ator socialmente interveniente

• Acompanhamento familiar da vida escolar fraco

- Mau aproveitamento dos alunos
- Falta de formação adequada para competir no mercado de trabalho
- Baixa autoestima
- Desinteresse e desmotivação face à escola
- Afastamento pais-escola
- Afastamento pais-filhos



-
- Desmotivação dos pais, filhos e da própria instituição escolar, que poderá levar ao abandono ou insucesso escolar
 - Total desresponsabilização dos pais perante a vida escolar dos seus educandos
 - Alunos problemáticos

- **Formação Profissional Insuficiente**

- Dificuldade de (re) inserção no mercado de trabalho
- Baixas expectativas a nível de emprego qualificado
- Emprego precário
- Instabilidade contratual
- Recurso à economia paralela

- **Cursos alternativos pouco utilizados**

- Baixas qualificações
- Falta de formação adequada para competir no mercado de trabalho
- Pouca especialização da população
- Precariedade laboral
- Salários baixos

- **Insucesso escolar**

- Baixas qualificações académicas
- Comportamentos antissociais e delinquentes
- Possível abandono escolar precoce
- Aumento da taxa de população com baixas qualificações profissionais
- Inserção precoce no mercado de trabalho

II - EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Elevado índice de desemprego**

- Atraso do crescimento económico do Concelho
- Aumento do número de situações de pobreza
- Endividamento dos agregados familiares
- Aumento de políticas assistencialistas no sentido de dar resposta ao problema
- Possível aumento de comportamentos desviantes
- Aumento exponencial do número de desempregados e, conseqüentemente dos subsídio-dependentes



• **Baixa qualificação profissional**

- Dificuldade de (re) inserção no mercado de trabalho
- Mão-de-obra pouco qualificada
- Emprego precário
- Desemprego
- Mão-de-obra barata
- Baixos salários

• **Desemprego da população feminina em idade ativa**

- Aumento das situações de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social
- Baixos salários
- Diminuição do poder de compra/endividamento

• **Baixa Oferta de Emprego**

- Atraso no crescimento económico do Concelho
- Aumento da desigualdade social
- Crise económica familiar
- Diminuição do poder de compra
- Instabilidade familiar
- Endividamento das famílias
- Aumento do trabalho precário
- Aumento da economia paralela
- Aumento das políticas assistencialistas

III - Família

• **Disfunção familiar**

- Desresponsabilização parental
- Aumento dos comportamentos desviantes
- Vivência familiar desajustada/Instabilidade familiar e emocional
- Possibilidade de ocorrência de divórcio/violência doméstica/separação
- Má qualidade de vida
- Exclusão social
- Reprodução de comportamentos na geração seguinte



• **Elevado número de situações de pobreza**

- Pobreza generalizada
- Dissolução familiar
- Aumento da violência no contexto familiar
- Falta de recursos económicos para satisfação das necessidades básicas
- Acomodação/ Assistencialismo (como usufruem de subsídio, deixam de procurar emprego)

• **Violência Doméstica/ Falta de Estruturas de Apoio**

- Divórcio
- Dissolução da família
- Danos psicológicos
- Estados depressivos
- Instabilidade familiar, pessoal emocional e até mesmo profissional
- Perpetuação das situações e seu possível agravamento
- Comprometimento do desenvolvimento saudável dos filhos
- Possibilidade de repercussões na vida escolar dos filhos
- Socialização dos filhos no ambiente familiar desestruturado

• **Crianças em risco**

- Propensão a comportamentos delinquentes
- Comprometimento de um crescimento saudável por parte das crianças com repercussões a vários níveis
- Abandono precoce escolar
- Dificuldades de aprendizagem
- Violência intergeracional
- Problemas psicológicos
- Maus-tratos continuados

• **Maus-tratos, Abuso e Negligência na Terceira Idade**

- Isolamento social
- Solidão
- Degradação da qualidade de vida
- Desinteresse pela própria vida
- Impossibilidade de uma vivência saudável desta etapa da vida
- Perda de autoestima



• **Isolamento dos Idosos**

- Empobrecimento emocional
- Perda de autoestima
- Depressão
- Rejeição
- Exclusão social
- Má qualidade de vida

IV - Saúde

• **Deficiente Assistência na Saúde ao nível dos Cuidados Continuados**

- Mal-estar social
- Agravamento das condições de saúde da população

• **Deficientes Estruturas de Saneamento Básico**

- Aumento de doenças infecciosas
- Má qualidade de vida

OBS: Embora que verifique este problema, importa reforçar que o mesmo está em processo de resolução.

• **Apoio a Idosos**

- Idoso maltratado
- Diminuição da autoestima
- Má qualidade de vida

• **Apoio a Deficientes**

- Autodestruição: o deficiente sente-se inútil, sem futuro
- Dificuldade de acesso a determinados bens e serviços
- Desintegração social
- Deterioração da qualidade de vida

• **Apoio a Toxicodependentes**

- Aumento do número de toxicodependentes
- Aumento do consumo e tráfico de substâncias ilícitas
- Aumento do número de doenças infectocontagiosas



V - Exclusão Social e Marginalização

• Má gestão familiar

- Dependência sócio-económica/ Assistencialismo
- Dificuldades de inserção social
- Crianças mal tratadas
- Abandono/absentismo escolar
- Não acesso aos direitos de cidadania
- Situações de vulnerabilidade social e económica
- Pobreza
- Endividamento

• Famílias socialmente desintegradas

- Isolamento social
- Carências sócio-afetivas
- Crianças sem retaguarda familiar
- Não acesso aos direitos de cidadania
- Aumento da criminalidade/delinquência
- Toxicodependência e alcoolismo

• Habitações degradadas

- Perpetuação das más condições de vida das famílias
- Desalojamento
- Desintegração social e urbana
- Degradação da paisagem

• Falta de apoios à população toxicodependente

- Desintegração social e familiar
- Proliferação do ciclo da marginalidade
- Aumento das doenças sexualmente transmissíveis
- Dificuldades de recuperação do toxicodependente



VI - Organizações e Parcerias

• **Insuficiente número de Equipamentos Sociais de apoio à Infância/Juventude e Terceira Idade**

- Isolamento, solidão e fragilidade dos idosos em todos os domínios das relações sociais
- Desocupação das crianças e jovens
- Dificuldades das famílias organizarem a sua vida profissional
- Crianças sozinhas na rua e idosos sozinhos em casa sem apoio

• **Ausência de articulação das instituições**

- Fraco desenvolvimento da área social
- Desigualdade de oportunidades dentro do mesmo Concelho



PROGRAMAS/EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS EXISTENTES NO CONCELHO

12. Programas e Projetos em Curso no Concelho de Paredes

Um dos objetivos do Pelouro de Ação Social do Município de Paredes é, precisamente, contribuir de forma ativa e criadora para a realização do objetivo Municipal de criação de um ambiente social saudável caracterizado pela solidariedade. Através de uma ação sistemática e diversificada junto dos grupos sociais mais carentes, vulneráveis ou em risco, visa-se a minimização das carências concretas desses grupos para o reforço da solidariedade entre todos os sectores da população do Concelho.

A este nível destacam-se as seguintes ações: efetuar estudos que detetem as carências sociais da Comunidade e de Grupos específicos; colaborar na deteção das carências da população em serviços de saúde, bem como ações de promoção e profilaxia; identificar e trabalhar as causas de marginalidade e delinquência específicas ou de maior relevo na área do Município, propondo as medidas adequadas com vista à sua eliminação; desenvolver ações de apoio a Grupos de indivíduos específicos, às famílias e à Comunidade, no sentido de promover o bem-estar social; desenvolver e implementar ações de apoio à infância e à terceira idade de forma a melhorar o seu bem-estar; elaborar e apresentar Candidaturas a Programas com financiamento Comunitário ou Governamental, com o objetivo de minimizar a pobreza e exclusão social.

• Programa Social “PAREDES ajuda +”

Reforço das respostas sociais, através de um conjunto de medidas específicas mais alargado e ajustado às fortes alterações socioeconómicas verificadas. As Medidas previstas neste Programa são transversais a todas as áreas de intervenção do Município, prevendo-se um forte e positivo impacto na vida dos cidadãos.

• Banco Local de Voluntariado

Estrutura que integra os Municípes interessados em prestar serviço voluntário, facilitando deste modo o encontro entre a oferta e procura de voluntariado.

• Gabinete de Apoio Psicológico

A criação do Gabinete de Acompanhamento Psicológico decorre da decisão do Executivo Municipal em colmatar as dificuldades sentidas pelas instituições do concelho, de forma a intervir eficazmente nas problemáticas psicológicas manifestadas por crianças, jovens e adultos.

Pretende ser um espaço de atendimento, aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento psicológico, destinado a crianças, jovens e adultos.



• **Projeto de Teleassistência – Serviço de Proximidade a Idosos**

O Projeto de Teleassistência – Serviço de Proximidade a Idosos é um serviço de apoio aos Idosos que são suficientemente autónomos para viverem sós, querem preservar a sua autonomia evitando viver com familiares ou porque simplesmente não têm família que os integre. O Município que se candidate a usufruir deste serviço tem que viver completamente só, ter rendimentos escassos e idade superior a 60 anos de idade (salvo situações de deficiência e/ou incapacidade).

O Projeto de Teleassistência – Serviço de Proximidade a Idosos dá ao idoso uma maior sensação de segurança, fator que o fará sentir-se mais seguro de si, fazendo com que execute tarefas que antes não faria por puro receio e insegurança.

O serviço de Teleassistência confere ao Idoso a tranquilidade e sensação de companhia dificilmente atingível de outra forma. O facto da operadora do serviço estabelecer contacto periódico com o utente para se inteirar do seu estado, minimiza substancialmente o isolamento.

• **Mão Solidária – Loja Social de Paredes e Rebordosa**

O Pelouro de Ação Social da Câmara Municipal de Paredes, em parceria com o Instituto da Segurança Social, IP./Núcleo Local de Inserção de Paredes, Associação Empresarial de Paredes tem implementado o Projeto “Mão Solidária” - Loja Social de Paredes e Rebordosa, que tem por objetivo o acesso mais facilitado a bens de primeira necessidade às famílias socialmente desfavorecidas do Concelho.

A Loja Social não é apenas mais uma medida meramente assistencialista pois, enquanto recurso complementar às já existentes intervenções de carácter social, apela à coresponsabilização de quem dela beneficia, tentando contribuir assim para o incremento de uma postura mais participativa na resolução dos problemas de cada núcleo familiar.

• **Das palavras aos atos – uma questão de partilha**

Este Projeto tem como objetivo combater o isolamento e a solidão da população idosa do concelho.

Baseado no conceito de voluntariado de proximidade, o Projeto procura recuperar os laços de solidariedade existentes numa Comunidade, em favor daqueles cuja condição os coloca numa situação de desfavorecimento – os mais idosos. Tal pressupõe a existência de uma rede de voluntários e de beneficiários que têm em comum a proximidade geográfica.

Trata-se, portanto, de uma ação a ser desenvolvida por pessoas voluntárias, a nível local, baseada nas relações de proximidade, com o objetivo de prestar apoio pessoal e social, a idosos em contexto domiciliário, procurando dar resposta a problemas que não carecem de uma intervenção especializada de natureza profissional.



13. Equipamentos e Serviços no Concelho de Paredes

13.1. Equipamentos Educativos

- Agrupamento de Escolas de Cristelo
R. Dr. Adriano Magalhães, n.º 201
4580-352 Cristelo

- Agrupamento de Escolas Daniel Faria
Rua do Areal, n.º 175
4585-024 Baltar

- Agrupamento de Escolas de Lordelo
Estrada Nacional 209 n.º 3638
4580-439 Lordelo

- Agrupamento de Escolas de Paredes
R. António Araújo
4580-045 Paredes

- Agrupamento de Escolas da Sobreira
Lugar de Estação
4585-681 Sobreira

- Agrupamento de Escolas de Vilela
Av.ª José Ferreira da Cruz, n.º263
4580-651 Vilela

- Escola Secundária de Paredes
Rua António Araújo
4580-045 Paredes

- CESPU – Cooperativa de Ensino Superior Politécnico Universitário
Rua Central da Gandra 1317
4585-116 Gandra



13.2. Centros de Formação Profissional

- Associação Empresarial de Paredes

Rua Amália Rodrigues, n.º66 1.º

4580-014 Paredes

- Centro de Formação Profissional das Indústrias, da Madeira e do Mobiliário

Rua Centro de Formação Profissional, n.º 40

4580-493 Lordelo

- AGITO – Formação & Serviços, Lda.

Rua Dr. Jerónimo Pereira Leite,

Nº 352 1º Andar, Loja G

4580-352 Cristelo

- QVC – Centro de Formação de Paredes

Rua do Calvário, nº7

4580-057 Paredes

- GEPRIX - Gestão e Engenharia da Prevenção, Lda.

Rua de Sedouros, n.º 341

4580-201 Paredes

- Arkart – Instituto de Artes e Formação, Lda.

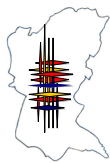
Av. Bombeiros Voluntários, 195-199

4580-053 Paredes

- Duodifusão – Centro de Formação Profissional

Travessa Lisboa, n.º 11

4580-834 Lordelo



13.3. Instituições Particulares de Solidariedade Social

- Associação de Apoio à 3ª Idade de S. Miguel de Beire

Lugar da Boavista

4580- 282 Beire

- Associação de Solidariedade e Desenvolvimento do Vale do Sousa

Av.ª Bombeiros Voluntários, nº 490

4585 - 359 Rebordosa

- Associação Para o Desenvolvimento da Freguesia Vilela

Rua da Junta de Freguesia, n.º 24

4580- Vilela

- Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR

Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 465

4580- 340 Rebordosa

- Associação Para o Desenvolvimento do Lugar de Bustelo - Recarei

Largo St.ª Catarina – Bustelo

4585- 598 Recarei

- Associação Para o Desenvolvimento Integral da Sobreira – APDIS

Av. S. Pedro n.º 639

4585-404 Sobreira

- Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo - ADIL

Rua Albano Jesus Amaral, n.º 1

4585- 797 Lordelo

- Associação Pegadas de Amor

Estrada Nacional 209 n.º 2451

4580 - Lordelo



- Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra - Delegação do Vale do Sousa

Rua N.ª Sr.ª dos Chãos 686

4580 – 297 Bitarães

- Associação Social e Cultural de Louredo

Av. Padre Amadeu n.º 78

4580 – 581 Louredo

- Associação Um Novo Cântico

Rua do Palito n.º 213

4580-464 Lordelo

- Casa do Povo de Bitarães

Rua N.ª Sr.ª dos Chãos, n.º 686

4580 – 297 Bitarães

- Centro Social de Cete

Rua do Cardal n.º 42

4580 – 317 Cete

- Centro Social e Paroquial de Baltar

Rua dos Correios, n.º 14

4585 – 012 Baltar

- Centro Social e Paroquial de Parada de Todeia

Rua da Cruz das Almas

4585 – Parada de Todeia

- Centro Social e Paroquial de Recarei

Rua Pe. Bernardino Moreira Lopes n.º 953

4585 – 588 Recarei



- Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Gandra
Av. Padre Luís Pinto Carneiro, 369
4585 - 172 Gandra

- Centro Social e Paroquial de Vilela
Rua de S. José n.º 338
4580-709 Vilela

- Centro Sócio Educativo e Profissional da Parteira, Lordelo
Rua S. Saturnino, n.º 117 – Parteira
4580 – 555 Lordelo

- Emaús - Associação de Apoio ao Deficiente Mental
Rua de Emaús n.º 97
4585-059 Baltar

- Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa
Rua da Igreja n.º 159
4580 – 734 Sobrosa

- S. Pedro – Centro Social da Sobreira
Rua Centra da Devesa n.º 252
4585-680 Sobreira

- Santa Casa da Misericórdia de Paredes
Rua Elias Moreira Neto, 161
4580- 085 Paredes



13.3.1. Rede Social de Equipamentos de Apoio à Infância/Juventude

Quadro n.º 53

Rede Social de Apoio à Infância - Creches

Instituição	Morada	Contacto
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR	Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 465 4580- 340 Rebordosa	T: 224 444 924 F: 224 444 924
Associação Para o Desenvolvimento Integral da Sobreira – APDIS	Av. S. Pedro n.º 639 4585-404 Sobreira	T: 224 330 846 F: 224 337 469
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo - ADIL	Rua Albano Jesus Amaral, n.º 1 4585- 797 Lordelo	T: 224 449 233 F: 224 449 235
Centro Social de Cete	Rua do Cardal n.º 42 4580 – 317 Cete	T: 255 755 099 F: 255 755 055
Centro Social e Paroquial de Baltar	Rua dos Correios, n.º 14 4585 – 012 Baltar	T: 224 119 110 F: 224 119 119
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Rua da Igreja n.º 159 4580 – 734 Sobrosa	T: 255 963 473 F: 255 963 541
Santa Casa da Misericórdia de Paredes	Rua Elias Moreira Neto, 161 4580- 085 Paredes	T: 255 780 234 F: 255 780 229

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social

Quadro n.º 54

Rede Social de Apoio à Infância - Jardim de Infância

Instituição	Morada	Contacto
Centro Social e Paroquial de Baltar	Rua dos Correios, n.º 14 4585 – 012 Baltar	T: 224 119 110 F: 224 119 119
Santa Casa da Misericórdia de Paredes	Rua Elias Moreira Neto, 161 4580- 085 Paredes	T: 255 780 234 F: 255 780 229

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social

Quadro n.º 55

Rede Social de Apoio à Infância - Centro de Acolhimento Temporário

Instituição	Morada	Contacto
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR	Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 465 4580- 340 Rebordosa	T: 224 444 924 F: 224 444 924

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social



Quadro n.º 56

Rede Social de Apoio aos Jovens (ATL's)

Instituição	Morada	Contacto
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR	Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 465 4580- 340 Rebordosa	T: 224 444 924 F: 224 444 924
Associação Social e Cultural de Louredo	Av. Padre Amadeu n.º 78 4580 - 581 Louredo	T: 255 776 869 F: 255 776 869
Centro Social de Cete	Rua do Cardal n.º 42 4580 – 317 Cete	T: 255 755 099 F: 255 755 055
Centro Social e Paroquial de Baltar	Rua dos Correios, n.º 14 4585 – 012 Baltar	T: 224 119 110 F: 224 119 119
Emaús - Associação de Apoio ao Deficiente Mental	Rua do Emaús n.º 97 4585-059 Baltar	T: 224 151 729 F: 224 151 729
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Rua da Igreja n.º 159 4580 – 734 Sobrosa	T: 255 963 473 F: 255 963 541
S. Pedro – Centro Social da Sobreira	Rua Central da Devesa n.º 252 4585-680 Sobreira	T: 224 339 151 F: 224 339 152
Santa Casa da Misericórdia de Paredes	Rua Elias Moreira Neto, 161 4580- 085 Paredes	T: 255 780 234 F: 255 780 229

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social

13.3.2.Redes Sociais de Equipamentos de Apoio à População Portadora de Deficiência

Quadro n.º 57

Rede Social de Apoio aos Jovens Portadores de Deficiência
(ATL/Centro Sócio-Educativo/Centro de Atividades Ocupacionais)

Instituição	Morada	Contacto
Emaús - Associação de Apoio ao Deficiente Mental	Rua do Emaús n.º 97 4585-059 Baltar	T: 224 151 729 F: 224 151 729

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social

Quadro n.º 58

Rede Social de Apoio à População Portadora de Deficiência
Lar Residencial

Instituição	Morada	Contacto
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Rua da Igreja n.º 159 4580 – 734 Sobrosa	T: 255 963 473 F: 255 963 541

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social



13.3.3. Rede Social de Equipamentos de Apoio à População Idosa

Quadro n.º 59

Rede Social de Equipamentos com Centro de Convívio

Instituição	Morada	Contacto
Casa do Povo de Bitarães	Rua N. Sra. dos Chãos n.º 686 4580-297	T: 255 777 472 F: 255 782 948
Centro Social de Cete	Rua do Cardal n.º 42 4580 – 317 Cete	T: 255 755 099 F: 255 755 055
Centro Social e Paroquial de Baltar	Rua dos Correios, n.º 14 4585 – 012 Baltar	T: 224 119 110 F: 224 119 119
Centro Social e Paroquial de Recarei	Rua P. Bernardino Moreira Lopes n.º 953 4585-588 Recarei	T: 224 333 019 F: 224 339 040
Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Gandra	Av. P. Luís Pinto carneiro n.º 369 4585-172 Gandra	T: 224 151 505 F: 224 151 505
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Rua da Igreja n.º 159 4580 – 734 Sobrosa	T: 255 963 473 F: 255 963 541

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social

Quadro n.º 60

Rede Social de Equipamentos com Serviço de Apoio Domiciliário - SAD

Instituição	Morada	Contacto
Associação de Apoio à 3.ª Idade de S. Miguel de Beire	Rua da Boavista n.º 41 4585-282 Beire	T: 255 912 735 F: 255 912 735
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR	Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 465 4580- 340 Rebordosa	T: 224 444 924 F: 224 444 924
Associação Para o Desenvolvimento Integral da Sobreira – APDIS	Av. S. Pedro n.º 639 4585-404 Sobreira	T: 224 330 846 F: 224 337 469
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo - ADIL	Rua Albano Jesus Amaral, n.º 1 4585- 797 Lordelo	T: 224 449 233 F: 224 449 235
Centro Social de Cete	Rua do Cardal n.º 42 4580 – 317 Cete	T: 255 755 099 F: 255 755 055
Centro Social e Paroquial de Baltar	Rua dos Correios, n.º 14 4585 – 012 Baltar	T: 224 119 110 F: 224 119 119
Centro Social e Paroquial de Recarei	Rua P. Bernardino Moreira Lopes n.º 953 4585-588 Recarei	T: 224 333 019 F: 224 339 040
Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Gandra	Av. P. Luís Pinto carneiro n.º 369 4585-172 Gandra	T: 224 151 505 F: 224 151 505
Centro Social e Paroquial de Vilela	Rua de S. José n.º 338 4580-709 Vilela	T: 255 865 244 F: 255 865 244
Centro Sócio-Educativo e Profissional da Parteira	Rua S. Saturnino n.º 117 4580-555	T: 224 444 085 F: 224 444 085
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Rua da Igreja n.º 159 4580 – 734 Sobrosa	T: 255 963 473 F: 255 963 541
S. Pedro – Centro Social da Sobreira	Rua Central da Devesa n.º 252 4585-680 Sobreira	T: 224 339 151 F: 224 339 152
Santa Casa da Misericórdia de Paredes	Rua Elias Moreira Neto, 161 4580- 085 Paredes	T: 255 780 234 F: 255 780 229

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social



Quadro n.º 61

Rede Social de Equipamentos com Centro de Dia

Instituição	Morada	Contacto
Associação de Apoio à 3.ª Idade de S. Miguel de Beire	Rua da Boavista n.º 41 4585-282 Beire	T: 255 912 735 F: 255 912 735
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa – ADR	Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 465 4580- 340 Rebordosa	T: 224 444 924 F: 224 444 924
Associação Para o Desenvolvimento Integral da Sobreira – APDIS	Av. S. Pedro n.º 639 4585-404 Sobreira	T: 224 330 846 F: 224 337 469
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo – ADIL	Rua Albano Jesus Amaral, n.º 1 4585- 797 Lordelo	T: 224 449 233 F: 224 449 235
Centro Social de Cete	Rua do Cardal n.º 42 4580 – 317 Cete	T: 255 755 099 F: 255 755 055
Centro Social e Paroquial de Baltar	Rua dos Correios, n.º 14 4585 – 012 Baltar	T: 224 119 110 F: 224 119 119
Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Gandra	Av. P. Luís Pinto carneiro n.º 369 4585-172 Gandra	T: 224 151 505 F: 224 151 505
Centro Social e Paroquial de Vilela	Rua de S. José n.º 338 4580-709 Vilela	T: 255 865 244 F: 255 865 244
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Rua da Igreja n.º 159 4580 – 734 Sobrosa	T: 255 963 473 F: 255 963 541
Santa Casa da Misericórdia de Paredes	Rua Elias Moreira Neto, 161 4580- 085 Paredes	T: 255 780 234 F: 255 780 229

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social

Quadro n.º 62

Rede Social de Equipamentos com Lar de Idosos

Instituição	Morada	Contacto
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR	Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 465 4580- 340 Rebordosa	T: 224 444 924 F: 224 444 924
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo - ADIL	Rua Albano Jesus Amaral, n.º 1 4585- 797 Lordelo	T: 224 449 233 F: 224 449 235
Centro Social e Paroquial de Recarei	Rua P. Bernardino Moreira Lopes n.º 953 4585-588 Recarei	T: 224 333 019 F: 224 339 040
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Rua da Igreja n.º 159 4580 – 734 Sobrosa	T: 255 963 473 F: 255 963 541
Santa Casa da Misericórdia de Paredes	Rua Elias Moreira Neto, 161 4580- 085 Paredes	T: 255 780 234 F: 255 780 229

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social



Quadro n.º 63

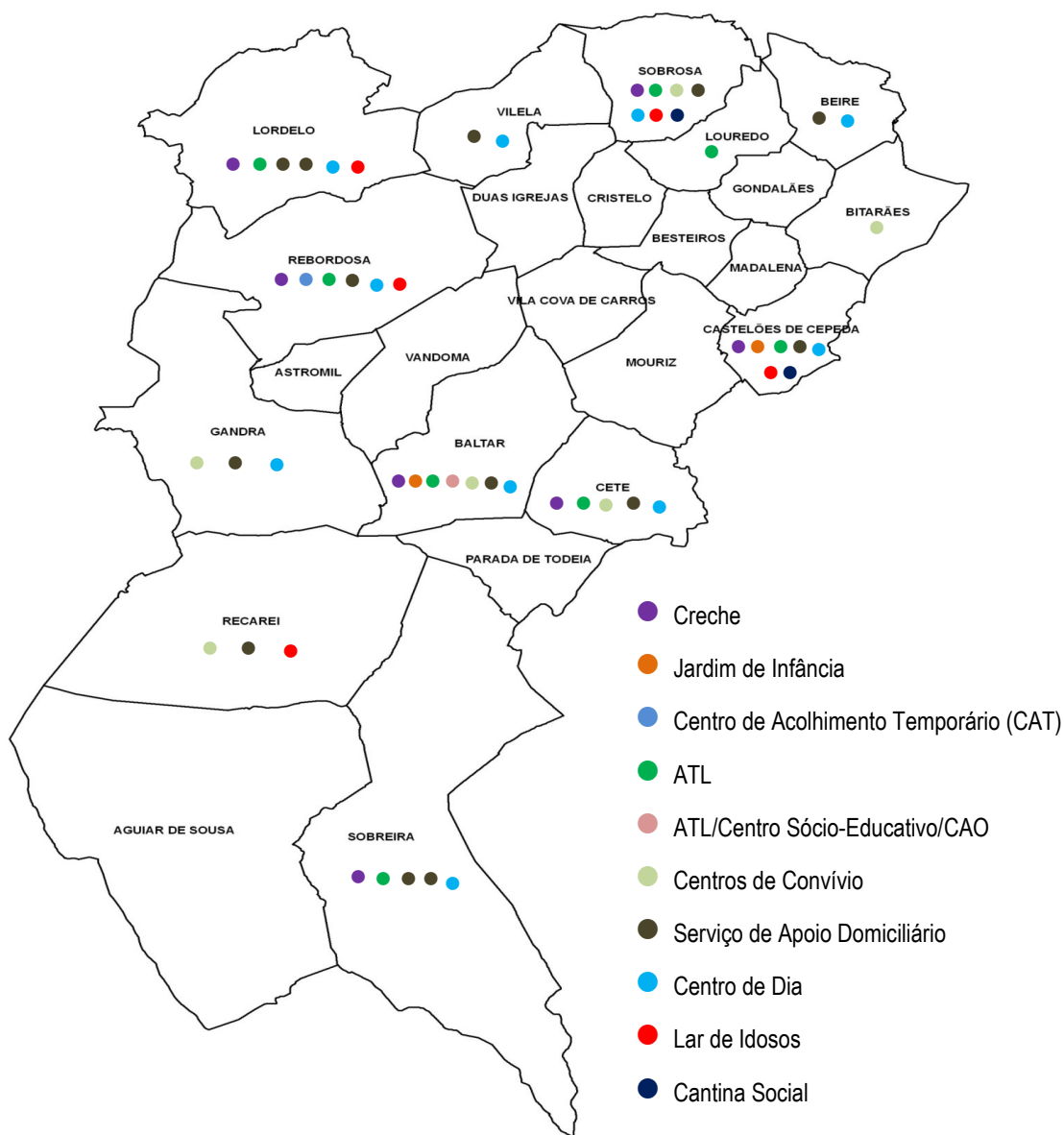
Rede Social de Equipamentos à Comunidade Carenciada com Cantina Social

Instituição	Morada	Contacto
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR	Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 465 4580- 340 Rebordosa	T: 224 444 924 F: 224 444 924
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa	Rua da Igreja n.º 159 4580 – 734 Sobrosa	T: 255 963 473 F: 255 963 541

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social

Mapa n.º 7

Rede Social de Equipamentos por Localização Geográfica (Mapa Resumo)



Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social



13.3.4. Rede Social de Equipamentos de Apoio aos Toxicodependentes

Quadro n.º 64

Rede Social de Equipamentos de Apoio aos Toxicodependentes

Instituição	Morada	Contacto
Associação Um Novo Cântico	Rua do Palito n.º 213 4580-464	T: 255 864 939 T: 912 453 500

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro de Ação Social/Rede Social

14. Equipamentos e Serviços de Saúde

Quadro n.º 65

Equipamentos de Saúde Públicos

Instituição	Morada	Contacto
Unidade de Saúde Familiar Terras de Souza	Av. Comendador Abílio Seabra n.º 104 4580-029 Paredes	255 780 640
Unidade de Saúde Familiar Nova Era	Rua Ernesto Silva n.º 67 4585-545 Sobreira	224 339 300
Centro de Saúde Paredes	Av. Comendador Abílio Seabra n.º 104 4580-029 Paredes	255 782 318
Unidade de Saúde Familiar Salvador Lordelo	Avenida dos Bombeiros V. de Lordelo n.º 75 4580-418 Lordelo	224 442 720
Unidade de Saúde Familiar Baltar	Rua D. Manuel I n.º 2326 4580-104 Baltar	224 151 669
Extensão de Saúde Cristelo	Rua D. Albertina Meireles 4580-352 Cristelo	255 782 454
Unidade de Saúde Familiar Tempo de Cuidar	Rua Joaquim Santos Tomás n.º 107 4585-330 Gandra	224157630
Centro de Saúde Rebordosa	Rua Cooperativa A Celer n.º 42 4585-846 Rebordosa	224 119 640

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro da Saúde

Quadro n.º 66

Corporações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários

Instituição	Morada	Contacto
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Baltar	Av. Bombeiros Voluntários n.º 1434	224 153 434
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cete	Rua Belo Horizonte	255 752 222
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lordelo	Rua dos Bombeiros n.º 146	224 447 777
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes	Av. Bombeiros Voluntários	255 788 788
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rebordosa	Av. Bombeiros Voluntários n.º 327	224 157 440

Fonte: Câmara Municipal de Paredes



Quadro n.º 67
Núcleos de Cruz de Vermelha

Instituição	Morada	Contacto
Cruz Vermelha Portuguesa Núcleo da Sobreira	Edifício Junta de Freguesia Sobreira	224 332 334
Cruz Vermelha Portuguesa Núcleo de Vilela	Rampa da Escola n.º 1, 172 Vilela	255 880 120

Fonte: Câmara Municipal de Paredes

Quadro n.º 68
Farmácias Concelhias

Instituição	Morada	Contacto
Farmácia Centra Oliveira Dias, SA	Rua Ernesto Brito, n.º46 4585 – 544 Sobreira	224 330 541
Farmácia Central de Rebordosa	Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, n.º 24, 4585 – 340 Rebordosa	224 442 073
Farmácia Confiança	Rua de Timor, n.º 69 4580 – 015 Paredes	255 776 374
Farmácia de Recarei	Largo da Costa 4585 – 608 Recarei	224 339 060
Farmácia Ferreira de Vales	Av. Bombeiros Voluntários, n.º 698, R/C DT 4585 –359 Rebordosa	224 113 522
Farmácia Lusa	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º287 - 4580 - 104 Paredes	255 783 626
Farmácia Maria Adelaide	Rua Central de Gandra, n.º 1072 4585 – 116 Gandra	224 114 669
Farmácia Moderna	Rua Dr. Jerónimo Pereira Leite, n.º 354 4580 – 362 Cristelo	255 783 190
Farmácia do Oural	Rua Central do Oural, 401-109 4580 Paredes	255 782 348
Farmácia Nogueira	Estrada Nacional 209, n.º 3603 4580 - 439 Lordelo	224 442 105
Farmácia Sr.ª da Guia	Estrada Nacional 15, Edifício Novel, Loja A 4585 - 758 Vandoma	224 159 794
Farmácia Sr.ª do Vale	Avenida Senhora do Vale, n.º 166 4580 - 311 Cete	255 755 031
Farmácia Vasconcelos	Av. Bombeiros V. de Baltar, n.º 1592 4585 – 044 Baltar	224 151 610
Farmácia Vitória	Rua de Talhó, n.º195 4580 – 281 Beire	255 782 024

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro da Saúde



15. Equipamentos Desportivos

Quadro n.º 69
Equipamentos Desportivos Concelhios

Instituição	Morada	Contacto
¹² Cidade Desportiva de Paredes	Rua Central do Bairro 4580-591 Mouriz	255 788 816
¹³ Pavilhão Multiusos Rota dos Móveis	Alameda de Portugal 4580 - 574 Lordelo	224 447 720
Pavilhão Municipal Escolar de Cristelo	Rua Dr. Adriano Magalhães n.º 201 4580-352 Cristelo	255 783 280
Pavilhão Municipal Escolar de Paredes	Rua António Araújo 4580-045 Paredes	255 777 459
Pavilhão Municipal Cidade de Gandra	Av. Pe. Luís Pinto Carneiro 4585-172 Gandra	224 155 468
Pavilhão Municipal de Recarei	Rua Campo Lindo 4585-591 Recarei	224 333 069
Pavilhão Municipal de Vandoma	Rua de Godão 4585-749 Vandoma	224 110 858
Pavilhão Municipal de Vilela	Av. José Ferreira da Cruz n.º 263 4580-263	255 861 380
¹⁴ Piscina Municipal de Lordelo	Praça Francisco Sá Carneiro, n.º 20 4580 - 824 Lordelo	224 449 043
¹⁵ Piscina Municipal de Paredes	Rua do Campo das Laranjeiras 4580 - 058 Paredes	255 788 978
¹⁶ Piscina Municipal de Rebordosa	Praça da Comunidade, n.º 416 4585 - 845 Rebordosa	224 159 177
¹⁷ Piscina Municipal Rota dos Móveis	Rua Granja da Fonseca 4585 - 644 Recarei	224 337 420

Fonte: Câmara Municipal de Paredes - Pelouro do Desporto

¹² Cidade Desportiva de Paredes: Campo Sintético de Futebol de 7 (72m x 52m) e Futebol de 11 (105m x 68m)
Campo de Relvado Natural de Futebol de 11 (105m x 68m)

¹³ Pavilhão Multiusos Rota dos Móveis: Nave Grande/Nave Pequena

¹⁴ Piscina Municipal de Lordelo: Tanque principal/Tanque de aprendizagem

¹⁵ Piscina Municipal de Paredes: Tanque principal/Tanque de aprendizagem; 2 courts de ténis

¹⁶ Piscina Municipal de Rebordosa: Tanque principal/Tanque de aprendizagem

¹⁷ Piscina Municipal Rota dos Móveis: Tanque principal/Tanque de aprendizagem; Sauna seca, sauna húmida e jacuzzi; Ginásio e aulas de grupo



16. Conselho Local de Ação Social de Paredes

• Núcleo Executivo

Câmara Municipal de Paredes

Centro de Saúde de Paredes

Colégio Casa Mãe

ISSS – Delegação Local de Paredes

Junta de Freguesia de Paredes

Obra de Assistência Social de Sobrosa

• Órgãos de Poder Local

Junta de Freguesia de Aguiar de Sousa

Junta de Freguesia de Astromil

Junta de Freguesia de Baltar

Junta de Freguesia de Beire

Junta de Freguesia de Cete

Junta de Freguesia de Cristelo

Junta de Freguesia de Duas Igrejas

Junta de Freguesia de Gandra

Junta de Freguesia de Lordelo

Junta de Freguesia de Louredo

Junta de Freguesia de Parada de Todeia

Junta de Freguesia de Paredes

Junta de Freguesia de Rebordosa

Junta de Freguesia de Recarei

Junta de Freguesia de Sobreira

Junta de Freguesia de Sobrosa

Junta de Freguesia de Vandoma

Junta de Freguesia de Vila Cova de Carros

Junta de Freguesia de Vilela



• **Instituições Particulares de Solidariedade Social**

Associação de Apoio à 3ª Idade de S. Miguel de Beire
Associação de Solidariedade e Desenvolvimento do Vale do Sousa
Associação Para o Desenvolvimento da Freguesia Vilela
Associação Para o Desenvolvimento de Rebordosa - ADR
Associação Para o Desenvolvimento do Lugar de Bustelo - Recarei
Associação Para o Desenvolvimento Integral da Sobreira – APDIS
Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo - ADIL
Associação Pegadas de Amor
Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra - Delegação do Vale do Sousa
Associação Social e Cultural de Louredo
Associação Um Novo Cântico
Casa do Povo de Bitarães
Centro Social de Cete
Centro Social e Paroquial de Baltar
Centro Social e Paroquial de Parada de Todeia
Centro Social e Paroquial de Recarei
Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Gandra
Centro Social e Paroquial de Vilela
Centro Sócio Educativo e Profissional da Parteira, Lordelo
Emaús - Associação de Apoio ao Deficiente Mental
Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa
S. Pedro – Centro Social da Sobreira
Santa Casa da Misericórdia de Paredes

• **Emprego/Formação Profissional**

Associação Empresarial de Paredes
AGITO - Formação e Serviços, Lda.
Centro de Emprego de Penafiel
Ideia XXI, formação Profissional, Lda.
QVC - Consultores, Lda.
TEMÁTICUS, Formação Profissional, Lda.



• **Educação**

Agrupamento de Escolas de Baltar
Agrupamento de Escolas de Cristelo
Agrupamento de Escolas de Lordelo
Agrupamento de Escolas de Paredes
Agrupamento de Escolas de Rebordosa
Agrupamento de Escolas de Sobreira
Associação Paredes Pela Inclusão Social - APPIS

• **Saúde/Proteção**

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE

• **Associações Humanitárias**

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cete
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lordelo
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Vilela
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Sobreira

• **Corpo Nacional de Escutas**

Agrupamento n.º 519 – Corpo Nacional de Escutas de Paredes
Agrupamento n.º 1061 – Corpo Nacional de Escutas de Gondalães

• **Conferências S. Vicente de Paulo**

Conferência de S. Vicente de Paulo da Madalena
Conferência de S. Vicente de Paulo de Baltar
Conferência de S. Vicente de Paulo de Bitarães
Conferência de S. Vicente de Paulo de Cete
Conferência de S. Vicente de Paulo de Duas Igrejas
Conferência de S. Vicente de Paulo de Gandra
Conferência de S. Vicente de Paulo de Gondalães
Conferência de S. Vicente de Paulo de Lordelo
Conferência de S. Vicente de Paulo de Louredo
Conferência de S. Vicente de Paulo de Mouriz



Conferência de S. Vicente de Paulo de Parada de Todeia
Conferência de S. Vicente de Paulo de Paredes
Conferência de S. Vicente de Paulo de Rebordosa
Conferência de S. Vicente de Paulo de Recarei
Conferência de S. Vicente de Paulo de Vandoma
Conferência de S. Vicente de Paulo de Vila Cova de Carros
Conferência de S. Vicente de Paulo de Vilela

• **Coletividades Diversas**

ADI - Associação de Solidariedade Social de Duas Igrejas
Associação Louredo Aventura Motor Clube
Associação Para o Desenvolvimento da Freguesia de Paredes
Clube dos Alcoólicos Rec. de Rebordosa, Lordelo
CRL Cooperativa de Electrificação a LORD
Fábrica da Igreja da Freguesia de Salvador de Lordelo
Fábrica da Igreja Paroquial de Baltar
Fundação a LORD
Grupo Cultural e Artesanal das Lavradeiras da Cidade de Lordelo
Moto Clube de Baltar
Obra Caridade ao Doente Paralítico
Portuás - Associação Rec. Social e Cultural de Duas Igrejas
Tuna de Rebordosa
XISTO – Associação Juvenil de Aguiar de Sousa

• **Outros**

PsicoGerações - Gabinete Clínico
Diálogo Refletido, Lda.



Considerações Finais

O presente instrumento de trabalho, *Diagnóstico Social do Concelho de Paredes*, resulta da análise interpretativa das temáticas tidas como prioritárias. A sua elaboração resultou de um processo participado, onde estiveram envolvidas as entidades que constituem o Conselho Local de Ação Social de Paredes – CLASP.

Este Diagnóstico Social pretende constituir-se num instrumento dinâmico de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social – PDS, sinalizando as forças, fraquezas, oportunidades, ameaças as dinâmicas e os recursos disponíveis e/ou existentes.



Referencias Bibliográficas

- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. Paz e Terra, São Paulo: 1999.
- PARGAM, Serget (1991) *A Desqualificação Social*, Porto, Porto Editora;
- ALMEIDA, João Ferreira de et all. (1992), *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora;
- *Censos 2011 – Resultados Definitivos da Região Norte*, INE, Lisboa;
- *Programa Rede Social*, Núcleo da Rede Social Instituto para o Desenvolvimento Social, IDS, 2001;
- COSTA, Alfredo Bruto da, (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Edição Gradiva;
- FERNANDES, António Teixeira, (2001), Prefácio a Sónia Pinhal e Sara Couto, *Uma Experiência de Reabilitação Urbana: Monografia de intervenções realizadas nos Bairros das Pereiras e do Calvário de Valongo* (1994 – 1998), Edições Afrontamento;
- MOREIRA, Manuel Vicente, (1950), *Problemas da Habitação* (ensaio social) Lisboa;
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1998), *Manuel de Investigação em Ciências Sociais*, 2.^a Edição, Lisboa, Gradiva;
- XIBERRAS, Martine (1996), *As Teorias da Exclusão – para a construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.
- *Diagnóstico Social do Concelho de Paredes*, 2006
- *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes - Parte IV - Secção II*, 2013
- *Lei n.º 11-A/2013*, de 28 de janeiro